

Promoção e Proteção da Infância e Juventude

2022/2024



Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Estarreja



Diagnóstico Social, Plano Local e Avaliação da CPCJ de acordo com o Projeto Adélia

Promoção e Proteção da Infância e Juventude

Ficha Técnica

Entidade Promotora	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Estarreja
Coordenação	Patrícia Moreira
Conceção	Patrícia Moreira
Contactos	Telefone: 234 840 616 Telemóvel:961447756 Email: cpcj@cm-estarreja.pt
Morada:	Antiga Casa dos Magistrados Rua das Comunidades Portuguesas, 3860 Estarreja
Aprovação	27/06/2022

Índice

Mensagem da Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Estarreja	10
Introdução	11
Capítulo I – Diagnóstico Social da Infância e Juventude do Concelho de Estarreja	12
1. Território	12
1.1 Caracterização Geográfica	13
1.2 Caracterização Económica	14
1.3 Caracterização Demográfica e do Direito à Sobrevivência	14
1.3.1 População Residente por Grupo Etário	14
1.3.2 População Residente por Sexo	12
1.3.3 População Residente por Sexo e Estado Civil	14
1.3.5 População Estrangeira com Estatuto Legal Residente.....	15
1.3.6 Nados Vivos de Mães Residentes no Concelho	16
1.3.7. Número de Bebés por Idade da Mãe em Portugal.....	16
1.3.8. Agregados Domésticos Privados por Dimensão no Concelho.....	17
1.3.9. Taxa de Divórcio no Concelho	17
1.3.10. Empregabilidade vs Desemprego.....	17
1.3.11. Apoios sociais e de habitação	20
1.4. Caracterização do Direito ao Desenvolvimento	23
1.4.1 Caracterização da População Escolar inserida no Ensino Público	23
1.4.2 Caracterização da População Escolar inserida no Ensino Privado.....	24
1.4.3 Caracterização Agrupamento Escolas de Estarreja e Pardilhó	24
1.4.4 Indicadores de saúde	30
1.5 Recolha de informação na Comunidade	32
2. Comissão Nacional de Promoção dos direitos e Proteção das Crianças e Jovens – CNPDPCJ .	47
2.1 Orientações gerais da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPCJ)	47
3. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Estarreja	50
3.1 Constituição de Proteção de Crianças e Jovens de Estarreja	50
3.2 Tipificações das Situações de Perigo.....	50



3.3	Caracterização Processual da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	51
3.3.1	Estado Processual da CPCJ de Estarreja	51
3.4	Entidades Sinalizadoras	53
3.5	Problemáticas Sinalizadas	54
3.6	Medidas de Promoção e Proteção Aplicadas e Arquivamento de Processos	55
4.	Projetos Locais	58
4.1	Apoios à infância realizados pela CÂMARA MUNICIPAL DE ESTARREJA	58
4.1.1	Transporte Escolar	58
4.1.2	Atividades de Animação e apoio à Família (AAAF) - Pré-escolar	58
4.1.3	Atividades de Enriquecimento Curricular -1º ciclo.....	59
4.1.4	Componente de Apoio à Família (CAF)- 1º ciclo	59
4.1.5	Refeições Escolares	60
4.1.6	“Estarreja Compartilha” - Programa de Cidadania para jovens e Seniores	60
4.1.7	Gabinete de Atendimento e Acompanhamento Psicológico.....	61
4.1.8	Projeto EPIS – Empresários Pela Inclusão	63
4.1.9	“Férias Ativas” - Natal, Páscoa e Verão	63
4.1.10	Programa de Oferta de Manuais escolares	63
4.1.11	Programa de Oferta de Materiais escolares	64
4.1.12	Programa Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE) da Região de Aveiro- Programa Educ@RA.....	64
4.1.13	Feira da Juventude e da Formação	64
4.1.14	Apoio à Vacinação.....	64
4.1.15	“Hora do Conto”	65
4.1.16	“Conto com Fraldas”	65
4.1.17	“Histórias em Família”	65
4.1.18	Desafio Ler + "Juntos de Férias"	65
5.	Apoios à infância realizados por outras entidades	65
5.1	Equipa Local de Intervenção Precoce (ELI)- UCC Estarreja	65
5.2	Projeto “PISTA” - Contrato Local de Desenvolvimento Social CLDS4).....	67
5.3	Programa ESTA INTEGRA (8G) – Programa Escolhas	67

5.4	CAFAPase.....	68
6.	Projetos Nacionais	68
6.1	Projeto ADÉLIA	68
7.	Considerações Finais do Diagnóstico Social.....	70
Capítulo II – Auto- Avaliação da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Estarreja.....		71
1.	Autodiagnóstico dos Membros da CPCJ	71
1.1	Comissão em modalidade Alargada	72
1.1.1	Análise das Atas das Reuniões da Comissão Alargada	72
1.1.2	Presenças dos membros na Comissão Alargada	73
1.1.3	Pontos críticos detetados na análise das atas da comissão alargada/por ano:.....	74
1.1.4	Resultados dos Inquéritos na Modalidade Alargada.....	76
1.2	Resultados dos Inquéritos da Modalidade Restrita – participantes: 6 membros	79
1.3	Resultados dos Inquéritos de autodiagnóstico – participantes: 10 membros	86
CAPÍTULO III- Plano estratégico de promoção e proteção das crianças e jovens.....		96
1.	Análise SWOT da CPCJ de Estarreja.....	96
2.	Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança	101
3.	Avaliação do Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança.....	106
Conclusão		107
Referências Bibliográficas		108
Anexos		109
Índice de tabelas		
Tabela 1 – População Residente por Faixa Etária		14
Tabela 2 – População Residente por Sexo		14
Tabela 3 – População Residente por Sexo e Estado Civil		15
Tabela 4 – População Residente por Nível Educativo		15
Tabela 5 – População Residente com Estatuto Legal		15
Tabela 6 – Nados Vivos no Concelho		16
Tabela 7 – Número de Bebés por Idade das Mães		16
Tabela 8 - Agregados Familiares		17
Tabela 9 – Taxa Percentual de Divórcios no Concelho (Divórcio por 100 casamentos)		17

Tabela 10 – Número de População Empregada, residente no Concelho de Estarreja, residente no Concelho de Estarreja, segundo o Género, por Freguesias e ramo de atividades (2011)	17
Tabela 11 - Nº de Desempregados Inscritos Centro de Emprego e de Formação Profissional no Concelho de Estarreja	20
Tabela 12 -Beneficiárias/os do Rendimento Social de Inserção da Segurança Social, por Grandes Grupos Etários (2015-2019)	21
Tabela 13 - Nº de Beneficiários e Descendentes Equiparados no Concelho de Estarreja	22
Tabela 14 - Nº de Beneficiários de subsídio por Bonificação por Deficiência no concelho de Estarreja	23
Tabela 15 - Nº de alunos por ciclo e ano civil no ensino público	23
Tabela 16 - Nº de Alunos por Ciclo e Ano Civil no Ensino Privado	24
Tabela 17 - Agrupamento de Escolas de Estarreja- ano letivo 2021/2022.....	24
Tabela 18 - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PARDILHÓ- ano letivo 2021/2022	25
Tabela 19 - Indicadores	28
Tabela 20- Número de Alunos Matriculados nos Cursos Profissionais no Ano Letivo de 2018/19	29
Tabela 21 - Evolução da Taxa de Abandono Escolar 1991/2021	30
Tabela 22 – Indicadores de saúde por municípios na Região de Aveiro (taxa de mortalidade infantil e neonatal, 2007/2011 e 2013/2017).....	30
Tabela 23 – Nº de Utentes Inscritos nas UF’s do concelho Menores de 18 anos, por Sexo	31
Tabela 24 – Nº de utentes Grávidas Menores de 18 anos nas UF’s do Concelho	31
Tabela 25 – Nados Vivos de Mães Menores de 18 anos nas UF’s do Concelho	32
Tabela 26 – Nº de inscritos no Programa de Planeamento Familiar menores de 18 anos	32
Tabela 27 – Tabela síntese da amostra	33
Tabela 28 – Resultados dos inquéritos na área de Brincadeira e Lazer	34
Tabela 29 – Resultados dos inquéritos na área de Participação e Cidadania	36
Tabela 30 – Resultados dos inquéritos na área de Segurança e Proteção	39
Tabela 31 – Resultados dos inquéritos na área de Saúde	41
Tabela 32 – Resultados dos inquéritos na área de Educação/Vida Pessoal	42
Tabela 33 – Resultados dos inquéritos na área de vida familiar Vs trabalho	46
Tabela 34 - Estado Processual de 2018 a 2021 da CPCJ de Estarreja	52
Tabela 35 – Nº de inscrições para transporte escolar	58

Tabela 36- Nº inscrições nas AAAF's	59
Tabela 37- Nº inscrições nas AEC's	59
Tabela 38- Nº inscrições nas CAF's	60
Tabela 39- Nº refeições por escalão e por ciclo	60
Tabela 40- Nº de crianças e jovens acompanhados pelo Gabinete de Psicologia	62
Tabela 41- Nº de crianças acompanhadas por problemática	62
Tabela 42- Alunos acompanhados pelo EPIS	63
Tabela 43- Pontos críticos detetados na análise das atas da comissão alargada	74
Tabela 44- Análise Swot	97

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Evolução do n.º Médio de Pessoas em Situação de Desemprego no Concelho de Estarreja, inscritas no Centro de Emprego, segundo o Género	19
Gráfico 2 - Desemprego Registado no Concelho de Estarreja, segundo o Grupo Etário (situação no fim do mês de dezembro de 2018).....	19
Gráfico 3 - Beneficiárias/os do Rendimento Social de Inserção da Segurança Social por 1.000 habitantes em idade ativa, 2015-2019	20
Gráfico 4 - nº Beneficiários de Prestações de Parentalidade em Portugal (2020-jan. 2022.....	21
Gráfico 5- nº Beneficiários do Subsídio Parental Inicial por Sexo	22
Gráfico 6 - Taxa de retenção ou desistência dos alunos no 1º ciclo	26
Gráfico 7 - Taxa de retenção ou desistência dos alunos no 2º ciclo	26
Gráfico 8 - Taxa de Retenção ou Desistência dos Alunos no 3º ciclo	27
Gráfico 9 - Taxa de Retenção ou Desistência dos Alunos do Ensino Secundário	27
Gráfico 10 - Alunos matriculados em cursos Científico-Humanísticos, no ano letivo 2018/2019	28
Gráfico 11 - Percentagem de Alunos que concluíram o Ensino Secundário Profissional em 3 anos ou menos	29
Gráfico 12 – Entidades sinalizadoras	53
Gráfico 13 - Problemáticas Sinalizadas de 2018 a 2021	54
Gráfico 14 – Motivos para arquivamento de processo	57
Gráfico 15 – Número de reuniões da Comissão Alargada (2010-2020)	72
Gráfico 16 -Presenças dos membros em reuniões da Comissão Alargada por entidade (2010- 2020)	73



Gráfico 17 - Resultados dos Inquéritos da Modalidade Alargada – participantes: 7 membros	76
Gráfico 18 - Resultados dos Inquéritos da Modalidade Alargada – participantes: 7 membros	76
Gráfico 19 - Resultados dos Inquéritos da Modalidade Alargada – participantes: 7 membros	77
Gráfico 20 - Resultados dos Inquéritos da Modalidade Alargada – participantes: 7 membros	78
Gráfico 21 - Resultados dos Inquéritos da Modalidade Restrita – participantes: 6 membros	79
Gráfico 22 - Resultados dos Inquéritos da Modalidade Restrita – participantes: 6 membros	80
Gráfico 23 - Resultados dos Inquéritos da Modalidade Restrita – participantes: 6 membros	81
Gráfico 24 - Resultados dos Inquéritos da Modalidade Restrita – participantes: 6 membros	82
Gráfico 25 - Resultados dos Inquéritos da Modalidade Restrita – participantes: 6 membros	84
Gráfico 26 - Resultados dos Inquéritos da Modalidade Restrita – participantes: 6 membros	85
Gráfico 27 - Resultados dos Inquéritos da Modalidade Restrita – participantes: 6 membros	85
Gráfico 28 - Resultados dos Inquéritos de autodiagnóstico – participantes: 10 membros	85
Gráfico 29 - Resultados dos Inquéritos de autodiagnóstico – participantes: 10 membros	86
Gráfico 30 - Resultados dos Inquéritos de autodiagnóstico – participantes: 10 membros	87
Gráfico 31 - Resultados dos Inquéritos de autodiagnóstico – participantes: 10 membros	88
Gráfico 32 - Resultados dos Inquéritos de autodiagnóstico – participantes: 10 membros	89
Gráfico 33 - Resultados dos Inquéritos de autodiagnóstico – participantes: 10 membros	90
Gráfico 34 - Resultados dos Inquéritos de autodiagnóstico – participantes: 10 membros	91
Gráfico 35 - Resultados dos Inquéritos de autodiagnóstico – participantes: 10 membros	92
Gráfico 36 - Resultados dos Inquéritos de autodiagnóstico – participantes: 10 membros	93
Gráfico 37 - Resultados dos Inquéritos de autodiagnóstico – participantes: 10 membros	94

Mensagem da Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Estarreja

O Pinguim Adélia é uma das espécies de pinguins que habitam atualmente a Antártica. Pela sua interação com os seus pares, pelos cuidados constantes com os seus ovos e crias, e pela forma como repartem entre macho e fêmea as suas responsabilidades parentais, demonstram um grande comprometimento e estratégias atuais de parentalidade.

É deste exemplo, de boas práticas, que nasce o nome do projeto da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, projeto esse de apoio à Parentalidade Positiva e à promoção da capacitação parental, constituindo também uma estratégia preventiva para a promoção e proteção dos direitos da criança e do jovem, em consonância com a Convenção dos Direitos da Criança.

Um dos Eixos prioritários de intervenção do Plano de Desenvolvimento Social de Estarreja - Ação Social, Família e Comunidade - decorre, maioritariamente, de uma necessidade identificada, em sede de Diagnóstico Social, ao nível da fragilidade das competências parentais, sociais e pessoais observadas na população residente no concelho.

Nesse âmbito, e sempre numa perspetiva de trabalho em Rede, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Estarreja aderiu ao Projeto Adélia e, numa estratégia concertada de intervenção concelhia, ao nível da promoção dos Direitos da Criança, assumiu a elaboração do Plano Local para a Promoção dos Direitos da Criança e Jovem.

Tendo em conta que Educar é o grande desafio dos dias de hoje, pelas constantes mudanças que temos vindo a sentir na nossa sociedade, a elaboração de estratégias de intervenção que sensibilizem e potenciem a promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do jovem e, simultaneamente contribuam para a capacitação dos pais e encarregados de educação, dotando-os de mais e melhores competências parentais, torna-se um ponto fulcral.

A CPCJ de Estarreja tem consciência do seu papel, desenvolvendo o exercício das suas funções com a premissa de uma mudança efetiva na vida dos intervenientes e com o objetivo de fazermos sempre mais e melhor na promoção, proteção e defesa dos seus direitos.

Um forte agradecimento a todos os que contribuíram para a elaboração deste Plano, especialmente à Patrícia Moreira, deixando, agora, o desafio para, em conjunto, darmos continuidade a esta dinâmica de participação colaborativa!

Isabel Simões Pinto

Introdução

Para a realização do Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança foi essencial analisar o relatório de atividades da CPCJ de Estarreja, sendo este, a compilação de todo o trabalho que diariamente é levado a cabo pelos técnicos, que com todo o seu esforço e profissionalismo, dão o melhor de si para a proteção das crianças e jovens em perigo no concelho.

A intervenção planeada, dinâmica e orientada assente num trabalho colaborativo com as demais entidades, constitui uma das premissas da Comissão de Proteção das Crianças e Jovens de Estarreja, tendo como objetivo primordial erradicar situações de perigo e promover o bem-estar das crianças e jovens em acompanhamento.

Tendo por base estes princípios e fazendo uma análise cuidada e detalhada dos dados disponíveis, será elaborado o Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança do concelho de Estarreja. Importa referir que a elaboração deste projeto resulta do trabalho e satisfação pessoal e institucional pela partilha de responsabilidades, pelo cumprimento do empenho técnico e profissional de todos os envolvidos.

Após o seu término, este será aprovado em reunião de Modalidade Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

“O que se faz agora com as crianças é o que elas farão depois com a sociedade.” – Karl Mannheim

Capítulo I – Diagnóstico Social da Infância e Juventude do Concelho de Estarreja

1. Território

1.1 Caracterização Geográfica

O concelho de Estarreja, com uma área de 108,17Km², pertence ao Distrito de Aveiro e localiza-se na região centro, na NUT II. É limitado pelos concelhos de Ovar, Oliveira de Azeméis, Albergaria-a-Velha e Murtosa, sendo servido por uma importante rede viária.

Com a reforma administrativa as 7 freguesias que dividiam territorialmente o município passaram a 5 freguesias: Beduido e Veiros (sede do concelho), Avanca, Pardilhó, Salreu, Canelas e Fermelã.

Figura 1- ÁREA GEOGRÁFICA DO CONCELHO DE ESTARREJA





1.2 Caracterização Económica

Na área económica, o concelho de Estarreja destaca-se pelo seu desenvolvimento e dinâmica empresarial, que resultam da:

- Existência de população jovem em idade ativa (que determina algum dinamismo socioeconómico);
- Existência de dois polos industriais (Quimiparque e Eco Parque) e tecido empresarial em expansão;
- A Incubadora de Empresas do Município de Estarreja que tem como objetivo disponibilizar a todos os empreendedores as condições necessárias para a formação e o desenvolvimento de negócios baseados em tecnologias inovadoras;
- Existência de serviços de apoio ao empreendedorismo (Unidade Empreende):
 - GIP – Gabinete de Inserção Profissional de Estarreja;
 - Pacto - Pacto Local para a Empregabilidade e Empreendedorismo Jovem, ao qual o Município de Estarreja aderiu com o objetivo de reduzir o desemprego, promover a qualificação e facilitar o acesso a informação dos jovens.
- Qualidade da agenda cultural e quantidade de locais de grande interesse (como o BIORIA) para uma melhor oferta turística;
- Eventos turísticos anuais de renome como o Carnaval de Estarreja; Festas de Santo António da cidade e do Município de Estarreja (Marchas Populares; o Mercado Antigo; Tasquinhas; grandes concertos, entre outros); o Garcicup; Biorace; Observaria e Estau são alguns dos exemplos, que trazem ao concelho milhares de turistas anualmente.

1.3 Caracterização Demográfica e do Direito à Sobrevivência

Neste ponto, iremos fazer uma breve reflexão sobre a população residente no concelho, de forma a ser mais perceptível a forma como esta se distribui, assim como as suas características.

1.3.1 População Residente por Grupo Etário

Tabela 1 – População Residente por Faixa Etária

	1960	1970	1981	1991	2001	2011	2021
0-14 Anos	7 453	7 595	6 652	5 603	4 669	3 943	3 295
15-24 Anos	3 866	3 825	4 551	4 329	4 130	3 065	2 681
25-64 Anos	11 357	11 250	11 678	13 012	14 687	14 587	13 852
= ou > 65 Anos	2 537	2 665	3 380	3 798	4 696	5 402	6 396

(fonte INE)

Através do gráfico é notório um decréscimo da população dos 0-14 e dos 15 - 24 e um aumento nas restantes faixas etárias da população do concelho, o que vem ao encontro do cenário nacional atual.

1.3.2 População Residente por Sexo

Tabela 2 – População Residente por Sexo

	Sexo Masculino		Sexo Feminino		Total	
	<u>2021</u>	<u>2011</u>	<u>2021</u>	<u>2011</u>	<u>2021</u>	<u>2011</u>
Estarreja	12 692	13 012	13 532	13 985	26 224	26 997

(fonte INE, Censos 2021)

Na última década, existiu um aumento no número de pessoas do sexo feminino e uma diminuição do sexo masculino a residir no concelho de Estarreja.

1.3.3 População Residente por Sexo e Estado Civil

Tabela 3 – População Residente por Sexo e Estado Civil

Sexo	Solteiro	Casado	Viúvo	Divorciado
H	5 523	5 911	424	834
M	4 911	5 876	1 735	1010

(fonte INE, Censos 2021)

Atualmente no concelho de Estarreja, temos 5523 homens solteiros face a 4911 mulheres com o mesmo estado civil. A diferença no número de pessoas casadas por género não é significativa, tal como nos indicam os dados do gráfico. Existem no concelho a residir, mais mulheres divorciadas do que homens (1010 vs 834).

De salientar, que o número de mulheres viúvas no concelho é muito superior ao dos homens (1735 vs 424).

1.3.4 População Residente por Níveis de Ensino

Tabela 4 – População Residente por Nível Educativo

Nível Educação	2021	2011
Nenhum	3 465	5 032
1º ciclo	6 573	7 846
2º ciclo	3 500	4 298
3º ciclo	4 442	4 646
Secundário e pós-secundário	5 151	3 028
Superior	3 093	2 147

(fonte INE, Censos 2021)

De acordo com dados da tabela acima, podemos verificar que a maioria dos habitantes do concelho são detentores do 1º ciclo de ensino básico. Relativamente à última década houve um aumento significativo do número de pessoas com a escolaridade obrigatória (3028 vs 5151), que poderá ser justificado pelos programas de incentivo e aumento de respostas escolares no concelho.

De salientar que ocorreu ainda uma diminuição do número de pessoas sem qualquer nível de ensino, dados que são muito importantes para o desenvolvimento do Município.

1.3.5 População Estrangeira com Estatuto Legal Residente

Tabela 5 – População Residente com Estatuto Legal

Ano	2008	2020
Nº população	313	635

(Fonte PORDATA, Brasil 67/144 e Outros Países americanos 85/161)

Entre o ano de 2008 e 2020 (últimos dados atualizados), o número de população estrangeira com estatuto legal residente no concelho duplicou. Estes números parecem estar ligados às condições de habitação e de trabalho existentes no concelho, assim como, ao acompanhamento disponibilizado às comunidades pelo Município.

1.3.6 Nados Vivos de Mães Residentes no Concelho

Tabela 6 – Nados Vivos no Concelho

	1995	2018	2019	2020
Nados vivos	324	207	196	230

(Fonte PORDATA)

Houve um decréscimo na taxa de nascimentos no concelho, passando de 324 (1995) para 230 (2020), últimos dados conhecidos.

1.3.7. Número de Bebés por Idade da Mãe em Portugal

Tabela 7 – Número de Bebés por Idade das Mães

Idade	2001	2018
< 18 anos	2 335	612
40 ou +	2 590	6 412

(fonte, PORDATA/publicações- “Como crescem os portugueses”)

Na tabela acima podemos verificar que existiu um decréscimo acentuado no número de mães com idade inferior a 18 anos no concelho entre os anos de 2001 e 2018 (2335 vs 612). Esta descida estará relacionada com as ações promovidas e os programas implementados, tais como as ações de sensibilização das escolas e centros de saúde e consultas de planeamento familiar. O aumento no uso de contraceção e a qualidade da informação prestadas são cruciais para este decréscimo acentuado.

De salientar também que o número de mães com idade igual ou superior a 40 anos sofreu um aumento significativo no mesmo período cronológico (2590 vs 6412). Acreditamos que estes números se devem essencialmente ao facto de atualmente as mulheres se dedicarem aos estudos até mais tarde e consequentemente às suas carreiras profissionais, deixando para mais tarde a maternidade, contrariando o que acontecia há alguma décadas.

1.3.8. Agregados Domésticos Privados por Dimensão no Concelho

Tabela 8 – Agregados Familiares

	2011	2021
1 pessoa	1 601	1 956
2 pessoas	2 928	3 216
3 pessoas	2 353	2 279
4 pessoas	1 844	1 607
5 ou + pessoas	886	770

(fonte, INE – Censos 2021)

O agregado com mais expressão mantém-se, sendo o constituído por duas pessoas, seguindo-se o agregado composto por três pessoas, tal como podemos observar pelo gráfico acima.

1.3.9. Taxa de Divórcio no Concelho

Tabela 9 – Taxa Percentual de Divórcios no Concelho (Divórcio por 100 casamentos)

Ano	% Divórcios
1984	10.2
2018	48.8
2019	39.6
2020	90.6

(fonte, PORDATA)

No ano de 2020 (últimos dados atualizados), existiu um aumento significativo do número de divórcios no concelho, tal como descrito na tabela acima, embora seja natural o aumento desta percentagem, pois devido à pandemia, o número de casamentos também diminuiu consideravelmente.

1.3.10. Empregabilidade vs Desemprego

Para melhor compreender o concelho, e as respostas sociais existentes, é importante referir que no que concerne ao mercado de trabalho, verifica-se que a população empregada, residente no concelho, está distribuída sobretudo pelos sectores secundário e terciário (4.656 e 6.088 pessoas empregadas, respetivamente). A diferença entre o número de empregados por género não é significativa, embora se registre um maior número de homens empregados, como se confere na tabela seguinte:

Tabela 10 – Número de População Empregada, residente no Concelho de Estarreja, segundo o Género, por Freguesias e ramo de atividade (2011)

Território	População empregada			Ramo de atividade				
	Total	H	M	Primário	Secundário	Terciário		
						Total	De natureza social	Relacionados com a atividade económica
Estarreja (concelho)	11032	6086	4946	288	4656	6088	2287	3801
Avanca	2705	1487	1218	70	1215	1420	493	927
Pardilhó	1596	898	698	52	761	783	296	487
Salreu	1441	825	616	52	545	844	298	546
Beduído e Veiros	4174	2247	1927	80	1663	2431	969	1462
Canelas e Fermelã	1116	629	487	34	472	610	231	379

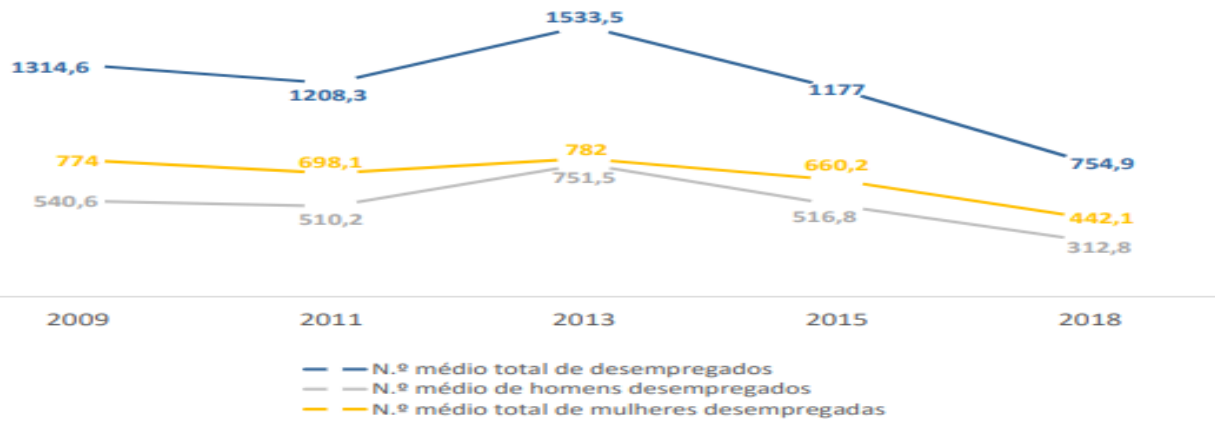
(fonte: INE, Censos 2011)

No concelho de Estarreja, em média, o número médio de pessoas em situação de desemprego, e que se encontram inscritas no Centro de Emprego, aumentou de forma significativa entre o ano de 2011 e 2013.

Entre o ano de 2013 e 2018, verificou-se uma variação percentual negativa de 50,8, no número médio anual de pessoas em situação de desemprego inscritas no Centro de Emprego.

No que respeita ao género, são as mulheres que, em média, se encontram em maior número, no período entre 2009 e 2018. No entanto, o número médio anual de homens em situação de desemprego sofre um aumento mais acentuado entre os anos 2011 e 2013, relativamente ao número médio anual de mulheres.

Gráfico 1 – Evolução do n.º Médio de Pessoas em Situação de Desemprego no Concelho de Estarreja, inscritas no Centro de Emprego, segundo o Género

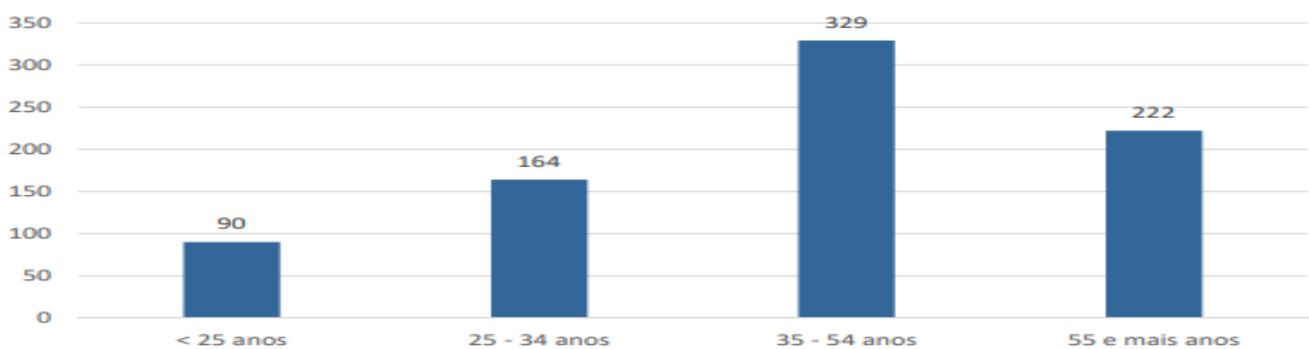


(Fonte: PORDATA / IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional (Estatísticas Mensais por Concelhos))

Dos desempregados do concelho de Estarreja, em dezembro de 2018, verifica-se um número acrescido em indivíduos do sexo feminino e que procuram um novo emprego. Ao nível da faixa etária, existe uma maior incidência na faixa etária dos 35-54 anos, seguida da faixa etária com + de 55 anos.

Analisando por grupo etário e focando nos menores de 25 anos, os desempregados no concelho de Estarreja têm vindo a aumentar, verificando-se um grande aumento em 2020, ano de pandemia.

Gráfico 2 – Desemprego Registrado no Concelho de Estarreja, segundo o Grupo Etário (situação no fim do mês de dezembro de 2018)



(Fonte: IEFP (Estatísticas Mensais por Concelhos))

O número de desempregados no concelho teve o seu pico em 2020 (857 pessoas em situação de desemprego), o que poderá estar relacionado com a pandemia. Este valor teve uma descida no ano de 2021, regressando aos valores médios dos anos anteriores, tal como consta na tabela abaixo.

Tabela 11 - Nº de Desempregados Inscritos Centro de Emprego e de Formação Profissional no Concelho de Estarreja

Ano	Nº desempregados
2021	771
2020	857
2019	737
2018	805
2017	779

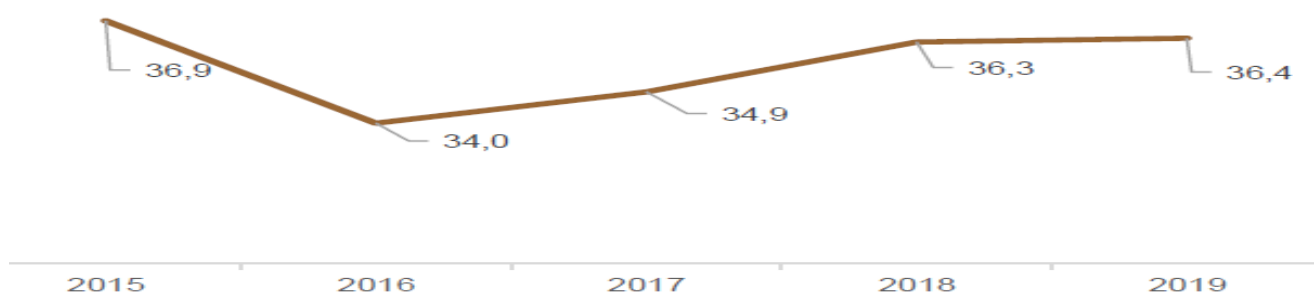
(fonte, PORDATA)

1.3.11. Apoios sociais e de habitação

O Rendimento Social de Inserção (RSI) corresponde à prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção e tem o intuito de conferir às pessoas e respetivos agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, contribuindo para a satisfação das suas necessidades essenciais e capaz de favorecer a progressiva inserção laboral, social e comunitária.

O número de beneficiárias/os do Rendimento Social de Inserção da segurança social no concelho de Estarreja registou um crescimento progressivo após a quebra sentida entre 2015 e 2016. Com efeito, a partir do mínimo observado de 34 beneficiários por 1.000 habitantes em 2016 observou-se um aumento, culminando em cerca de 36,4 beneficiários por 1.000 habitantes em idade ativa em 2019, como se comprova no gráfico seguinte.

Gráfico 3- Beneficiárias/os do Rendimento Social de Inserção da Segurança Social por 1.000 habitantes em idade ativa, 2015-2019.



(Fonte, INE)

Analisando os beneficiários do RSI por grandes grupos etários, verifica-se a população com menos de 25 anos como o grupo detentor da maioria dos beneficiários do RSI em todos os anos considerados, registando-se, contudo, uma diminuição do seu número ao longo dos anos em análise.

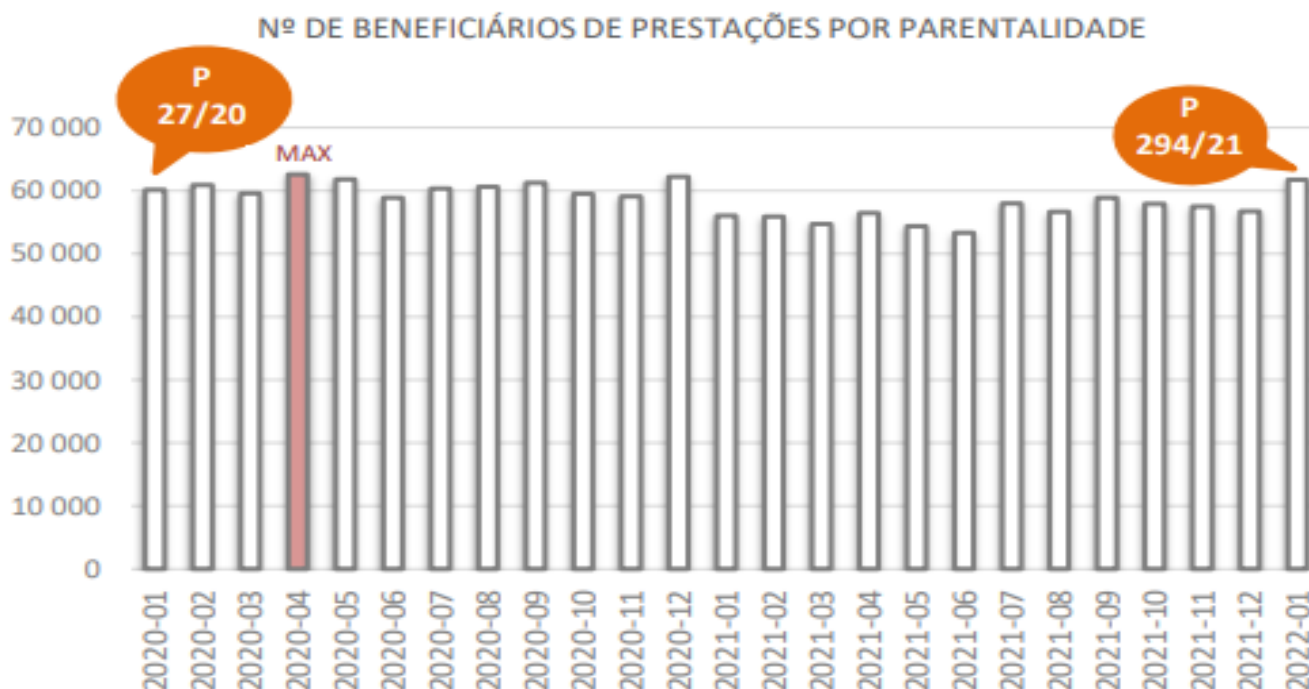
Tabela 12 -Beneficiárias/os do Rendimento Social de Inserção da Segurança Social, por Grandes Grupos Etários (2015-2019)

Grupo etário	Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social (N.º)									
	Ano de referência									
	2019	%	2018	%	2017	%	2016	%	2015	%
Menos de 25 anos	396	47,9%	388	47,1%	380	47,9%	388	50,1%	430	51,1%
25 - 39 anos	157	19,0%	149	18,1%	147	18,5%	139	17,9%	152	18,1%
40 - 54 anos	145	17,6%	154	18,7%	147	18,5%	147	19,0%	159	18,9%
55 e mais anos	128	15,5%	132	16,0%	119	15,0%	101	13,0%	100	11,9%
Total	826	100%	823	100%	793	100%	775	100%	841	100%

(fonte, INE)

Segundo o Instituto da Segurança Social, as prestações de parentalidade são atribuídas ao pai ou à mãe, durante o período de impedimento para o exercício de atividade profissional, por nascimento de filho.

Gráfico 4- nº Beneficiários de Prestações de Parentalidade em Portugal (2020-jan. 2022)

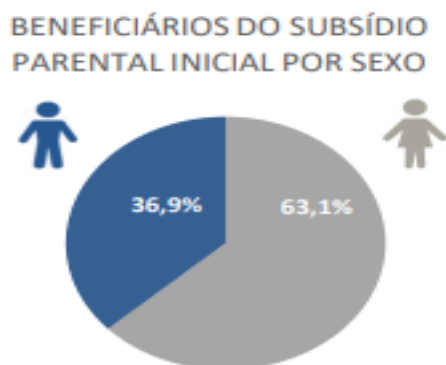


(fonte, ISSS Aveiro)

Os dados relativos ao subsídio parental inicial indicam que esta prestação abrangeu 37 880 indivíduos, em janeiro de 2022. Este subsídio é maioritariamente requerido pelas mães (63,1%). No mês em análise, o número de beneficiárias foi 23 921. Face ao mês anterior registaram-se mais 1 771 beneficiárias (+8,0%) e, em termos homólogos, o aumento foi de 1 499 (+6,7%).

Em janeiro de 2022, o número de beneficiários de prestações por parentalidade abarcou um total de 61 694 indivíduos. Na variação mensal observou-se um aumento de 4 984 beneficiários (+8,8%). Em relação ao período homólogo, a variação registada traduziu-se num aumento de 5 667 beneficiários (+10,1%).

Gráfico 5- nº Beneficiários do Subsídio Parental Inicial por Sexo



(fonte, ISS Aveiro)

No que concerne ao abono de família, reconhecido como uma prestação em dinheiro atribuída mensalmente, com o objetivo de compensar os encargos familiares respeitantes ao sustento e educação das crianças e dos jovens, verifica-se que o número de beneficiários deste apoio tem vindo a decrescer ao longo do tempo, possivelmente devido às novas regras e tabelas de rendimentos para a obtenção deste apoio.

Tabela 13- Nº de Beneficiários e Descendentes Equiparados no Concelho de Estarreja

Ano	Nº Beneficiários
2001	3 717
2017	2 072
2018	1 939
2019	1 870
2020	1 868

(Fonte, PORDATA)

Para além do abono de família, existe ainda o subsídio de bonificação por deficiência, quando por motivo de perda ou anomalia congénita ou adquirida, de estrutura ou função psicológica, intelectual, fisiológica ou anatómica, a criança ou jovem necessite de apoio pedagógico ou terapêutico.

Tabela 14- Nº de Beneficiários de subsídio por Bonificação por Deficiência no concelho de Estarreja

Ano	Nº Beneficiários
2001	229
2017	449
2018	510
2019	495
2020	485

(Fonte, PORDATA)

No que concerne ao apoio com à habitação social, o Município de Estarreja possui 49 fogos de habitação social, com uma taxa de ocupação de 78%, uma vez que onze fogos se encontram vagos, um deles reservado para acolher situações de emergência Social.

48 dos fogos de habitação social localizam-se na União de freguesias de Beduido e Veiros, e 1 habitação social unifamiliar na União de Freguesias de Canelas e Fermelã.

É importante referir a existência de 89 fogos de habitação social da Associação de Solidariedade Estarrejense, 74 dos quais localizados no Bairro da Teixugueira e os restantes dispersos pelo concelho. A lotação destes espaços está completa.

1.4. Caracterização do Direito ao Desenvolvimento

Neste ponto iremos analisar indicadores referentes à satisfação das necessidades de desenvolvimento pessoal e cuidados de saúde. É importante o foco em indicadores que permitam conhecer as condições de acesso à educação e à saúde, em geral, e de acesso ao sucesso escolar, em particular, procurando identificar desigualdades que possam existir.

1.4.1 Caracterização da População Escolar inserida no Ensino Público

Tabela 15- Nº de alunos por ciclo e ano civil no ensino público

Níveis de ensino	Anos						
	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2020
Pré-escolar	736	726	690	670	630	654	672
1º ciclo	1 259	1186	1 098	1 063	1 012	953	949
2º ciclo	646	666	616	600	535	546	516
3º ciclo	1 367	1 061	962	895	881	863	854
Secundário	960	916	777	751	803	772	775

(fonte PORDATA)

Na última década existiu um decréscimo no número de alunos nos diversos anos escolares de forma homogénea, não havendo nenhum nível de ensino que se destaque. Estes números parecem estar relacionados com o decréscimo de natalidade no concelho.

1.4.2 Caracterização da População Escolar inserida no Ensino Privado

Tabela 16- Nº de Alunos por Ciclo e Ano Civil no Ensino Privado

Níveis de ensino	Anos						
	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2020
Pré-escolar	373	354	335	313	315	314	322
1º ciclo	73	74	70	66	37	31	39

(fonte PORDATA)

Ao observar a tabela referente ao ensino privado no concelho, podemos verificar que existe um decréscimo pouco acentuado ao nível do pré-escolar. Já ao nível do primeiro ciclo, podemos verificar que o número de inscritos reduziu consideravelmente na última década.

1.4.3 Caracterização Agrupamento Escolas de Estarreja e Pardilhó

Tabela 17- Agrupamento de Escolas de Estarreja- ano letivo 2021/2022

ESCOLAS	CICLOS	Nº ALUNOS				
		Pré-escolar	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Secundário
Escola Básica Visconde Salreu	Pré-escolar e 1º ciclo	96	209	-	-	-
Escola Básica do Pinheiro, Veiros	Pré-escolar e 1º ciclo	18	28	-	-	-
Escola Básica das Cabeças, Veiros	Pré-escolar e 1º ciclo	13	27	-	-	-
Escola Básica da Congosta, Avanca	Pré-escolar e 1º ciclo	22	31	-	-	-
Escola Básica do Mato, Avanca	Pré-escolar e 1º ciclo	50	185	-	-	-
Escola Básica Prof. Doutor Egas Moniz, Avanca	2ºciclo e 3º ciclo	-	-	182	182	-
Escola Básica Padre Donaciano Abreu Freire	Pré-escolar, 1º ciclo e 2º ciclo	122	253	-	-	-
Escola Secundária de Estarreja	3º ciclo e secundário	-	-	-	509	341 -Regular 383- Profiss.

(fonte PORDATA)

Tabela 18- AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PARDILHÓ- ano letivo 2021/2022

ESCOLAS	CICLOS	Nº ALUNOS			
		Pré-escolar	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo
Escola Básica	Pré-escolar, 1º ciclo, 2º ciclo e 3º ciclo	51	119	84	115

(fonte PORDATA)

Entre 2009 e 2020, o número de escolas do 1º ciclo de Estarreja diminuiu de 15 para 8 (desde 2015), com um decréscimo de 47%.

Segundo o PORDATA, em 2020, no município de Estarreja:

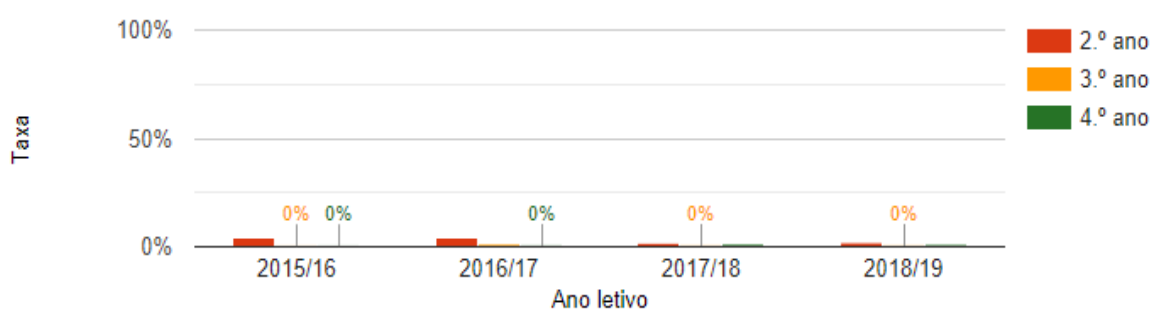
- o número de alunos inscritos no ensino pré-escolar, básico e secundário, face à população residente em idade escolar, era o 6º mais elevado da Região de Aveiro;
- os 949 alunos do 1º ciclo estavam distribuídos por oito escolas, num rácio de 119 alunos por escola, o segundo maior da região de Aveiro;
- Em 2019, Estarreja foi o município da Região de Aveiro com a 4ª maior percentagem de alunos do ensino secundário que não transitaram ou que desistiram de estudar.

Segundo o site PORDATA, entende-se por taxa de desistência: “situação que ocorre em consequência do abandono temporário do aluno ou formandos da frequência das atividades letivas de um curso, de um período de formação ou de uma ou mais disciplinas no decurso do ano letivo”. E por retenção: “situação que ocorre em consequência de não aproveitamento, pelo não cumprimento dos requisitos previstos na legislação em vigor para a frequência no ano”.

Assim, segundo o site <https://infoescolas.mec.pt/1Ciclo/>, no concelho de Estarreja, a taxa de retenção no ensino básico geral apresenta os seguintes valores percentuais:

Gráfico 6- Taxa de retenção ou desistência dos alunos no 1º ciclo

Taxa de retenção ou desistência dos alunos ⓘ



(Fonte Infoescolas)

Verifica-se que no 1º ciclo, o insucesso escolar é inferior a 10%, notando-se uma diminuição nos últimos anos letivos. Em todos os anos, verifica-se que o segundo ano, apresenta as taxas de retenção mais elevadas de todo o primeiro ciclo. Este fator poderá explicar-se pela obrigatoriedade de transição no primeiro ano.

Gráfico 7- Taxa de retenção ou desistência dos alunos no 2º ciclo

Taxa de retenção ou desistência dos alunos ⓘ



(Fonte Infoescolas)

Ao analisarmos este gráfico é possível verificar que existe um ligeiro aumento do insucesso escolar no 2º ciclo em comparação com os dados do 1º ciclo, contudo a taxa mantém-se inferior a 10%.

Esta percentagem poderá ser justificada pela grande percentagem de alunos de etnia cigana nestes dois ciclos, que registam uma grande taxa de absentismo escolar (dados confirmados pelas sinalizações da CPCJ). No entanto, com a implementação do “Projeto Esta Integra” em 2016, (Programa Escolhas), a tendência veio a diminuir.

Gráfico 8- Taxa de Retenção ou Desistência dos Alunos no 3º ciclo

Taxa de retenção ou desistência dos alunos ⓘ

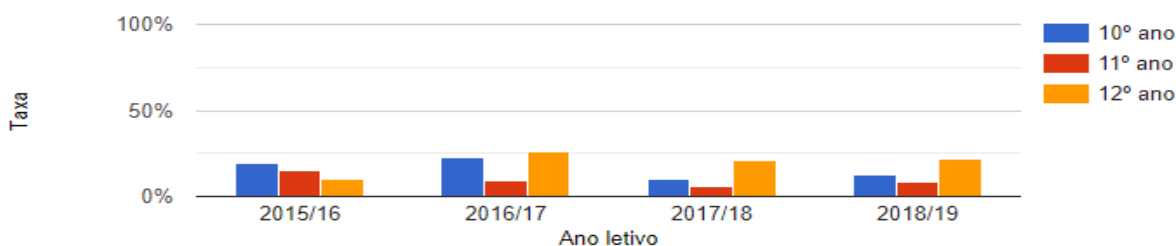


(fonte infoescolas)

Em relação ao 3º ciclo, o insucesso escolar nos 7º e 9º anos foi mais evidente. No entanto, verifica-se que no ano letivo de 2018/2019 os números desceram consideravelmente face aos anos anteriores.

Gráfico 9- Taxa de Retenção ou Desistência dos Alunos do Ensino Secundário

Taxa de retenção ou desistência dos alunos ⓘ



(fonte Infoescolas)

No que respeita ao ensino secundário, o insucesso escolar é bastante mais elevado, destacando-se esta problemática no 12º ano de escolaridade, provavelmente por ser o ano correspondente ao fim de ensino obrigatório e/ou terem atingido a maioridade. Destaca-se o ano letivo 2016/17, como o ano com a taxa mais elevada (26%), sendo que esta percentagem tem vindo a descer ligeiramente nos últimos anos, embora não tanto quanto gostaríamos.

Na próxima tabela, podemos observar uma síntese de indicadores referentes às taxas de retenção e desistência; da escolarização e dos recursos tecnológicos das escolas, nomeadamente os computadores com ou sem internet que se tornaram recursos importante para o sucesso escolar em tempo de pandemia.

Tabela 19 – Indicadores

Estarreja	Ano letivo									
	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20
Resultados Escolares - Taxas de retenção e desistência										
Ensino básico	6,5	9,0	12,3	11,2	7,0	4,9	3,9	2,5	1,7	1,9
1.º Ciclo do ensino básico	2,7	4,4	5,5	7,0	4,0	1,3	1,4	0,7	0,7	0,8
2.º Ciclo do ensino básico	7,0	9,6	17,7	13,9	5,5	6,8	3,3	2,1	1,2	0,6
3.º Ciclo do ensino básico	11,3	15,0	17,7	15,0	12,3	8,8	7,6	5,2	3,3	4,2
Ensino secundário	23,0	14,5	18,7	19,2	19,8	18,4	20,7	9,3	13,0	6,8
Escolarização										
Taxa bruta de pré-escolarização	95,0	99,6	99,9	93,9	99,9	99,1	104,8	105,6	112,2	112,8
Taxa bruta de escolarização - Ensino básico	112,9	116,5	110,9	105,1	108,9	109,0	107,8	108,5	112,0	112,0
Taxa bruta de escolarização - Ensino secundário	99,6	87,7	82,4	82,9	87,8	88,2	96,3	101,9	94,1	97,1
Taxa real de pré-escolarização	93,1	96,6	97,1	91,6	96,4	95,8	100,0	100,0	100,0	100,0
Recursos tecnológicos das escolas										
N.º médio de alunos/computador	1,9	3,6	3,3	3,2	3,2	3,6	6,2	4,3	4,1	4,4
1.º Ciclo do ensino básico	0,9	4,0	3,3	3,8	3,9	3,9	4,6	4,6	4,5	4,9
2.º Ciclo do ensino básico	3,3	3,2	2,2	2,7	2,7	3,3	3,6	4,0	3,9	4,2
3.º Ciclo do ensino básico	3,6	3,3	3,2	2,9	2,6	3,2	7,2	3,8	3,6	3,9
Ensino secundário	5,0	4,0	5,3	3,7	3,4	4,1	28,3	4,5	4,3	4,4
N.º médio de alunos/computador com Internet	2,1	4,5	3,8	3,9	3,7	3,9	6,8	4,4	4,1	4,4
1.º Ciclo do ensino básico	1,0	5,2	4,1	4,9	4,7	4,3	4,9	5,1	4,5	4,9
2.º Ciclo do ensino básico	4,4	4,3	2,6	3,4	3,3	3,7	4,0	4,2	3,9	4,2
3.º Ciclo do ensino básico	4,3	3,9	3,7	3,4	3,0	3,4	8,1	3,9	3,6	3,9
Ensino secundário	5,6	4,3	5,9	3,9	3,7	4,3	36,8	4,5	4,3	4,4

Podemos verificar pelo gráfico seguinte, que o curso de ciências e Tecnologias, é o curso científico-humanístico com mais alunos inscritos, liderando as preferências no concelho.

Gráfico 10- Alunos matriculados em cursos Científico-Humanísticos, no ano letivo 2018/2019

Em que cursos científico-humanísticos estão inscritos os alunos desta região? ⓘ



(fonte Infoescolas)

Para além dos cursos Científico-Humanísticos, o concelho tem uma vasta oferta de ensino profissional, sendo os cursos nas áreas de Ciências Informáticas e Metalurgia e metalomecânica, os mais procurados atualmente.

Tabela 20- Número de Alunos Matriculados nos Cursos Profissionais no Ano Letivo de 2018/19

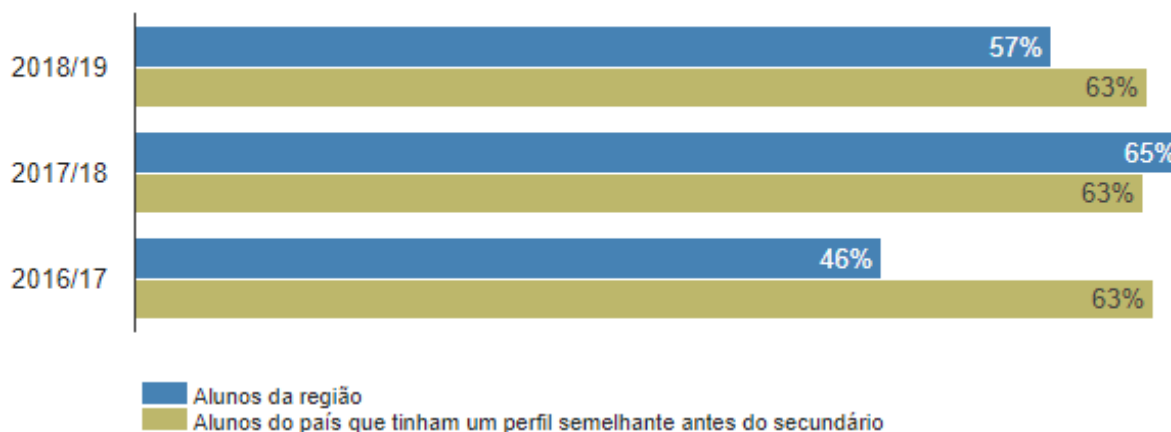
Área de ensino profissional	Número de alunos	Percentagem no concelho
Ciências informáticas	97	25,33%
Metalurgia e metalomecânica	96	25,07%
Gestão e administração	80	20,89%
Hotelaria e restauração	61	15,93%
Trabalho social e orientação	32	8,36%
Comércio	10	2,61%
Eletricidade e energia	7	1,83%

(fonte Infoescolas)

O sucesso dos alunos que frequentam o ensino profissional é outro fator importante de analisar, tendo em conta que avaliação é feita de forma diferente (modular), e permite um contacto com a realidade do mercado de trabalho, já que realizam estágios ao longo dos três anos de duração do curso profissional.

Gráfico 11- Percentagem de Alunos que concluíram o Ensino Secundário Profissional em 3 anos ou menos.

Percentagem de alunos que concluem o ensino profissional em três anos ou menos ⓘ



Assim, como demonstra o gráfico 11, verificamos que os alunos deste concelho têm uma taxa de sucesso inferior à média nacional. No entanto, no ano letivo de 2017/18, a tendência inverteu-se, ficando acima da média nacional. Contudo, mais de metade dos alunos conseguem terminar o curso em três anos ou menos.

Salienta-se que esta comparação tem em conta o perfil semelhante dos alunos da região, em termos de idade e de apoios ao nível da Ação Social Escolar, dentro de um contexto escolar e socioeconómico semelhante.

Podemos verificar, através da tabela seguinte, que tem vindo a ocorrer um decréscimo acentuado do abandono escolar, provavelmente devido às novas políticas de educação e também aos programas e projetos de intervenção de apoio à educação.

Tabela 21- Evolução da Taxa de Abandono Escolar 1991/2021

Unidade Geográfica	Taxa de Abandono Escolar (%)		
	1991	2001	2011
Portugal	12,60	2,79	1,58
Continente	12,51	2,71	1,54
Centro	11,80	2,19	1,40
Baixo Vouga	13,91	2,22	1,24
Estarreja	12,56	2,71	1,06
Avanca	9,87	2,04	0,26
Beduido	7,10	1,81	1,15
Canelas	5,11	3,57	1,12
Fermelã	19,18	1,94	2,30
Pardilhó	19	4,93	1,06
Salreu	14,88	2,81	0,42
Veiros	21,23	3,41	2,67

(fonte PEEM- Estarreja/INE)

1.4.4 Indicadores de saúde

Neste ponto, vamos refletir sobre alguns indicadores da área da saúde, para que possamos perceber se as respostas atuais vão de encontro às necessidades.

Iniciamos com os indicadores da taxa de mortalidade infantil, que está relacionada com a evolução qualitativa dos cuidados de saúde e das condições socioeconómicas em Portugal, que se refletem no maior cuidado com a higiene e com a alimentação e com o maior acesso à informação por parte das famílias (DGS – Comunicado sobre Mortalidade Infantil, 2019).

Tabela 22– Indicadores de saúde por municípios na Região de Aveiro (taxa de mortalidade infantil e neonatal, 2007/2011 e 2013/2017)

Território	Taxa quinquenal de mortalidade infantil *		Taxa quinquenal de mortalidade neonatal*	
	2007/2011	2013/2017	2007/2011	2013/2017
Portugal	3,2	2,9	2,1	2,0
Região Centro	2,7	2,5	1,8	1,8
Região de Aveiro	2,5	2,3	1,4	1,9
Águeda	2,1	3,0	1,5	1,8
Albergaria-a-Velha	1,7	2,2	0,8	1,1
Anadia	1,9	1,1	1,0	0,0
Aveiro	1,6	1,2	0,8	1,2

Estarreja	3,5	2,0	1,7	2,0
Ílhavo	2,2	5,7	1,1	5,0
Murtosa	6,0	0,0	2,0	0,0
Oliveira do Bairro	1,7	1,1	0,9	1,1
Ovar	4,5	1,9	2,9	1,9
Sever do Vouga	4,7	0,0	4,7	0,0
Vagos	1,0	4,5	1,0	4,5

(Fonte, INE)

* Taxa quinquenal de mortalidade infantil: número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade observado no período relativo aos últimos cinco anos, referido ao número de nados vivos do mesmo período (INE).

*Taxa quinquenal de mortalidade neonatal: número de óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade observado no período relativo aos últimos cinco anos, referido ao número de nados vivos do mesmo período (INE).

Nesse sentido, a diminuição do número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade (de 3,5 ‰ no quinquénio 2007/2011 para 2,0‰ entre 2013-2017), aponta para uma melhoria dos cuidados de saúde neonatais e das condições de assistência médica pré e pós-parto. No entanto, o número de óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade aumentou entre os quinquénios referidos (de 1,7‰ em 2007/2011, para 2,0‰ em 2013/2017). Ainda assim, é de salientar que Estarreja tem uma taxa quinquenal de mortalidade infantil (quinquénio 2013-2017) inferior à registada a nível nacional, na Região de Aveiro e a quatro concelhos desta Região. Relativamente à taxa quinquenal de mortalidade neonatal (2013-2017), Estarreja é o terceiro concelho com maior taxa na Região de Aveiro (superior à registada para a Região e igual à registada a nível nacional).

Tabela 23– Nº de Utentes Inscritos nas UF's do concelho Menores de 18 anos, por Sexo

Utentes Menores de 18 anos Inscritos nas Unidades Funcionais de Estarreja	
Sexo Masculino	2230
Sexo Feminino	2088

No que concerne ao número de utentes inscritos nas três unidades funcionais do concelho com menos de 18 anos, podemos verificar que existem mais inscritos do sexo masculino do que o feminino, embora não seja significativo.

Tabela 24– Nº de utentes Grávidas Menores de 18 anos nas UF's do Concelho

Nº de Utentes Grávidas Menores de 18 anos
4



Tabela 25– Nados Vivos de Mães Menores de 18 anos nas UF's do Concelho

Nados Vivos de Mães Menores de 18 anos nas Unidades Funcionais de Estarreja	
Mães com Idade dos 10-14	0
Mães com Idade dos 15-18	7

Tal como podemos verificar nas tabelas acima, existem neste momento no concelho quatro grávidas com idade inferior a 18 anos e sete mães adolescentes com idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos.

Tabela 26– Nº de inscritos no Programa de Planeamento Familiar menores de 18 anos.

Nº de inscritos no Programa de Planeamento Familiar menores de 18 anos.
13

Apesar do número de inscritos nas Unidades Funcionais, apenas 13 utentes são seguidas nos programas de Planeamento Familiar. Este número é muito reduzido e ilustrativo do longo caminho que ainda temos pela frente no sentido de sensibilizar e informar para a importância da promoção da literacia para a saúde.

1.5 Recolha de informação na Comunidade

Conhecer a perceção e o conhecimento que as crianças e jovens têm sobre o concelho onde residem e/ou estudam, é o fator o mais interessante e aliciante neste diagnóstico. Para isso, foram aplicados por via digital inquéritos, elaborados pelo CESIS e facultados pelos coordenadores do Projeto Adélia:

- ✓ A crianças em idade pré-escolar (anexo 1);
- ✓ A crianças com idades compreendidas entre os 6-12 anos (anexo 2);
- ✓ A jovens com idades compreendidas entre os 13-18 anos (anexo 3);
- ✓ Às famílias (anexo 4)
- ✓ Entidades com competência em matéria de infância e juventude (anexo 5)

Os questionários aplicados geraram 1274 respostas na sua totalidade. As famílias demonstraram um grande envolvimento na participação no diagnóstico social, já que que obtivemos 488 respostas ao inquérito realizado, o que demonstra que existe uma vontade acrescida de participação ativa por parte das famílias do concelho.

De salientar que ocorreram mais respostas na faixa etária dos 6 - 12 anos de idade, do que dos 13 - 18, embora o número não seja significativo.

Tabela 27– Tabela síntese da amostra

	Número de Respostas	Idades	Nível de Ensino dos(as) Inqueridos (as)
Questionário- Ferramenta de diagnóstico para crianças em idade pré-escolar	228 Respostas	3-5 anos	Pré-escolar
Questionário- Ferramenta de diagnóstico para crianças	301 Respostas	a)25.9% - 11 anos b)17.6% - 12 anos c)13% - 9 anos d)13% - 10 anos e)12% - 7 anos f)11.3% - 8 anos g)7.3% - 6 anos	a)33.6% - 6ºano b)17.6% - 5ºano c)13.3% - 2ºano d)13.3% - 1ºano e)12.3% - 3ºano f)9.6% - 4ºano
Questionário- Ferramenta de diagnóstico para jovens	246 Respostas	a)26.8% - 15 anos b)24% - 13 anos c)21.5% - 14 anos d) 11% - 16 anos e)8.5% - 18 anos f) 8.1% - 17 anos	a)33.7% - 9º ano b)24% - 7ºano c)20.7% - 5ºano d)9.3% - 12ºano e)7.7% - 8º ano f)4-1% - 11ºano
Questionário- A participação das famílias no diagnóstico local	488 Respostas	Não se aplica	Não se aplica
Questionário- Autodiagnóstico para entidades com competência em matéria de Infância e juventude	11 Respostas	Não se aplica	Não se aplica

Os inquéritos encontram-se divididos por áreas, de forma a ser feita uma melhor leitura dos resultados, sendo elas:

- Brincadeira e lazer;



- A minha participação e cidadania;
- A minha segurança e proteção;
- A minha saúde;
- A minha educação/A minha vida pessoal;
- Conciliar a vida familiar e trabalho (Questionário Famílias).

Após a análise dos questionários, seguem os resultados mais relevantes, divididos pelas áreas de estudo acima descritas.

Tabela 28– Resultados dos inquéritos na área de Brincadeira e Lazer

Brincadeira e Lazer	
Questionário Crianças Pré-Escolar	<p>95% das crianças consideram que existem no concelho parques, sítios para jogos e para praticar desporto;</p> <p>72% das crianças referem que as pessoas adultas que as acompanham brincam com elas aos fins de semana;</p> <p>79% das crianças brincam e passeiam ao ar Livre;</p>
Questionário Crianças	<p>73.4% das crianças consideram que na sua terra existem sítios para brincar;</p> <p>Apenas 36.5% das crianças referem que as pessoas adultas que as acompanham ao parque brincam com elas;</p> <p>77.4% das crianças consideram ter tempo para brincar, descansar e aproveitar o tempo livre após a escola e no fim de semana;</p> <p>Apenas 41.2% das crianças brincam/fazem jogos com a família depois da escola e/ou nos fins-de-semana;</p> <p>Apenas 43.5% sai para passear, ir ao museu ou comer fora durante o fim-de-semana;</p>
Questionário Jovens	<p>56.1% dos jovens refere que na sua terra existem sítios públicos para estarem com os amigos ou fazer jogos e desporto;</p> <p>Apenas 34.6% frequentam um clube de desporto;</p> <p>Apenas 38.2% dos jovens considera ter tempo suficiente para descansar e aproveitar o seu tempo livre;</p> <p>Apenas 37% dos jovens afirma que onde moram as crianças com deficiência usam os mesmos espaços que as outras crianças;</p> <p>43.1% dos jovens participam em programas ou atividades fora da escola;</p>

	<p>67.5% dos jovens passa tempo com a família ao fim de semana;</p> <p>79.7% dos jovens refere ter gosto em passar tempo com a família;</p> <p>45.9% dos jovens é acompanhado pela família nas suas atividades desportivas;</p>
Questionário Famílias	<p>66.4% das famílias concordam que na sua comunidade/cidade existem sítios para as crianças e jovens brincarem;</p> <p>70.5% das famílias costumam levar as crianças ao parque infantil com frequência ou acompanhá-los em outras atividades;</p> <p>66.4% das famílias gostam de brincar com as crianças quando os levam ao parque infantil;</p> <p>49.6% famílias consideram que nem sempre sobra tempo às suas crianças para aproveitarem o seu tempo livre, embora 43% considerem que sim;</p> <p>Apenas 26.6% das famílias têm tempo para brincar depois do trabalho/escola;</p> <p>56.4% das famílias organizam atividades em família no fim-de-semana;</p>

Relativamente à primeira área de estudo “brincadeira e lazer” a grande maioria das crianças e jovens, assim como as suas famílias, consideram que existem parques e locais onde se podem reunir para brincar e/ou confraternizar com os colegas e realizarem práticas desportivas, contudo, a maioria não frequenta clubes desportivos por opção.

De salientar que nos questionários realizados pelas crianças (6-12), apenas 36,5% dos inquiridos referem que as pessoas adultas as acompanham nas brincadeiras.

Verifica-se ainda que só 37% dos jovens tem conhecimento da utilização dos espaços por crianças com deficiência. A maioria das crianças e jovens afirmam que na sua zona de residência existem locais que permitem o contato com a natureza e quase metade participa em atividades fora da escola, passando os fins de semana com a sua família.

De ressaltar que apenas 26,6 % das famílias têm tempo para brincar depois do trabalho/escola.

Tabela 29– Resultados dos inquéritos na área de Participação e Cidadania

Participação e Cidadania	
Questionário Crianças Pré-Escolar	<p>82% das crianças referem que o professor pergunta se gostam da escola;</p> <p>45% das crianças referem não ser auscultadas pela família relativamente ao que querem fazer no fim de semana, onde querem ir passear ou ir de férias;</p> <p>77% das crianças ajuda em tarefas domésticas;</p> <p>78% das crianças já ouviu falar sobre os direitos das crianças;</p> <p>88% considera que tem tempo suficiente para brincar;</p>
Questionário Crianças	<p>Apenas 36.2% das crianças referem que os professores costumam perguntar se gostam das aulas e da escola;</p> <p>43.2% das crianças referem já ter sido auscultadas pelo (a) professor sobre o que poderiam fazer para melhorar o recreio;</p> <p>52.2% das crianças referem ser auscultadas pela família relativamente ao que querem fazer no fim de semana, onde querem ir passear ou ir de férias;</p> <p>54.2% das crianças ajuda em tarefas domésticas;</p> <p>88.7% das crianças já ouviu falar sobre os direitos das crianças.</p>
Questionário Jovens	<p>Apenas 24% dos (as) jovens participou em grupos de discussão escolares;</p> <p>Apenas 11.4% dos jovens refere que no final de cada semana os professores costumam perguntar-lhes o que correu bem dentro das aulas e o que gostariam de fazer de diferente;</p> <p>Apenas 44.3% dos jovens é auscultado pelos pais sobre onde gostaria de passar férias ou o que quer fazer no fim-de-semana;</p> <p>57.3% consideram que a sua opinião é tida em consideração pela família;</p> <p>Apenas 16.7% dos jovens participa em projetos da sua comunidade;</p> <p>59.8% refere nunca ter dado opinião em Projetos ou atividades da Câmara Municipal;</p> <p>70.3% já ouviu falar sobre os direitos das crianças e jovens;</p> <p>78% dos jovens tem acesso à internet.</p>

<p>Questionário Famílias</p>	<p>66.2% envolvem as crianças em tarefas domésticas;</p> <p>63.9% perguntam às crianças o que gostariam de fazer no fim de semana, onde gostavam de ir passear ou ir de férias;</p> <p>88.3% referem ouvir a opinião das suas crianças e têm em consideração o que pensam e sentem;</p> <p>90.8% já ouviu falar sobre os direitos das crianças;</p> <p>54.9% referem que as suas crianças participam em atividades associativas</p>
<p>Questionário Entidades</p>	<p>72.7% das entidades considera que os princípios orientadores da Convenção sobre os Direitos da Criança são implementados na instituição;</p> <p>9.1% discordam que os profissionais tenham formação sobre os direitos da criança;</p> <p>100% reconhece a criança como sujeito de direitos;</p> <p>Apenas 45.5% considera que a instituição realiza regularmente atividades com as crianças dando-lhes a conhecer os seus direitos;</p> <p>90.9% considera que as crianças têm, oportunidade de falar sobre a sua vida passada e sobre as suas expectativas de futuro;</p> <p>Apenas 9.1% não concordam que as regras da instituição sejam elaboradas com a participação das crianças;</p> <p>54.5% concorda que as atividades, ainda que elaboradas por adultos, as crianças possam dar a sua opinião;</p> <p>Apenas 18.2% discordam que a criança participe nos processos de tomada de decisão que lhes dizem respeito;</p> <p>36.4% concorda que as crianças sejam informadas sobre a sua situação e sobre como decorrerá o processo de tomada de decisão;</p> <p>63.6% considera que as entrevistas com as crianças são feitas em ambiente adequado;</p> <p>18.2% discorda que a instituição tenha mecanismos de avaliação de satisfação dos serviços dirigidos às crianças;</p> <p>90.9% considera que a instituição funciona no respeito pelo princípio da não discriminação;</p> <p>72.7% considera que a instituição aciona medidas preventivas de práticas discriminatórias e de promoção da diversidade e interculturalidade;</p>

100% concordam que a instituição apresenta condições que garantem o acesso a crianças com deficiência;

100% consideram que a instituição conhece o contexto familiar e social em que se integram as crianças e jovens com quem trabalha diretamente;

18.2% consideram que a instituição não promove regularmente ações que contribuem para uma reflexão sobre as práticas parentais;

36.4% considera que a instituição não promove regularmente ações dirigidas a pais e/ou mães que contribuem para o desenvolvimento das competências necessárias ao exercício de uma parentalidade positiva;

No que diz respeito à participação e cidadania – a grande maioria das crianças em idade pré-escolar (82%) referem que o professor pergunta se gostam da escola e o que gostariam de fazer diferente, embora seja notório uma descida significativa à medida que as faixas etárias vão avançando, sendo que apenas 11% jovens concordam essa afirmação.

De salientar que apenas 24% dos jovens já participou em grupos de discussão escolares e 59,8 refere nunca ter dado opinião em projetos ou atividades da câmara Municipal.

É ainda importante referir que 54.5% das entidades inquiridas concorda que as crianças possam dar opinião nas atividades, ainda que elaboradas por adultos.

As famílias referem ouvir a opinião das suas crianças e que têm em consideração o que estas pensam e sentem (88,3%), embora a percentagem de crianças e jovens que concordam com esta afirmação seja menor.

A grande maioria refere já ter ouvido falar sobre os direitos das crianças.

Tabela 30– Resultados dos inquéritos na área de Segurança e Proteção

Segurança e Proteção	
Questionário Crianças Pré-Escolar	<p>59% das crianças referem que nunca têm medo que outras crianças lhes possam fazer mal;</p> <p>88% das crianças falam com os seus responsáveis quando sentem medo;</p>
Questionário Crianças	<p>Apenas 28.6% das crianças utilizam autocarro, vão a pé ou de bicicleta para a escola;</p> <p>Apenas 48.8% não têm medo de ir para a escola de transportes públicos, a pé ou de bicicleta;</p> <p>Apenas 39.2% nunca tem medo que outras crianças lhes possam fazer mal;</p> <p>70.4% fala com a família quando tem medo de alguma coisa;</p>
Questionário Jovens	<p>Apenas 53.3% se sente seguro (a) quando usa autocarro ou transportes públicos, quando caminha a pé ou anda de bicicleta na rua;</p> <p>48,8 % nunca tem medo que lhe possam fazer mal na escola;</p> <p>30.1% refere que ocorrem lutas na sua escola;</p> <p>Apenas 16% dos jovens já tiveram contacto com drogas e bebidas alcoólicas;</p> <p>63.8% sabem a quem se dirigir para pedir ajuda quando se sentem em perigo;</p> <p>67.1% referem que os pais já conversaram consigo sobre a internet e 87.4% conhece os seus riscos;</p>
Questionário Famílias	<p>Apenas 25% das famílias sente segurança na utilização de transportes públicos pelas suas crianças;</p> <p>73.2% das famílias levam as crianças à escola a pé ou de mota/carro;</p> <p>Apenas 32% referem nunca ter havido uma situação em que outras crianças batessem nas suas crianças;</p> <p>81.1% referem que as suas crianças falam consigo quando têm um problema ou medo de alguma coisa;</p>



	<p>35.7 % nunca bateram nas suas crianças ainda que 44.7% considerem que quando eram crianças era normal os pais baterem nos filhos;</p> <p>73.4% já gritou com as suas crianças e costumam ler sobre questões relacionadas com as crianças;</p> <p>69.3% costumam acompanhar o que as suas crianças veem na internet e 86.9% conversam sobre os riscos que podem encontrar e limitam o acesso à internet.</p>
<p>Questionário Entidades</p>	<p>90.4% considera que a instituição promove regularmente ações que contribuem para o desenvolvimento de competências nas próprias crianças que podem funcionar como fatores protetores à violência;</p> <p>100% refere que a instituição garante um ambiente seguro para as crianças e/ou jovens e ainda que tem uma Política de Proteção das Crianças e Jovens;</p> <p>18.2% considera que o recrutamento de pessoal não é feito de acordo com os princípios de proteção das crianças e jovens e a promoção dos seus direitos;</p>

Relativamente aos resultados obtidos ao nível da segurança e proteção - a maioria das crianças não utiliza transportes públicos nas deslocações para a escola e apenas 53,3% das crianças se sentem seguras a utilizar transportes públicos, opinião que é corroborada pelas famílias.

As crianças e jovens referem ter receio que outras crianças lhes possam fazer mal na escola, referindo que existem lutas dentro das mesmas. Estes resultados alertam-nos para a possível existência de episódios de *Bullying*, o que nos conduz a problemas no âmbito do Direito à Proteção das Crianças que precisam de ser trabalhados, de forma a poderem ser minimizados.

Apenas 16% dos jovens dizem já ter tido contacto com drogas e álcool, e a grande maioria diz conhecer os riscos associados à internet.

As famílias surgem como suporte de segurança em quem os jovens confiam e a quem recorrem no seu dia a dia.



Tabela 31– Resultados dos inquéritos na área de Saúde

Saúde	
Questionário Crianças	<p>86.7% referem que falam sobre o que é ser saudável;</p> <p>76.7% jantam em família e conversam muito à mesa;</p> <p>93% vão ao (à) médico(a) quando estão doentes com as pessoas responsáveis por elas;</p> <p>82.1% referem que o médico (a) lhes explica como tomar os medicamentos;</p> <p>Apenas 40.5% percebem tudo o que o (a) médico(a) lhes explica</p>
Questionário Jovens	<p>Apenas 57.4% referem ter uma alimentação saudável em casa;</p> <p>61% conseguem controlar os doces e alimentos não saudáveis que comem;</p> <p>80.1% dos jovens vão ao (à) médico (a) quando doentes com as pessoas que são responsáveis por eles;</p> <p>41.1% não sabem se no seu Centro de Saúde existe atendimento especializado para adolescentes;</p> <p>Apenas 17.9% foram ao médico sozinhos;</p> <p>Apenas 10.2% têm uma doença crónica ou outra condição para a qual precisa de tratamento constante;</p>
Questionário Famílias	<p>Apenas 31.1% participaram num curso de preparação para o parto;</p> <p>96.5% levaram as suas crianças a todas as consultas de saúde infantil previstas;</p> <p>99.2% vacinaram as suas crianças pelo PNV e 96.3% preocupa-se com a sua alimentação;</p> <p>80.7% preparam as refeições de modo saudável e nutritivo;</p> <p>30.7% afirmam que as suas crianças só comem doces ou alimentos menos saudáveis em situações excecionais;</p> <p>81.6% explicam às crianças como tomar os medicamentos;</p> <p>Apenas 82.2% percebem tudo o que o (a) médico (a) diz;</p> <p>88.3% sentem-se à vontade para fazer questões ao (à) médico (a)</p>



No concerne à **saúde** – constata-se que as crianças se sentem acompanhadas pelos familiares e lhes são prestados os cuidados de saúde necessários, embora a maioria nem sempre entenda o que lhe é dito pela comunidade médica.

De salientar que apenas 57,4% dos jovens tem uma alimentação saudável, o que nos leva a perceber que ainda existe um longo caminho para a sensibilização da importância da alimentação saudável na vida das crianças e jovens.

Tabela 32– Resultados dos inquéritos na área de Educação/Vida Pessoal

Educação/Vida Pessoal	
Questionário Crianças	62.9% gostam da escola;
	78.7% referem que as pessoas responsáveis por si participam nas atividades da escola e ajudam a fazer TPC;
	76.7% referem que lhes perguntam sobre o que aprendem na escola;
	87.7% referem que a sua família consegue pagar o material escolar que precisa;
	80.1% referem já ter sido ajudados/as pelos/as professores/as;
	80.4% referem aprender na escola sobre como serem saudáveis;
	92.4% referem aprender na escola como se deve proteger o meio ambiente;
	90.4% aprenderam na escola o que são os direitos das crianças;
	Apenas 46.8% referem que na sua escola há tempo suficiente de recreio;
	83.1% referem que na sua escola há pessoas adultas com quem falar se tiverem problemas;
	57.1% referem que os/as professores/as tratam todas as crianças da mesma maneira;
	76.1% referem que os/as professores/as nunca batem nos alunos/as;
	Apenas 16.3% referem que os/as professores nunca gritam com os/as alunos/as;
	76.1% referem que a sua casa está sempre limpa;
97.3% têm água quente para tomar banho;	



	<p>65.1% referem que os responsáveis por si não lhes batem;</p> <p>Apenas 27.9% referem que os responsáveis por si nunca lhes gritam;</p> <p>95.3% referem que nas suas casas há livros e brinquedos;</p> <p>68.4% referem que outras crianças nunca lhes bateram;</p>
<p>Questionário Jovens</p>	<p>Apenas 15.4% referem sempre ter gostado da escola;</p> <p>Apenas 25.2% afirmam que na escola podem estudar o que lhes interessa;</p> <p>82.5% referem ter tido sempre apoio dos/as EE;</p> <p>Apenas 47.2% referem que o/a seu/sua EE vai sempre às reuniões na escola e participa nas atividades da escola;</p> <p>82.1% referem que a família consegue pagar o seu material escolar;</p> <p>52% já foram ajudados/as pelos professores/as nalguma situação;</p> <p>Apenas 22% referem existirem aulas de promoção da saúde na sua escola;</p> <p>Apenas 25.6% referem existirem aulas sobre educação sexual;</p> <p>56.5% foram informados sobre os direitos das crianças na escola;</p> <p>Apenas 26.4% consideram ter tempo de recreio suficiente para estar com os seus amigos;</p> <p>Apenas 35.4% consideram que o seu tempo de escola e estudo é adequado;</p> <p>45.5% dos jovens referem que as casas de banho da escola nem sempre estão limpas;</p> <p>56.1% consideram que na sua escola há pessoas adultas com quem podem falar se tiverem problemas;</p> <p>Apenas 30.5% consideram que os/as professores/as tratam todas as crianças/jovens da mesma maneira;</p> <p>Apenas 43.9% consideram que as crianças/jovens com deficiência são sempre respeitados/as;</p> <p>Apenas 44.7% utilizam a biblioteca escolar</p> <p>Apenas 25.6% referem que os/as professores nunca batem nos/as alunos/as e 37% refere que isso acontece</p>



CPCJ
ESTARREJA
COMISSÃO DE PROTEÇÃO
DE CRIANÇAS E JOVENS



Apenas 22% referem trabalhar nas férias

Dos jovens que trabalham, 36.2% consideram que esse trabalho não interfere nos seus estudos e 43.9% referem que esse trabalho não coloca em risco a sua saúde ou segurança

70.3% referem que a sua casa está sempre limpa

91.5% referem que há sempre água quente para tomarem banho

88.2% sentem-se seguros em casa

54.1% referem que o(s) responsável(eis) nunca batem ou gritam consigo

72% referem que nunca estiveram em situação de outros jovens lhe baterem

Apenas 40.2% referem nunca lhes terem sido oferecidas drogas quer dentro quer fora da escola

70.7% referem nunca terem tido contacto com o sistema de proteção de crianças e jovens em perigo

Daqueles que tiveram contacto com a CPCJ apenas 19.1 referem ter gostado do acompanhamento e 16.3% referem que isso ajudou-os a melhorar a sua vida

Apenas 20.3% dos jovens que foram acompanhados foram informados sobre o que estava a acontecer e puderam dar a sua opinião

Questionário Famílias

53.5% das famílias colocaram as crianças na creche com poucos meses de idade por terem que trabalhar

Apenas 13.1% ficaram sem casa com as crianças até aos 2/3 anos de idade

75.6% das famílias gostaram de todas as escolas que as suas crianças frequentaram

56.1% sentem que as atividades e dinâmicas da escola vão de encontro às suas escolhas

77.7% nunca procuraram outras escolas

92.2% sempre apoiaram as suas crianças nos estudos dentro do que sabe/consegue fazer



79.1% vão sempre às reuniões na escola e participam nas atividades para as quais é convocado/a

Apenas 62.5% sentem que as matérias escolares são relevantes

Apenas 51.6% sentem que a escola corresponde ao que as suas crianças gostam de fazer

96.5% perguntam às crianças o que fizeram na escola

79.7% referem perceber quando alguma coisa não corre bem na escola

Apenas 68.9% se sentem apoiados pelos/as professores/as das suas crianças

78.3% referem conseguir pagar todo o material escolar que as crianças precisam

Apenas 18.6% referem que as suas crianças utilizam a biblioteca municipal para estudar/fazer pesquisa

82.8% referem que a escola das suas crianças promove atividades para a proteção do meio ambiente

73.8% referem que a escola das suas crianças promove atividades sobre a promoção da saúde

Apenas 25.6% referem que a escola das suas crianças promove educação sexual

Apenas 54.9% das famílias sentem que os (as) Professores (as) e auxiliares respeitam todas as crianças sem discriminação

No que concerne à **educação e vida pessoal**, umas grandes percentagens de crianças gostam da escola embora apenas 15,4% dos jovens referem o mesmo e que têm interesse pelos estudos.

A maioria refere que as famílias conseguem pagar pelo material que precisam diariamente e que costumam ser ajudados pelos professores, referindo ainda, a existência de pessoas com quem podem falar dentro da comunidade escolar.

No que concerne às condições habitacionais, apenas 70% dos jovens afirmam ter a casa sempre limpa e 91,5% referem que existe sempre água quente para os banhos, o que apesar de ser um bom número, continuamos preocupados com os restantes 8,5%. Assim como apenas 88,2% dos inquiridos dizem sentir-se seguros em casa, o que nos dá uma percentagem grande para aqueles que se sentem com receio de que algo lhes possa acontecer.

Uma grande percentagem dos inquiridos refere que os responsáveis por si não lhes batem, mas a percentagem de responsáveis que lhes gritam é muito alta.

A percentagem de aulas sobre educação sexual e promoção para a saúde nas escolas é ainda muito baixa, algo que nos demonstra que devemos incidir mais nestas temáticas e ainda referir que apenas 40,2% dos inquiridos afirmam nunca lhes ter sido oferecido drogas.

Também se verifica que maioritariamente sentem-se apoiados pelo encarregado de educação tanto na sua vida escolar como na sua participação ativa nas reuniões escolares.

Relativamente ao tratamento dos professores com todas as crianças e jovens, sentem que é diferenciado e que existe alguma discriminação para com os jovens portadores de deficiência.

Tabela 33– Resultados dos inquéritos na área de vida familiar Vs trabalho

Conciliação entre a Vida Familiar e o Trabalho	
Questionário Famílias	56.6% das famílias afirmam que na vida do dia-a-dia raramente têm tempo para fazerem tudo o que querem
	56.6% referem não ter tempo ao fim de semana/ dias de descanso para fazer tudo que gostam
	54.5% afirmam normalmente sentirem-se apressados/as
	Apenas 38.1% referem que o seu horário de trabalho se adapta aos seus compromissos familiares
	Apenas 31.1% referem sentirem-se cansados para usufruir da vida familiar com as suas crianças depois do trabalho
	49.8% referem que o trabalho os impede de dedicar às suas crianças o tempo que gostariam

Neste último ponto e tal como expectável, as famílias apontam a falta de tempo e os horários de trabalho como entrave para poderem usufruir e acompanhar os seus filhos da forma que gostariam.



2. Comissão Nacional de Promoção dos direitos e Proteção das Crianças e Jovens – CNPDPCJ

A Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ), constitui-se como entidade de referência na concretização dos Direitos Humanos de todas e de cada uma das crianças em Portugal, cuja missão visa contribuir para a planificação da intervenção do Estado e para a coordenação, acompanhamento e avaliação da ação dos organismos públicos e da comunidade, na promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens.

A CNPDPCJ tem como princípios orientadores de intervenção, presentes no artigo 4º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo - Lei n.º 147/99 de 1 de setembro, na sua atual redação, sendo eles:

- Interesse superior da criança e do jovem;
- Privacidade;
- Intervenção precoce;
- Intervenção mínima;
- Proporcionalidade e atualidade;
- Responsabilidade parental;
- Primado da continuidade das relações psicológicas profundas;
- Prevalência da Família;
- Obrigatoriedade de Informação;
- Audição Obrigatória e Participação;
- Subsidiariedade.

2.1 Orientações gerais da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ)

O Plano de Atividades da CNPDPCJ é composto por quatro objetivos estratégicos (subdivididos em objetivos operacionais) de forma a promover a qualidade do serviço prestado à comunidade, sendo eles:



- Objetivo Estratégico I - Contribuir para a conceção e avaliação das políticas públicas de promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens.

✓ Objetivos operacionais:

1. Apoiar, monitorizar e avaliar o processo de implementação da Estratégia Nacional para os Direitos da Criança 2017-2020 (ENDC) e do Plano Plurianual no seio do Conselho Nacional;
2. Promover uma cultura de promoção e proteção dos direitos da criança enquanto sujeito de direitos;
3. Promover uma cultura de promoção e proteção dos direitos da criança enquanto sujeito de direitos.

- Objetivo Estratégico II - Implementar e concretizar os objetivos e ações da Estratégia Nacional para os Direitos da Criança 2017-2020 (ENDC) e no respetivo Plano Nacional Plurianual para 2018, por forma a tornar mais efetivos os direitos das crianças e jovens consignados na Convenção sobre os Direitos da Criança.

✓ Objetivos operacionais:

1. Apoiar as famílias, no exercício da sua parentalidade, garantindo a todas as crianças um ambiente familiar estável e protetor;
2. Promover a igualdade de oportunidades para todas as crianças e combater as desigualdades e todas as formas de discriminação;
3. Promover o acesso à informação e à participação das crianças nas decisões que lhes dizem respeito;
4. Prevenir e combater a violência contra as crianças.

- Objetivo Estratégico III - Acompanhar, apoiar e avaliar as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, permitindo-lhes melhorar a qualidade do seu desempenho.



CPCJ
ESTARREJA
COMISSÃO DE PROTEÇÃO
DE CRIANÇAS E JOVENS



✓ **Objetivos operacionais:**

1. Assegurar o acompanhamento, formação e avaliação das CPCJ e facultar-lhes diretrizes adequadas a um desempenho eficiente e eficaz da sua missão;
2. Promover a qualificação dos membros das CPCJ.

- **Objetivo Estratégico IV - Promover uma cultura organizacional de colaboração, assente em parcerias transdisciplinares geradoras de sinergias nacionais e internacionais.**

✓ **Objetivos operacionais:**

1. Assegurar o apoio logístico e técnico ao funcionamento do Conselho Nacional nas suas modalidades alargada e restrita;
2. Elaborar os instrumentos de gestão necessários a um funcionamento eficaz e eficiente da Comissão Nacional;
3. Implementar uma cultura de funcionamento organizacional da CNPDPCJ melhorando a interface entre o Conselho Nacional, as Equipas Técnicas Regionais e as CPCJ;
4. Contribuir para um melhor desempenho dos parceiros da rede nacional de intervenção na proteção das crianças e jovens;
5. Criar sinergias nacionais e internacionais geradoras da melhoria do sistema de proteção da infância e juventude.

Fazendo uma reflexão sobre as orientações a nível nacional e os objetivos estratégicos e operacionais anteriormente referidos, a CPCJ de Estarreja visa prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a saúde, segurança, formação e educação que ponham em perigo o desenvolvimento integral da criança e/ou jovem.

Para concretizar o plano de promoção e proteção iremos ter em conta a Resolução do Conselho de Ministros nº 112/2020 de 18 de dezembro, que aprova a ENDC 2021/2024. Após a sua análise constatamos que as quatro prioridades definidas assentam no Objetivo Estratégico II elencado na ENDC 2017/2020, referidos anteriormente.



3. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Estarreja

3.1 Constituição de Proteção de Crianças e Jovens de Estarreja

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Estarreja é uma entidade oficial não judiciária, composta por diversas entidades públicas ou privadas, dotada de autonomia funcional, que visa promover e salvaguardar os direitos da criança e do jovem, atuando com imparcialidade em situações de perigo, sendo constituída pelos seguintes elementos:

- Um Representante do Município;
- Um Representante do Instituto da Segurança Social;
- Um Representante do Ministério da Educação;
- Um Representante do Ministério da Saúde;
- Um Representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS);
- Um Representante do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP);
- Um Representante das Associações de Pais;
- Um Representante das Associações Desportivas, Culturais ou Recreativas;
- Um Representante do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ);
- Um Representante da Guarda Nacional Republicana;
- Quatro cidadãos eleitores designados pela Assembleia Municipal;
- Técnicos de Apoio cedidos pela Câmara Municipal de Estarreja.

3.2 Tipificações das Situações de Perigo

De acordo com o artigo 3º, nº 2, da lei nº 23/2017, de 23 de maio – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, considera-se que a criança ou jovem está em perigo quando, designadamente, se encontra numa das seguintes situações:

- a) Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- b) Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- c) Não recebe os cuidados ou a afeição adequada à sua idade e situação pessoal;
- d) Está aos cuidados de terceiros, durante períodos de tempo, em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais;



- e) É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- f) Está sujeita, de forma direta ou indireta a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- g) Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.

3.3 Caracterização Processual da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

Após uma análise detalhada dos dados retirados da Plataforma da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo e consulta direta dos processos, chegamos aos seguintes resultados que se encontram consubstanciados nos gráficos que se seguem.

3.3.1 Estado Processual da CPCJ de Estarreja

Os processos em acompanhamento na CPCJ podem ser constituídos por quatro fases:

1. **Fase preliminar:** Na fase preliminar, a criança encontra-se sinalizada, mas o processo ainda não foi instaurado.
2. **Fase de avaliação diagnóstica:** Nesta fase, é instaurado o processo através da deliberação em reunião de comissão restrita, passando para avaliação diagnóstica, que tem como intuito aferir a necessidade de aplicação de medida a definir qual a medida mais adequada a aplicar.
3. **Aplicação de medida de promoção e proteção:** Esta fase de aplicação de medida de promoção e proteção tem como objetivo minorar ou extinguir a situação de perigo, elaborando um plano de acompanhamento e fazendo um acompanhamento próximo das famílias.
A medida pode ser aplicada por um máximo de seis meses, findo os quais pode ser revista e continuada por mais seis. Em situações excecionais pode ser prorrogada por mais seis, num total de 18 meses.

4. **Arquivo:** Finda as fases anteriormente referidas, o processo tem de ser arquivado. A Tabela a seguir apresentada, mostra a evolução do estado processual entre 2018-2020 na CPCJ de Estarreja.

Tabela 34- Estado Processual de 2018 a 2021 da CPCJ de Estarreja

Entrada de Processos					Saída de Processos				
Ano	2018	2019	2020	2021		2018	2019	2020	2021
Transitados do Ano Anterior	65	75	59	96	Arquivados- Fase Preliminar	22	4	5	4
Instaurados:	87	89	92	107					
Dos quais Novos processos	80	83	89	72	Arquivados – Fase Pós- Preliminar	84	120	76	92
Recebidos de outras CPCJ's	7	6	3	2	Enviados para outras CPCJ's	3	3	1	0
Reabertos	34	31	40	33					
Total anual	186	195	191	205	Total de Processos Arquivados	109	127	82	96
Total de Processos Ativos	77	68	109	109					

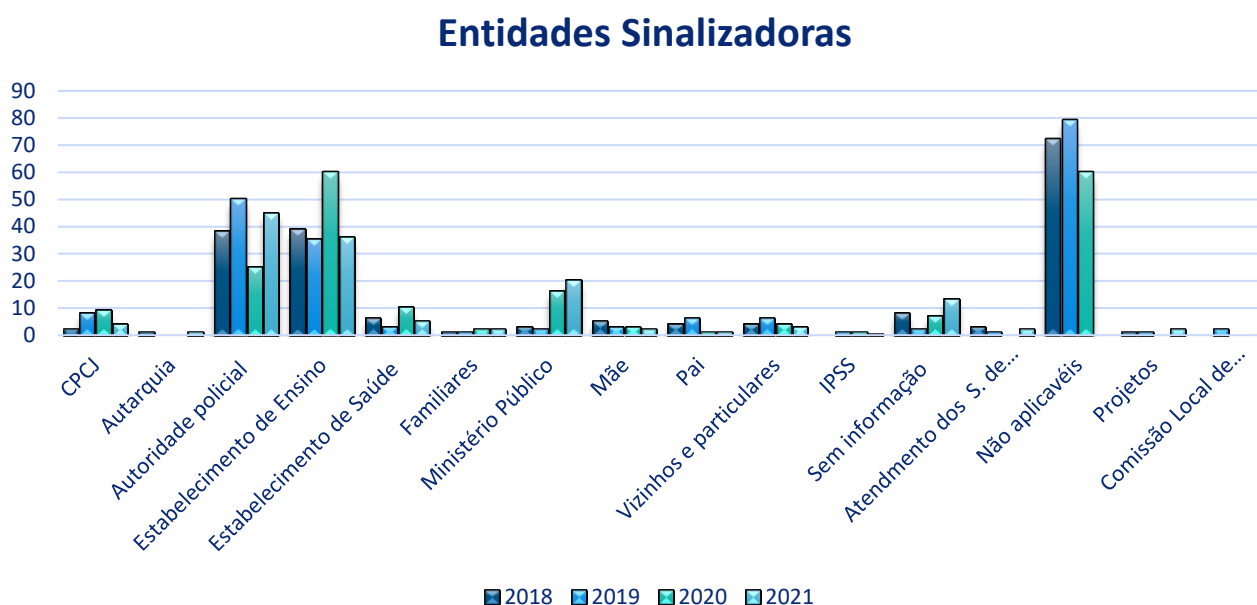
De acordo com a tabela 29, de 2018 a 2021, evidencia-se um aumento do total anual de processos de processos de promoção e proteção de crianças e jovens. Verifica-se ainda que houve um aumento de processos de promoção e proteção de crianças e jovens que transitaram de 2018 para 2019, havendo uma diminuição de 2019 para 2020, para voltar a aumentar em 2021. No ano 2020 houve um aumento significativo de processos reabertos o que pode ser explicado pela mudança de metodologia de trabalho (sempre que uma sinalização dá entrada na CPCJ se existir processo anterior é sempre reaberto), independentemente do motivo sinalizado.

No que respeita aos processos de promoção e proteção de crianças e jovens que se encontram ativos no final de cada ano verifica-se um aumento dos processos nos últimos anos, o que pode ser justificado pela pandemia.

3.4 Entidades Sinalizadoras

A sinalização das situações de perigo pode ser feita por diversas entidades ou por anonimato.

Gráfico 12 – Entidades sinalizadoras



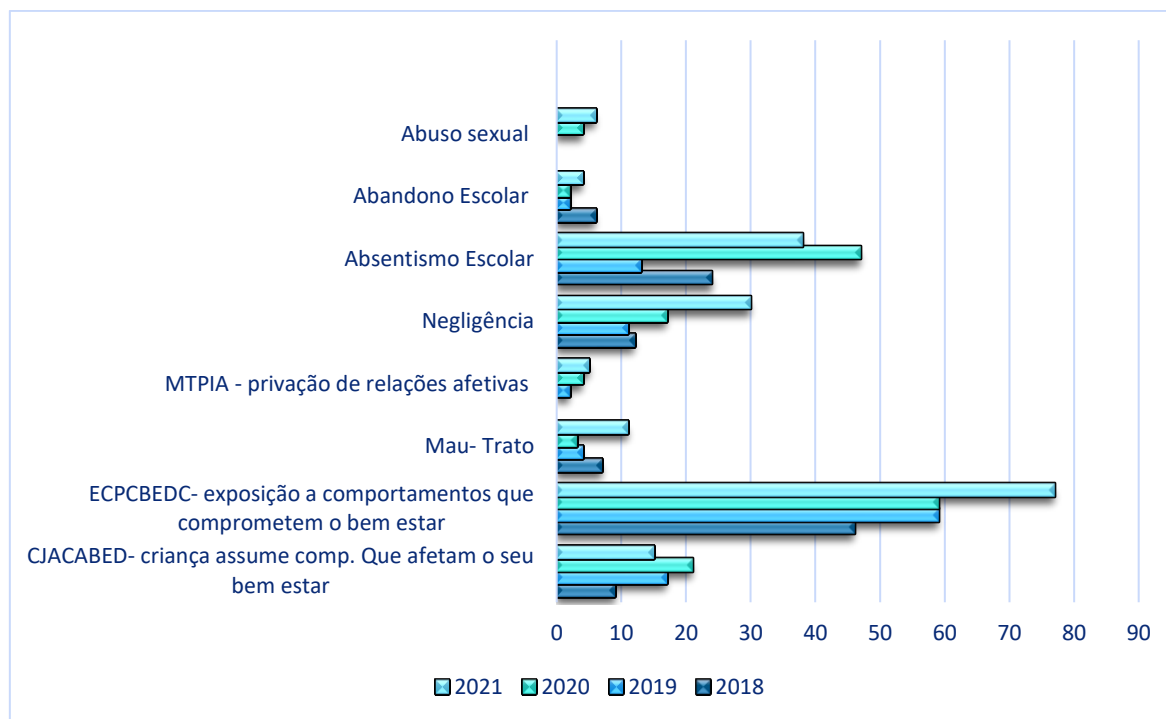
De acordo com o gráfico, salienta-se neste período (2018-2021) houve um aumento significativo das sinalizações de crianças e jovens em perigo pelos Estabelecimentos de Ensino, seguindo-se as Autoridades Policiais, ao contrário dos vizinhos e particulares, do pai e da mãe, onde houve uma diminuição em relação a 2018.

Os resultados obtidos nesta avaliação estão, em consonância, com os dados do Relatório Anual da Avaliação da Atividade das CPCJ que apontam as forças de segurança e os estabelecimentos de ensino como as principais entidades que comunicam as situações de perigo às CPCJ's (CNPDPJ, 2020), tendo um papel importante no volume de comunicações.

Em suma, constata-se que existem várias entidades com competência em matéria de infância e juventude e a própria sociedade civil estão mais alerta na identificação dos contextos e situações de risco a que as crianças e os jovens se encontram expostos.

3.5 Problemáticas Sinalizadas

Gráfico 13 - Problemáticas Sinalizadas de 2018 a 2021



Verifica-se que as problemáticas mais sinalizadas à CPCJ de Estarreja, ao longo de 2018-2021, foram “ECPCBEDC- está exposto de forma direta ou indireta a comportamentos que afetam a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional”, o “Absentismo Escolar” e “Negligência”.

Salienta-se que a problemática ECPCBEDC corresponde às seguintes situações de perigo específicas:

- Alienação Parental- Divórcio dos Pais e Discussões;
- Consumo de estupefacientes pelos progenitores e/ou outro familiar;
- Exposição a comportamentos de risco (redes sociais, saúde e segurança);
- Privação de contacto familiar;
- Violência Doméstica;
- Discussão entre os progenitores, companheiros e/ou educadores.



3.6 Medidas de Promoção e Proteção Aplicadas e Arquivamento de Processos

As medidas de promoção e proteção são aplicadas nos processos após a instauração e depois de concluída a avaliação diagnóstica.

As medidas de promoção e proteção preveem a assinatura de um acordo entre as partes interessadas, leia-se CPCJ, família e/ou entidades parceiras com competência e intervenção em infância e juventude. Desta forma pretende-se encontrar uma solução que ajude a minorar ou mesmo extinguir as situações de perigo sinalizadas nesta CPCJ e auxiliar as famílias, na promoção do bem-estar das crianças e jovens, através do reconhecimento das suas responsabilidades parentais, educativas e sociais, promovendo o desenvolvimento integral adequado das crianças e jovens.

Estas medidas podem ser aplicadas nos seguintes Acordos de Promoção e Proteção, de acordo com o artigo 60º da Lei nº147/99, de 1 de setembro – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, pelo período não superior a 18 meses, salvo a exceção da Medida de Apoio à Autonomia de Vida ou de Colocação, que, excecionalmente, pode prorrogar-se até aos 25 anos de idade desde que o jovem em acompanhamento se enquadre na lei vigente e o solicite (nº2 do art.º 63 da LPCJP).

As medidas são aplicadas pela ordem que se segue:

- a) Aplicação da Medida;
- b) Continuação da Medida;
- c) Prorrogação da Medida;

As medidas de Promoção e Proteção distinguem-se em duas categorias diferentes:

- a) Medidas de promoção e proteção executadas em meio natural de vida – Apoio junto dos pais; Apoio junto de outro familiar; Confiança a pessoa idónea e apoio para autonomia de vida;
- b) Medidas de promoção e proteção executadas em regime de colocação - Acolhimento Familiar e Acolhimento Residencial.

Aquando da aplicação da medida privilegia-se sempre a Medida em Meio Natural de vida do “Apoio Junto dos Pais”. De acordo com o artigo 39º da LPCJP, esta medida consiste em proporcionar à criança ou jovem apoio de natureza psicopedagógica e social e, quando necessária, ajuda económica. Esta medida de promoção e proteção é privilegiada em relação às restantes, no sentido



de manter e incentivar os laços familiares, de modo a que as relações parentais sejam enriquecidas e duradouras. Tendo em conta essa preocupação, a “Aplicação de Medida de Apoio Junto dos Pais” é a medida mais aplicada e preferencial desta CPCJ estando assim, de acordo com os princípios orientadores da intervenção definidos pela Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

Quanto à Medida de Acolhimento Residencial, o número de processos manteve-se durante o triénio 2018-2020, sendo uma medida excecional só aplicável quando a criança ou jovem não tem qualquer retaguarda familiar. De acordo com o artigo 49º da LPCJP, esta medida prevê a satisfação das necessidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais e o efetivo exercício dos direitos das crianças e jovens, favorecendo a sua integração em contexto sociofamiliar seguro e promovendo a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral.

Existem ainda processos em que a medida aplicada por esta CPCJ é a de Apoio junto de outro familiar, contudo a sua aplicação tem vindo a diminuir. De acordo com o artigo 40º d LPCJP, esta medida consiste na colocação da criança e/ou jovem sob a guarda de um familiar com quem reside ou a quem seja entregue, acompanhada de apoio de natureza psicopedagógica e social e, quando necessário, ajuda económica.

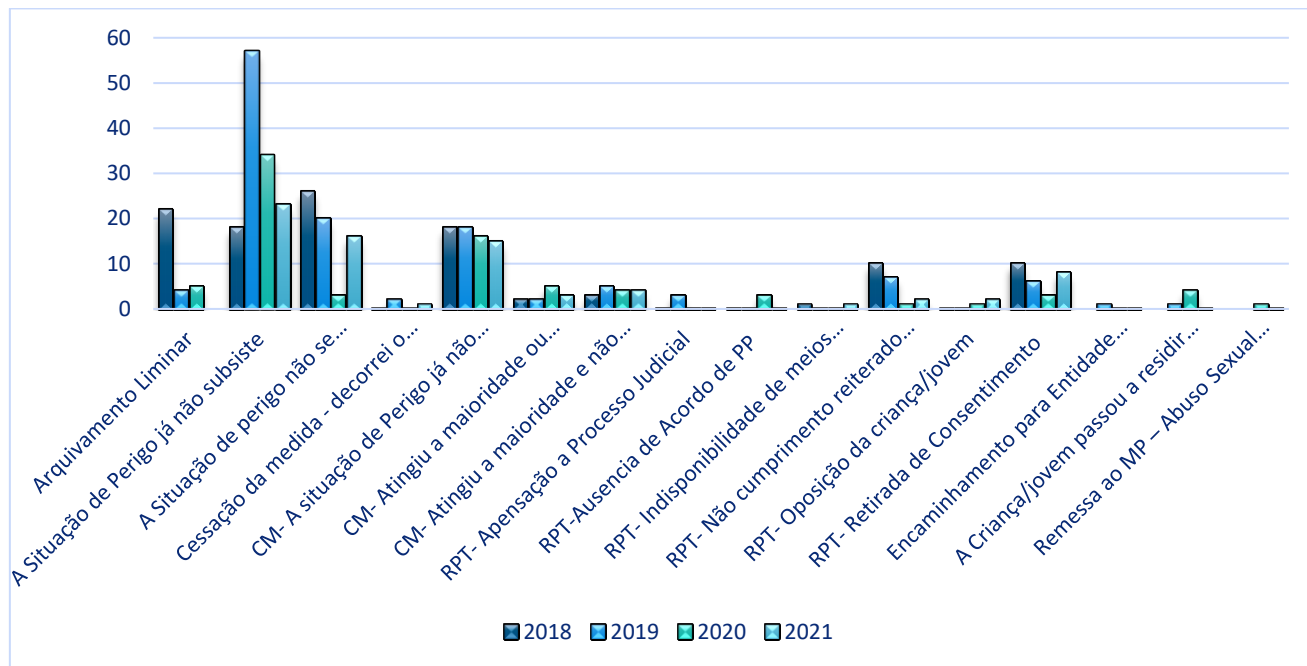
Estes resultados são também observados no Relatório Anual de 2021 da Avaliação da Atividade das CPCJ, onde se constata que existe um largo predomínio de medidas aplicadas em meio natural de vida, designadamente de apoio junto dos pais (CNPDPJ, 2021).

Em suma, a intervenção da CPCJ, visa remover o perigo em que a criança e/ou jovem se encontra procurando promover, prevenir e superar as situações de perigo aqui elencadas.

Quando existe cessação da medida de promoção e proteção, esta determina o arquivamento de processo, pela remissão ou apreensão para o tribunal (Ministério Público) mediante a ponderação das circunstâncias referidas nos termos do art.º 11 da lei nº 147/99 de 1 de setembro e a remissão para outra Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (art.º 99 da LPCJP). A cessação das medidas finda de acordo com o disposto no art.º 63 da LPCJP e as comunicações das Comissões de Proteção para o Ministério Público, pode ocorrer de acordo com o art.º 68 da LPCJP.

O arquivamento dos processos pode ocorrer por diversas situações discriminadas no gráfico que se segue:

Gráfico 14 – Motivos para arquivamento de processo



O motivo com mais expressão para o arquivamento dos processos de promoção e proteção da criança e/ou jovem, tal como se pode constatar no gráfico acima, é “a situação de perigo já não subsiste”.

Tal como refere o Relatório Anual de 2021 da Avaliação da Atividade das CPCJ (CNPDPJ, 2021), os resultados deste estudo colocam em evidência a não subsistência da situação de perigo como o principal motivo para os arquivamentos dos processos de promoção e proteção da criança e do jovem. Após o arquivamento na aplicação informática de gestão dos processos, estes são arquivados fisicamente nas instalações da CPCJ, até que a criança e/ou jovem atinja a maioridade, sendo que nessa altura, os processos são destruídos, por trituração, em reunião da comissão restrita, com informação apenas na respetiva ata.



4. Projetos Locais

4.1 Apoios à infância realizados pela CÂMARA MUNICIPAL DE ESTARREJA

4.1.1 Transporte Escolar

Na sequência da transferência de competências em matéria e organização, financiamento e controlo do funcionamento dos transportes escolares, e no sentido de atender às especificidades e reordenamento do território, à demografia escolar e à rede educativa existente, o Município de Estarreja assegura, organiza e gere os transportes escolares entre o local da sua residência e o local dos estabelecimentos de ensino que frequentam, a todos os alunos que residam a mais de 3 km ou 4 km dos estabelecimentos de ensino (Decreto-Lei n.º 299/84, 5 de setembro).

É objetivo do Município assegurar o transporte escolar de todas as crianças do Pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, que por razões de reordenamento da rede educativa do concelho, se tenham que deslocar mais de 3 km para o estabelecimento de ensino de acolhimento.

Tabela 35 – Nº de inscrições para transporte escolar.

Ano Letivo	Nº Inscrições
2018/2019	120
2019/2020	108

(Fonte, CME)

4.1.2 Atividades de Animação e apoio à Família (AAAF) - Pré-escolar

As Atividades de Animação e Apoio à Família visam satisfazer as necessidades dos Encarregados de Educação (EE) das crianças que frequentam os estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública do concelho de Estarreja, em função dos seus condicionalismos pessoais e profissionais. Funcionam nos estabelecimentos de ensino de educação pré-escolar da rede pública do concelho de Estarreja, assegurando também a ocupação das crianças nos períodos de interrupções letivas com diversas atividades. Estas, são propostas e acordadas pelo Município e Agrupamentos de Escolas, supervisionadas e coordenadas pelas educadoras titulares de turma, desenvolvidas e trabalhadas pelas educadoras responsáveis pela dinamização do serviço. As AAAF são compostas pelo serviço de refeições e pelas atividades desenvolvidas nos períodos de acolhimento e prolongamento.

Tabela 36- Nº inscrições nas AAAF's

Ano Letivo	Nº Inscrições
2018/2019	161
2019/2020	174

(Fonte, CME)

4.1.3 Atividades de Enriquecimento Curricular -1º ciclo

A Câmara Municipal de Estarreja promove a “escola a tempo inteiro” e garante as condições necessárias para que os estabelecimentos de ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico (CEB) se mantenham abertos, num mínimo de 8 horas diárias, e assegurem a oferta de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) a todos os alunos interessados. Procura-se, assim, adaptar os modos e tempos de funcionamento dos estabelecimentos de ensino às necessidades das famílias procurando que, para lá de funcionar em horário alargado, a escola assegure a ocupação plena dos alunos, dando cumprimento aos atuais objetivos curriculares e visando o desenvolvimento educativo e social das crianças, de forma qualificada e qualificante. A entidade promotora é a Câmara Municipal de Estarreja, em articulação com os Agrupamentos de Escolas de Estarreja e Pardilhó. As atividades são gratuitas, com as seguintes ofertas formativas: **expressão artística, ensino de xadrez, ensino de música e atividade física e desportiva**. A missão é garantir que as atividades de enriquecimento curricular proporcionem tempos pedagogicamente ricos e complementares das aprendizagens associadas à aquisição de competências básicas e adaptar o tempo de permanência das crianças nos estabelecimentos de ensino às necessidades das famílias.

Tabela 37- Nº inscrições nas AEC's

Ano Letivo	Nº Inscrições
2018/2019	371
2019/2020	344

(Fonte, CME)

4.1.4 Componente de Apoio à Família (CAF)- 1º ciclo

A CAF visa assegurar o acompanhamento dos alunos antes e/ou depois das componentes do currículo e das AEC, pretendendo ajustar, cada vez mais, o tempo de permanência das crianças nos estabelecimentos de ensino de acordo com as necessidades das famílias, estando previsto a dinamização de atividades nas vertentes de Acolhimento e Apoio ao Estudo.

Tabela 38- Nº inscrições nas CAF's

Ano Letivo	Nº Inscrições
2018/2019	270
2019/2020	175

(Fonte, CME)

4.1.5 Refeições Escolares

A Câmara Municipal de Estarreja tem como competência descentralizada a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico da rede pública do concelho de Estarreja, no âmbito da Lei nº159/99 de 14 de setembro (transferências de competências para as autarquias locais) e do Decreto-Lei 399 A/84 de 28 de Dezembro (ação social escolar e gestão dos refeitórios escolares). O quadro do fornecimento de refeições sob gestão autárquica estende-se a toda a rede pública do concelho de Estarreja, com exceção de dois estabelecimentos de ensino (JI e EB1 Padre Donaciano Abreu Freire, JI e EB1 Pardilhó) traduzindo-se num total de cinco estabelecimentos de educação e ensino abrangidos.

O Município assegura a fiscalização do funcionamento dos refeitórios através da Divisão de Educação, controlando as condições básicas de ambiente e processamento para a obtenção de refeições seguras, garantindo uma melhoria contínua da qualidade da prestação do serviço de refeições escolares.

Tabela 39- Nº refeições por escalão e por ciclo

	Nº Refeições					
	Pré-escolar			1º Ciclo		
	Escalão A	Escalão B	S/ escalão	Escalão A	Escalão B	S/escalão
2018/2019	107	49	182	235	151	468
2019/2020	91	56	193	224	144	487

(fonte, CME)

4.1.6 “Estarreja Compartilha” - Programa de Cidadania para jovens e Seniores

Este programa de cidadania convida jovens e seniores a estabelecer relações solidárias, participando de forma voluntária, em atividades e ações municipais das mais variadas áreas e, em simultâneo, adquirindo valores e experiências.

Pretende-se criar um grupo de colaboradores, denominados **Membros de Partilha**, que participem em atividades promovidas pela Câmara Municipal de Estarreja, no âmbito de planos de intervenção junto da



sociedade local, nas mais variadas áreas de atividade. Este, é direcionado para estudantes não trabalhadores entre os 16 e os 25 anos e Seniores a partir dos 55 anos, reformados ou pensionistas. Os jovens terão oportunidade para adquirirem experiência e até enriquecer o seu curriculum. Os seniores contribuir com a sua experiência e ocupar o tempo livre.

ÁREAS DE ACTIVIDADE:

- Vigilância das Crianças nas Refeições nas Escolas
- Prolongamento Escolar dos Jardins-de-Infância e 1º Ciclo
- Vigilância no Transporte de Crianças
- Rede Social
- Eventos Desportivos
- Campos de Férias
- Gestão Desportiva
- Vigilância de Equipamentos Desportivos
- Vigilância de Parques Infantis
- Assistentes de Sala do Cine-Teatro de Estarreja
- Assistentes de Animação
- Assistentes de Ação Cultural
- Proteção Civil
- Assistentes do Centro Interpretação Ambiental do BioRia

4.1.7 Gabinete de Atendimento e Acompanhamento Psicológico

Tendo em conta as necessidades sentidas pelas escolas e instituições do concelho, o município criou o Gabinete de Atendimento e Acompanhamento Psicológico, de forma a intervir eficazmente nas problemáticas ligadas ao comportamento das crianças. Pretende ser um espaço de atendimento, aconselhamento, acompanhamento e encaminhamento psicológico, destinado às crianças, pais, docentes e não docentes do concelho.

Tem como objetivos, prestar apoio psicológico às crianças que frequentam as escolas do pré-escolar e 1º ciclo concelho, contribuir para a promoção do ajustamento psicológico dos pais e crianças, visando a sua plena

integração e o estabelecimento de relações saudáveis e desenvolver com as famílias, docentes e não docentes ações concertadas que reforcem as estratégias definidas para a criança sinalizada.

Este, destina-se a alunos sinalizados pelas escolas do 1º ciclo e do Ensino Básico, a Encarregados de educação, pais/familiares das crianças sinalizadas, a Docentes e Não Docentes e a Crianças e Jovens sinalizados pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ).

Tabela 40- Nº de crianças e jovens acompanhados pelo Gabinete de Psicologia

Alunos acompanhados			
	2017/2018	2018/2019	2019/2020
Pré-escolar	4	2	5
1º ano	10	11	5
2º ano	13	10	4
3º ano	16	9	8
4º ano	10	16	6
5º ano	-	-	2
6ºano	1	-	-
7ºano	1	-	-
8º ano	-	-	1
9ºano	-	1	-
11º ano	-	-	2
TOTAL	55	49	33

(Fonte, CME)

Tabela 41- Nº de crianças acompanhadas por problemática

Nº crianças acompanhadas			
Problemática	2017/2018	2018/2019	2019/2020
Problemas Emocionais	9	8	8
Problemas de Comportamento	22	14	9
Dificuldades de Aprendizagem	17	23	12
Luto	-	-	3
Problemas Familiares	4	4	1
Adiamento Escolar	3	-	-
Total	55	49	33

(Fonte, CME)

4.1.8 Projeto EPIS – Empresários Pela Inclusão

A Associação EPIS – Empresários Pela Inclusão Social, foi criada em 2006 por empresários e gestores portugueses, na sequência de uma convocatória à sociedade civil feita pelo Presidente da República, no seu primeiro discurso do 25 de Abril, proferido na Assembleia da República, e desde 2007, desenvolve um projeto nacional para a promoção do sucesso escolar em várias escolas do País. Atualmente a EPIS tem o maior programa de investimento “não-público”, orientado para a promoção do sucesso escolar e de inclusão social de crianças e jovens em Portugal sendo a única organização em Portugal com metodologias próprias de promoção do sucesso escolar a abranger as idades dos 6 aos 18 anos, com plataformas informáticas que asseguram a escalabilidade nacional para as redes do Ministério da Educação.

No Município de Estarreja, os programas de promoção do sucesso escolar da EPIS, estão presentes nos 2º e 3º ciclos e assentam numa metodologia de treino de competências não cognitivas de jovens em risco de insucesso escolar, numa abordagem de mediação de 360º, fora da sala de aula, que inclui família, professores e comunidade envolvente.

Tabela 42- Alunos acompanhados pelo EPIS

Ano Letivo	Nº alunos		
	2º ciclo	3º ciclo	Total
2018/2019	42	50	92
2019/2020	27	28	55

(fonte, CME)

4.1.9 “Férias Ativas” - Natal, Páscoa e Verão

Pretende garantir atividades de ocupação dos tempos livres e que simultaneamente contribuam também para a formação e espírito de cidadania. Nesse sentido, este projeto tem por base a dinamização de atividades desportivas, de recreação e lazer, culturais e pedagógicas/educativas. Destina-se a crianças e jovens dos 6 aos 15 anos.

4.1.10 Programa de Oferta de Manuais escolares

O município de Estarreja oferece os livros de fichas escolares a todos os alunos que frequentam o 1º ciclo e o 2º ciclo do ensino básico nos estabelecimentos de ensino.

4.1.11 Programa de Oferta de Materiais escolares

Complementarmente ao programa de Oferta de manuais escolares, o município oferece um vale de material escolar a todos os alunos que frequentam o 1º ciclo do ensino Básico, nos estabelecimentos de ensino.

4.1.12 Programa Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE) da Região de Aveiro- Programa Educ@RA

No âmbito do trabalho em rede entre a Comunidade Intermunicipal da região de Aveiro (CIRA), o município de Estarreja, os agrupamentos de escola e outros parceiros institucionais aderiram ao projeto de prevenção do Abandono Escolar Precoce e Promoção do Sucesso escolar. É uma medida que prevê a implementação de ações que incentivam a melhoria dos indicadores relativos ao insucesso escolar e abandono escolar precoce. As atividades dão enfoque a três intervenientes: família, escola e comunidade.

4.1.13 Feira da Juventude e da Formação

Numa organização conjunta, entre o município e o agrupamento de Escolas de Estarreja, esta iniciativa pretende divulgar junto da população escolar e comunidade em geral informações sobre o emprego, saídas escolares e profissionais, empreendedorismo e mercado de trabalho. A sua periodicidade é anual e dirigida à comunidade escolar e em geral.

4.1.14 Apoio à Vacinação

O Programa Nacional de Vacinação é composto por um leque alargado de vacinas que são especialmente importantes na proteção das crianças a várias “doenças infantis”, passíveis de evoluir para problemas graves ou mortais. Contudo, existem outras vacinas que são igualmente importantes e que, por isso, deverão ser administradas às crianças, mas devido aos custos elevados, por não serem comparticipadas, muitas famílias, por incapacidade financeira, não as conseguem adquirir.

Assim, o município de Estarreja criou o acesso ao apoio à vacinação infantil não comparticipada, nomeadamente, contra o rotavírus (rotarix ou rotateq) e a vacina contra a meningite B (bexsero).

Desde 2016, e até ao final do mês de dezembro de 2021, foram apoiadas **189 crianças** no âmbito desta medida.

4.1.15 “Hora do Conto”

A Biblioteca de Estarreja dinamiza um conto junto da comunidade escolar, para todos os níveis de ensino, sendo este adaptado a cada idade.

4.1.16 “Conto com Fraldas”

Hora do Conto para bebés dos 6 meses aos 3 anos. A partilha de emoções através da leitura de sons e de ritmos inseridos nas histórias contadas. A aquisição de capacidades linguísticas através dos livros e das ilustrações. Esta sessão permite que os bebés entrem num novo mundo de experiências.

4.1.17 “Histórias em Família”

Hora do Conto para crianças a partir dos 4 anos e famílias. As histórias encantadas ganham vida num momento de partilha entre pais e filhos. As fadas trazem pó mágico através das palavras escritas e os leões saltam das ilustrações para encorajar as crianças a descobrir um mundo encantado. Numa sessão repleta de magia e surpresas, as famílias irão viajar num mundo imaginário onde o Livro é sempre o protagonista.

4.1.18 Desafio Ler + "Juntos de Férias"

A Biblioteca Municipal aderiu `Edição Páscoa 2022 do desafio Ler + “Juntos de Férias, destinado a jovens dos 10 aos 15 anos. Este, desenvolve-se a partir da app Desafios LeR+, que disponibiliza jogos sobre um conjunto de livros recomendados pelo Plano nacional de leitura2027 para os jovens.

5. APOIOS À INFÂNCIA REALIZADOS POR OUTRAS ENTIDADES

5.1 Equipa Local de Intervenção Precoce (ELI)- UCC Estarreja

Na sequência dos princípios estabelecidos na Convenção das Nações Unidas dos Direitos da Criança e no âmbito do Plano de Ação para a Integração das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade 2006-2009, foi criado, ao abrigo do Decreto – Lei nº 281/2009, publicado no Diário da República a 6 de outubro, o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI). O SNIPI funciona através da atuação coordenada do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ministério da Educação e Ministério da Saúde, conjuntamente com o

envolvimento das famílias e da comunidade. O SNIPI tem a missão de garantir a Intervenção Precoce na Infância (IPI), entendendo-se como um conjunto de medidas de apoio integrado centrado na criança e na família, incluindo ações de natureza preventiva e reabilitativa, no âmbito da educação, da saúde e da ação social.

A intervenção precoce junto de crianças até aos 6 anos de idade, com alterações ou em risco de apresentar alterações nas estruturas ou funções do corpo, tendo em linha de conta o seu normal desenvolvimento, constitui um instrumento político de maior alcance na concretização do direito à participação social dessas crianças e dos jovens e adultos em que se irão tornar. Assegurar a todos o direito à participação e à inclusão social não pode deixar de constituir prioridade política de um Governo comprometido com a qualidade da democracia e dos seus valores de coesão social. Quanto mais precocemente forem acionadas as intervenções e as políticas que afetam o crescimento e o desenvolvimento das capacidades humanas, mais capazes se tornam as pessoas de participar autonomamente na vida social e mais longe se pode ir na correção das limitações funcionais de origem. O sistema de intervenção precoce deve assentar na universalidade do acesso, na responsabilização dos técnicos e dos organismos públicos e na correspondente capacidade de resposta. Deste modo, é crucial integrar, tão precocemente quanto possível, nas determinantes essenciais relativas à família, os serviços de saúde, as creches, os jardins-de-infância e a escola.

A Equipa Local de Intervenção de que a UCC Estarreja faz parte, abrange uma área geográfica que compreende o Concelho de Estarreja e Murtosa e tem sede no Centro de Saúde de Estarreja. Esta ELI é constituída por técnicos de várias áreas – dois Enfermeiros, quatro professoras (três da Educação Especial), um médico, uma Assistente Social, uma terapeuta da fala, uma Psicóloga e uma Fisioterapeuta.

Os objetivos da ELI são:

1. Identificar as competências e necessidades das crianças e das famílias sinalizadas na ELI;
2. Definir prioridades de atuação de acordo com as necessidades da criança e as expectativas das famílias em acompanhamento na ELI;
3. Proceder à avaliação sistemática do plano e introduzir as respetivas alterações quando necessário;
4. Encaminhar a criança para outros recursos de saúde, para acompanhamento e/ou avaliação da situação, sempre que necessário;
5. Preparar e acompanhar o processo de transição da criança para as estruturas regulares da comunidade, nomeadamente para a escola (Despacho Conjunto nº 891/99);
6. Promover a melhoria das condições de vida da criança com a resolução do papel parental inadequado.

Atualmente a ELI intervém com **70 crianças/famílias**.

5.2 Projeto “PISTA” - Contrato Local de Desenvolvimento Social CLDS4)

Os Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS 4G), promovidos pelo Instituto da Segurança Social, I.P. na qualidade de Organismo Intermédio e financiado pelo Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), têm como objetivo promover a inclusão social de grupos populacionais que revelem maiores níveis de fragilidade social num determinado território, mobilizando para o efeito diferentes agentes e recursos localmente disponíveis, constituindo-se como um instrumento de combate à exclusão social.

O Município de Estarreja foi convidado a promover esta tipologia de operação, tendo escolhido o Centro Paroquial de Assistência da Freguesia de Pardilhó como Entidade Coordenadora Local da Parceria (ECLP) e Entidade Local Executora das Ações (ELEA).

Desta forma, surgiu o **Projeto PISTA – Projeto de Intervenção Terras do Antuã**, que intervém no eixo 2- Intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil. Neste âmbito são dinamizadas atividades que pretendem qualificar as famílias, mediar os conflitos familiares e mobilizar crianças e jovens, através de diferentes medidas, desde a promoção de direitos de cidadania, desenvolvimento de competências e aconselhamento em situações de crise, intervenção familiar de tipo grupal e através da mediação; ou a promoção de um estilo de vida saudável e da inteligência emocional.

5.3 Programa ESTA INTEGRA (8G) – Programa Escolhas

Inserido no Programa Nacional Escolhas, o ESTA Integra teve início em 2016, com continuidade até ao presente, fazendo parte da 8ª geração. O município é a entidade promotora, e tem como parceiros o Centro Paroquial de Santa Marinha de Avanca, como entidade gestora; o Agrupamento de Escolas de Estarreja; a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Estarreja; a Cerciستا; a Associação de Solidariedade Estarrejense; a Junta de Freguesia de Avanca; e a SEMA, Associação Empresarial, que constituem o Consórcio de Parceria.

O projeto visa promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos mais vulneráveis, particularmente de descendentes de migrantes e de crianças e jovens de etnia cigana, a igualdade, a não discriminação e o reforço da coesão social, desenvolvendo três medidas: educação, formação e qualificação; emprego e empreendedorismo; e dinamização comunitária, participação e cidadania.

5.4 CAFAPase

O Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parentar da ASE é um serviço de apoio especializado às famílias com crianças e jovens, vocacionado para a prevenção e reparação de situações de risco psicossocial mediante o desenvolvimento de competências parentais, pessoais e sociais. As famílias e as crianças ou jovens são referenciados pelas comissões de proteção de crianças e jovens ou pelo tribunal, bem como por entidades públicas ou privadas do âmbito da segurança social, saúde, educação e justiça, através de uma ficha de encaminhamento do serviço.

As suas modalidades de intervenção são:

- Preservação familiar - Visa prevenir a retirada da criança ou do jovem do seu meio natural de vida.
- Reunificação familiar - Visa o regresso da criança ou do jovem ao seu meio familiar.
- Ponto de Encontro Familiar (PEF) - Visa a manutenção ou o restabelecimento dos vínculos familiares nos casos de interrupção ou perturbação grave da convivência familiar.

Os objetivos do CAFAPase são:

- Prevenir situações de risco e de perigo através da promoção do exercício de uma parentalidade positiva;
- Avaliar as dinâmicas de risco e proteção das famílias e as possibilidades de mudança;
- Desenvolver competências parentais, pessoais e sociais;
- Capacitar as famílias promovendo e reforçando dinâmicas relacionais de qualidade e rotinas quotidianas;
- Potenciar a melhoria das interações familiares;
- Atenuar a influência de fatores de risco nas famílias, prevenindo situações de separação das crianças e jovens do seu meio natural de vida;
- Favorecer a reintegração da criança ou do jovem em meio familiar.

Atualmente são acompanhadas pelo CAFAPase 37 famílias.

6. Projetos Nacionais

6.1 Projeto ADÉLIA

Projeto promovido pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens visa constituir-se como entidade de referência para a efetiva concretização dos Direitos Humanos de todas e de cada uma das crianças em Portugal.



CPCJ
ESTARREJA
COMISSÃO DE PROTEÇÃO
DE CRIANÇAS E JOVENS



Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Estarreja

Guia a sua missão à luz de princípios orientadores de intervenção, respeitando o interesse superior da criança e do jovem, a intervenção precoce e mínima, responsabilidade parental, prevalência da Família, audiência obrigatória e participação, entre outras previstas na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

É um projeto de apoio à Parentalidade Positiva e à capacitação parental, tendo na sua base uma estratégia preventiva para a promoção e proteção dos direitos da criança, baseada no conhecimento da realidade infantojuvenil.

- ❖ Os destinatários são:
- ❖ Famílias e Cuidadores;
- ❖ Profissionais que trabalham com Famílias;
- ❖ Comissões de Proteção de Crianças e Jovens,
- ❖ Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude;
- ❖ Sociedade Civil.
- ❖ A sua concretização rege-se por quatro objetivos fundamentais:
- ❖ Prevenir situações de risco e de perigo através da promoção do exercício da parentalidade positiva.
- ❖ Avaliar dinâmicas de risco e de proteção das famílias e as possibilidades de mudança.
- ❖ Desenvolver competências parentais, pessoais e sociais que permitam a melhoria do desempenho da função parental.
- ❖ Capacitar as famílias, promovendo e reforçando dinâmicas relacionais de qualidade e de rotinas quotidianas.

Para que estes objetivos sejam alcançados a CNPDPCJ propõe-se, em colaboração com as CPCJ locais:

- ❖ Desenvolver planos locais de promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens, garantindo estratégias de apoio a uma parentalidade positiva e responsável: objetivo de 170 a 241 planos locais;
- ❖ Qualificar a intervenção das comissões de proteção e das entidades com competência em matéria de infância e juventude;
- ❖ Capacitar as famílias para o exercício de uma parentalidade positiva nas diferentes dimensões da vida familiar.

Para a sua operacionalização definiram-se como elegíveis as ações de:

- ❖ **Mais Proteção:** Capacitação das famílias para o exercício de uma parentalidade responsável através do desenvolvimento de Planos Locais de promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens e de atividades que permitam a melhoria das capacidades parentais.



CPCJ
ESTARREJA
COMISSÃO DE PROTEÇÃO
DE CRIANÇAS E JOVENS

ESTARREJA
MUNICÍPIO



Rede Social
Estarreja

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Estarreja

- ❖ **Mais capacitação:** Capacitação de técnicos das CPCJ e das entidades competentes em matéria de infância e juventude no domínio da melhoria das competências e desempenho parental, nomeadamente, a capacitação no âmbito dos programas “Anos Incríveis”, “Mais Família – Mais Jovem” e “Crianças no meio do conflito”.
- ❖ **Mais famílias positivas:** Sensibilização, através de seminários, workshops e campanhas para públicos estratégicos, famílias e comunidade no âmbito da promoção da parentalidade positiva e dos direitos da criança.
- ❖ **Mais inovação social:** Ideação e aceleração de boas ideias e soluções inovadoras para a promoção da parentalidade positiva.

Tendo em conta este enquadramento consideramos que esta CPCJ já vem incluindo na sua prática diversas ações/projetos/parcerias que se norteiam pelos princípios elencados anteriormente, a saber: Projeto “Famílias em Mudança”; parcerias com a UCC e com a equipa do RSI, parcerias com outras entidades com papel relevante em matéria de infância e juventude.

7. Considerações Finais do Diagnóstico Social

Sumariamente concluímos que a CPCJ de Estarreja se integra num concelho onde as diferentes instituições públicas e privadas tentam estabelecer parcerias em prol do bem-estar e do desenvolvimento integral das crianças e jovens, entre elas destaca-se a Câmara Municipal de Estarreja, os Agrupamentos de Escolas, as IPSS's, as Associações Culturais, Recreativas e Desportivas, entre outras.

O presente diagnóstico permite inferir algumas das problemáticas emergentes que requerem um maior envolvimento da CPCJ de Estarreja e das suas entidades parceiras, bem como o aprofundamento das tendências evolutivas na melhoria do trabalho preventivo mais eficiente e eficaz no âmbito da proteção. Neste sentido, o elevado número de sinalizações é um reflexo de maior sensibilidade e vigilância da comunidade e das entidades com competência em matéria de infância e juventude. O relatório evidencia a necessidade premente de serem efetuadas intervenções preventivas na educação parental, nomeadamente na promoção da parentalidade positiva e no combate à negligência parental, assim como na área da promoção da saúde e da educação.

Capítulo II – Auto- Avaliação da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Estarreja

1. Autodiagnóstico dos Membros da CPCJ

O autodiagnóstico é um instrumento de extrema importância que nos leva a perceber o trabalho desenvolvido tanto pela Comissão em modalidade Restrita como pela Comissão em modalidade Alargada. O papel da CPCJ na construção de uma intervenção comunitária planeada e efetivada, focada em valores, princípios, missão e visão, exige uma ampla participação dos diferentes atores sociais, nomeadamente a participação da Rede Social, tendo a CPCJ na sua modalidade Alargada a proximidade como vantagem ao nível da intervenção social, neste caso em particular, junto das crianças e jovens em risco/perigo.

Na medida em que se trata de elaborar um Plano Local de Promoção dos Direitos das crianças e jovens e que se pretende que produza impacto na vida dos próprios e na sociedade, a capacidade das organizações é fundamental, pois o nível dessa capacidade define os limites da sua intervenção e da produção de impactos. Assim sendo, a CPCJ e os membros que a integram comprometeram-se a realizar o autodiagnóstico.

A metodologia qualitativa passou por uma análise de conteúdo das atas das reuniões da Comissão Alargada, tendo como base a ordem de trabalhos. Os temas abordados que se tornaram críticos e relevantes, para a compreensão da dinâmica da comissão.

Na metodologia quantitativa, enumeramos o número de reuniões realizadas e as presenças dos membros nas reuniões da Comissão alargada, entre 2010 – 2020.

Posteriormente, precedemos à análise dos questionários de autoaplicação, elaborados pela equipa do projeto “Adélia”, dirigidos à Presidente, a todos os elementos da Comissão Alargada e aos membros que integram a comissão restrita. Assim como, o preenchimento do questionário de diagnóstico organizacional dirigido a todos os membros da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Estarreja.

Por fim, contruímos uma Análise SWOT – Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças), ao meio interno e externo que envolve a Comissão. Para a sua realização os membros da CPCJ foram divididos por três grupos de trabalho.

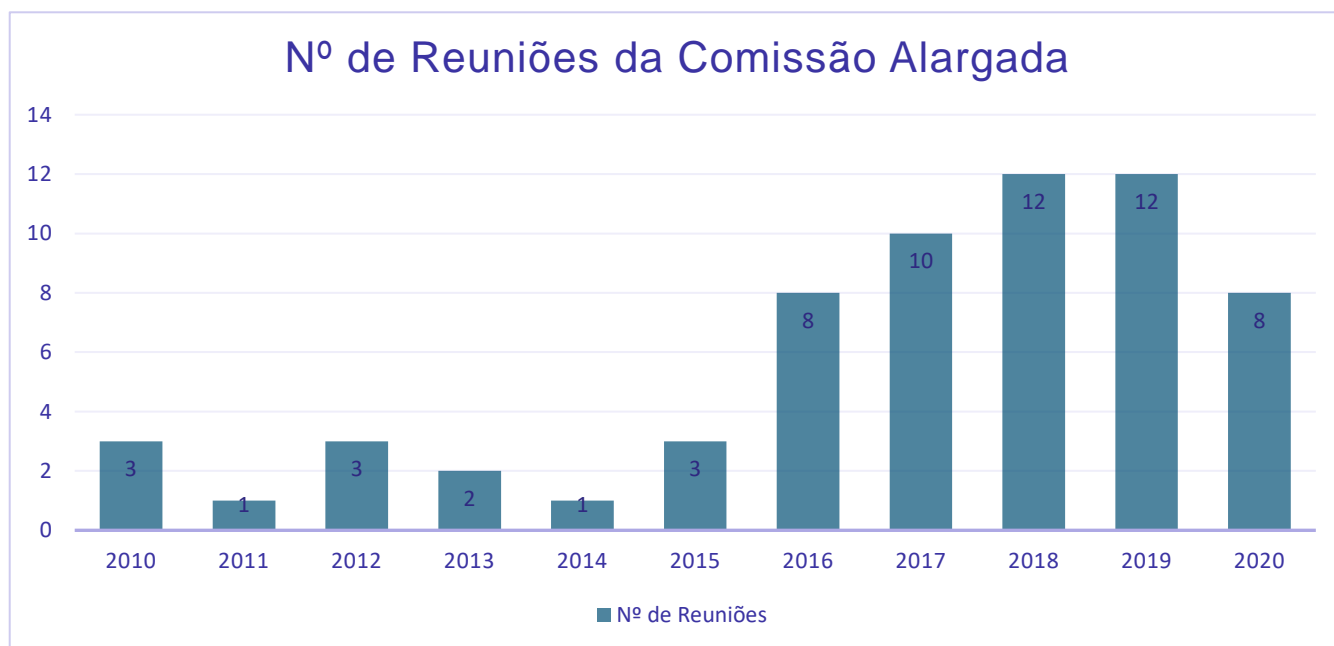
1.1 Comissão em modalidade Alargada

Estiveram presentes, Dez (10) membros da Comissão Alargada, no universo de dezassete (17) membros para responderem ao questionário. Contámos ainda, com a participação da Exma. Sra. Procuradora da República, dos serviços do Ministério Público de Estarreja.

1.1.1 Análise das Atas das Reuniões da Comissão Alargada

Foi realizada uma leitura atenta das atas da Comissão em modalidade Alargada das reuniões realizadas entre 2010 e 2020. Nessa leitura foi dada especial atenção ao número de reuniões realizadas, à assiduidade dos representantes das diversas entidades que têm assento nesta comissão e alguns pontos críticos detetados na análise das atas.

Gráfico 15 – Número de reuniões da Comissão Alargada (2010-2020)



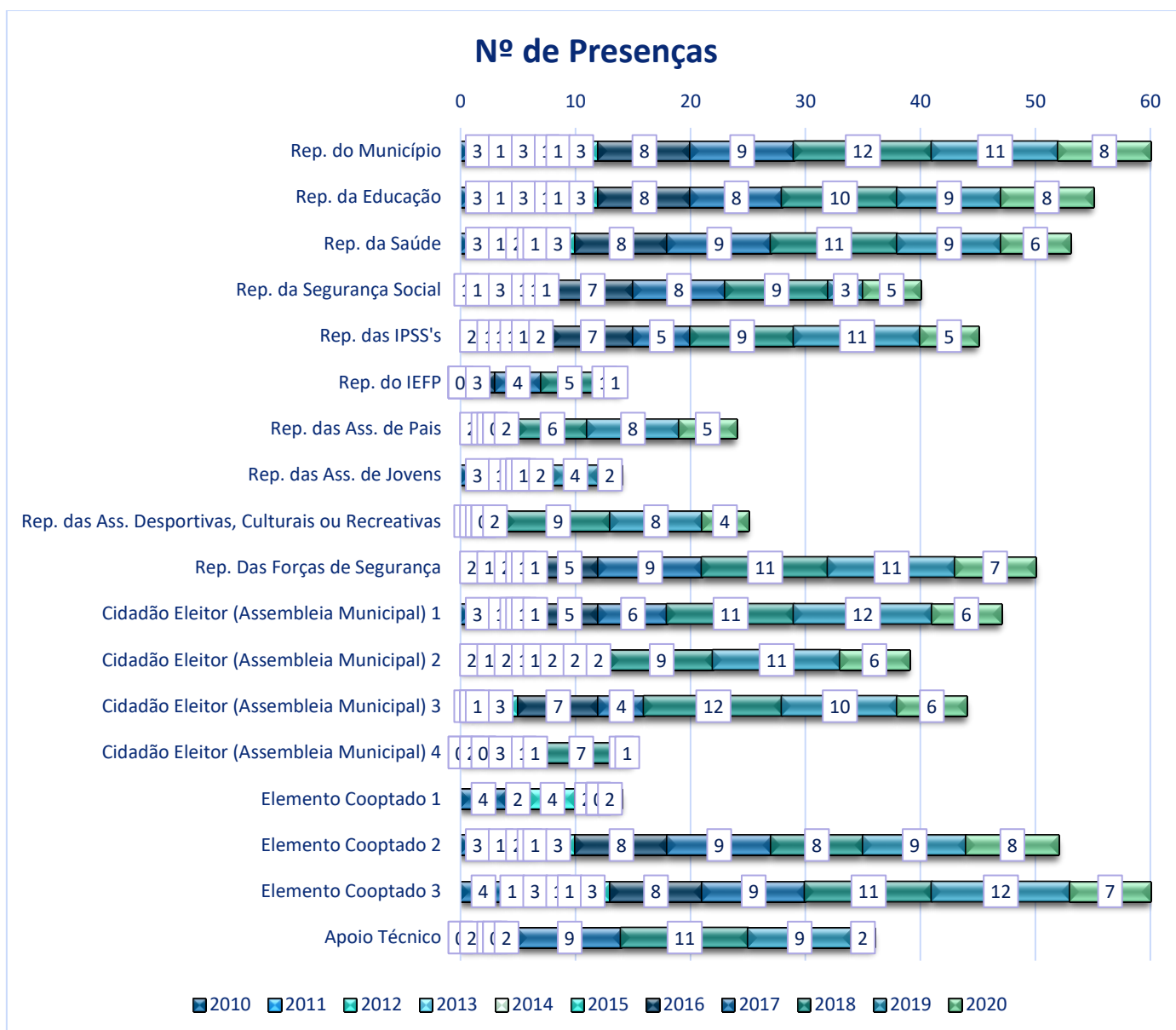
Entre 2010 e 2020 foram realizadas sessenta (60) reuniões da Comissão alargada. Ao analisarmos o gráfico, verificamos que com a republicação da Lei nº147/99, de 1 de setembro- Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, com a sua alteração, nomeadamente do artigo 19º, da **lei nº175, de 8 de setembro de 2015**, que introduz a obrigatoriedade de reunir “(...) **com a periodicidade exigida pelo cumprimento das suas funções, no mínimo mensalmente**”, concluímos que houve um aumento do número de reuniões. Em comparação, entre 2010 e 2015, a comissão alargada reunia uma a três vezes por ano.

Este alcance quantitativo a partir de 2017, resultou do empenho e do espírito de missão da nova Presidente da CPCJ, que sensibilizou e proporcionou o envolvimento de todos os membros.

Salienta-se que no ano 2020, houve um decréscimo das reuniões devido à pandemia mundial (Covid19), que obrigou a um conjunto de adaptações, enquadradas nos planos do estado de emergência.

1.1.2 Presenças dos membros na Comissão Alargada

Gráfico 16 - Presenças dos membros em reuniões da Comissão Alargada por entidade (2010- 2020)



No que diz respeito à assiduidade dos representantes das entidades obrigatórias, elementos cooptados e apoio técnico, entre 2010 e 2020, podemos verificar na análise das presenças em reuniões da Comissão Alargada, que as entidades obrigatórias, conforme previsto n.º1, do art.17º, da Lei 147/99, nomeadamente Município, Segurança Social, Ministério da Educação, estiveram sempre representadas na Comissão de Estarreja entre 2010 e 2020. Em contrapartida, verificamos que o representante das Associações de Jovens não participou nas reuniões em 2012, 2013 e 2014, assim como, o Representante das Associações Desportivas, Culturais ou recreativas, que deixou de participar nas reuniões em 2011, até nova nomeação em 2017.

Verificando assim, algum absentismo por parte de alguns membros que constituem a Comissão em modalidade Alargada, sendo mais vincado nos diversos Representantes das Associações Desportivas, Culturais e Recreativas.

Salienta-se a presença do Apoio Técnico nas reuniões da comissão alargada, entre 2012 e 2014 e posteriormente entre 2016 e 2020 e a inexistência de representação da saúde em 2013.

Por fim, todas as entidades com competência em matéria da infância e da juventude têm uma função específica na qual podem intervir de acordo com as suas competências, sempre que necessário, é efetuada a articulação e cooperação com as entidades parceiras para a resolução de problemas nas famílias intervencionadas ou outras ações, por forma a contribuir para a execução do Plano de Ação. Verifica-se que a pouca disponibilidade de alguns membros é compensada pela qualidade dos outros recursos humanos que transparece na sua experiência e empenho. No nosso entender este absentismo recorrente por parte dos mesmos Comissários que representam estas entidades prende-se pelo facto de gerirem diversas funções na entidade laboral de origem, diminuindo o seu tempo para a participação e integração em grupos de trabalho para a elaboração de determinadas atividades propostas no Plano de Ação.

1.1.3 Pontos críticos detetados na análise das atas da comissão alargada/por ano:

Face à leitura e análise das atas verificou-se alguns pontos críticos ao longo de cada ano, sendo estes:

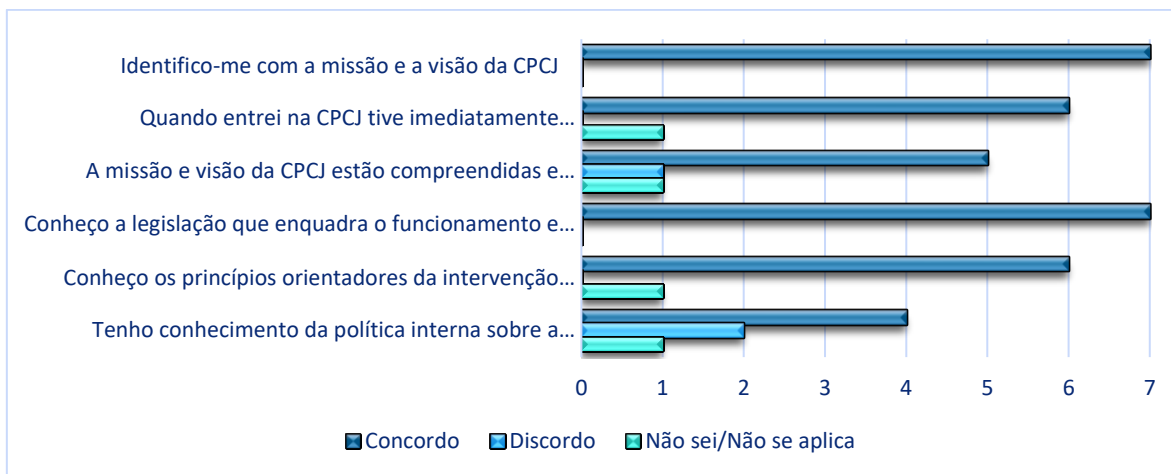
Tabela 43- Pontos críticos detetados na análise das atas da comissão alargada

Pontos críticos detetados na análise das atas da comissão alargada por ano	
2010	- Existiam dois elementos em representação do Município, da Educação e da Saúde;
2011	- A primeira reunião da Comissão Alargada foi no mês de abril; - Partilhou-se a necessidade de integração dos jovens em atividades extracurriculares no período de férias escolares (12 e 18 anos); - Continuavam presentes ou em substituição, dois representantes da Saúde;

2012	<ul style="list-style-type: none">- Necessidade de um workshop sobre a comunidade cigana;- A CPCJ de Estarreja, aderiu ao Programa “Tecer a Prevenção”;- Os processos de promoção e proteção deixaram de serem distribuídos por freguesia e passaram a serem distribuídos por técnico de forma equitativa;
2013	<ul style="list-style-type: none">- A CPCJ de Estarreja deixou de ter representante da Saúde.
2014	<ul style="list-style-type: none">- Tendo em conta o relatório anual de 2013, conclui-se que há necessidade de promover ações de sensibilização relacionadas com a Violência doméstica e de namoro;- Solicitou-se ao representante das Forças de Segurança (GNR), para enviar os autos de notícia com a identificação completa dos envolvidos e das crianças, e que sejam enviados num curto espaço de tempo.
2015	<ul style="list-style-type: none">- Aumento de sinalizações por violência Doméstica;- Aumento no concelho de gravidez na adolescência (sem dados que o comprovem);- Continuamos a verificar a existência de dois elementos na representação das IPSS, um na alargada e o outro na restrita;- Necessidade de apoio administrativo;- Publicação da Lei nº175, de 8 de setembro de 2015, que altera a lei nº147/99 de 1 de setembro - Lei de Proteção de Crianças e Jovens.
2016	<ul style="list-style-type: none">- Necessidade de cartão de Identificação;- Continuação de dois elementos em representação das IPSS e a presença de um terceiro em substituição numa das reuniões da comissão alargada;- Verificou-se um aumento das atividades desenvolvidas pela CPCJ de Estarreja;- Pouca sinalização das crianças e jovens da comunidade cigana;- Pouca divulgação das atividades da CPCJ.
2017	<ul style="list-style-type: none">- Alteração do regulamento Interno da CPCJ de Estarreja – alteração dos artigos que permitiam a existência de membros suplentes (maio de 2017);
2018	<ul style="list-style-type: none">- Necessidade de desenvolver ações de sensibilização sobre o combate ao absentismo escolar;- Aumento das sinalizações por violência doméstica;- Pouca oferta formativa nas escolas do concelho;- Assinatura do Protocolo entre a CPCJ e APAV.
2019	<ul style="list-style-type: none">- Necessidade da existência de um CAFAP no concelho;- A 25 fevereiro, a CPCJ de Estarreja aderiu ao “Projeto Adélia” - elaboração do Plano Local de promoção dos Direitos das crianças e Jovens;- Em junho, ocorreu em Estarreja, a apresentação do “Projeto Adélia”, às CPCJ da zona centro;- Maior conhecimento dos procedimentos inerentes aos Processos de Promoção e Proteção.
2020	<ul style="list-style-type: none">- Necessidade de adaptação das atividades às novas contingências – COVID 19.

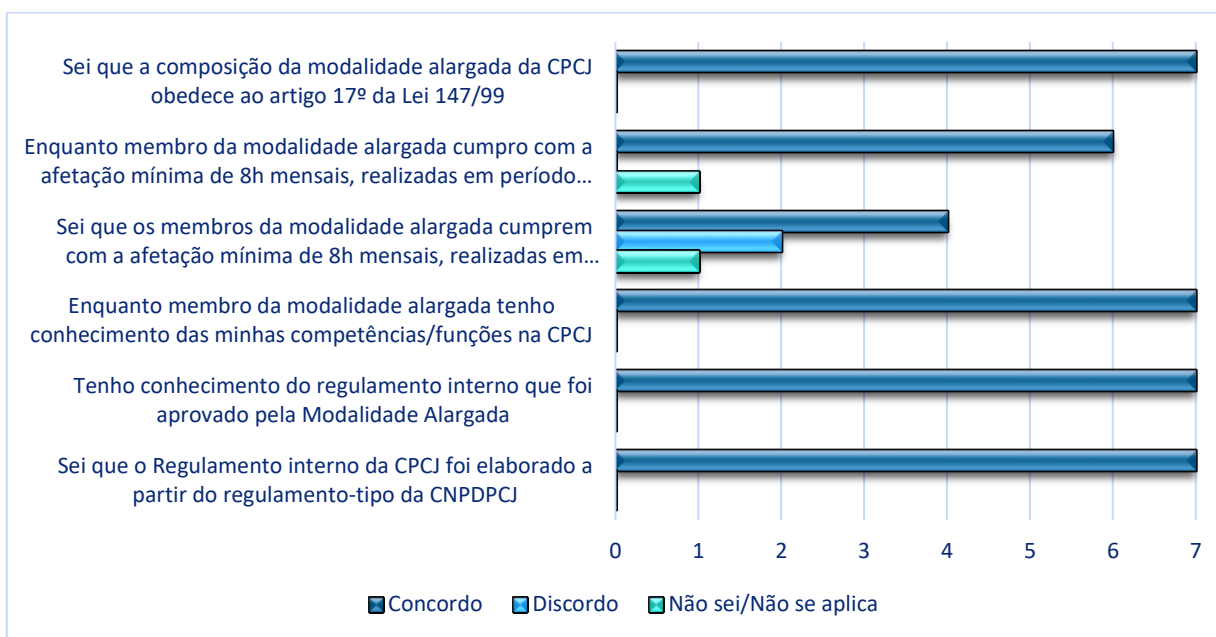
1.1.4 Resultados dos Inquéritos na Modalidade Alargada

Gráfico 17 - Resultados dos Inquéritos da Modalidade Alargada – participantes: 7 membros



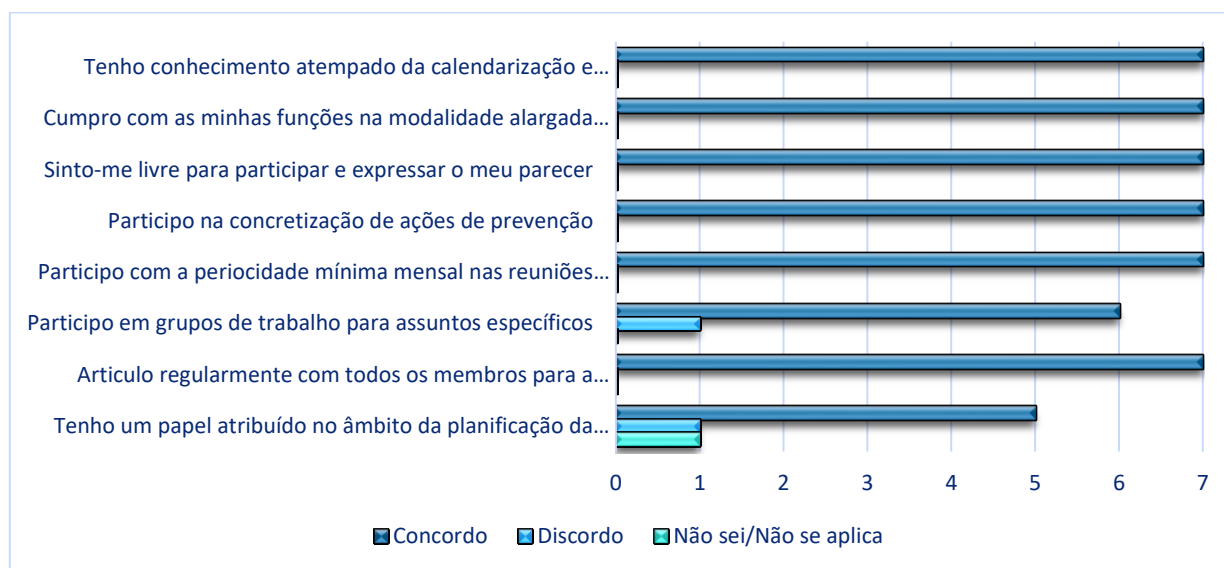
Através da análise do gráfico, verifica-se que 90% dos itens se situam no nível 3 (“concordo”), sendo que as questões que abordam os conhecimentos e ações da Comissão missão em modalidade Alargada relativamente aos seguintes elementos: “a missão e visão da CPCJ estão compreendidas e assimiladas por todos os membros” uma pessoa discorda e ainda no que diz respeito “conhecimento da política interna sobre a proteção das crianças” duas pessoas não têm conhecimento.

Gráfico 18 - Resultados dos Inquéritos da Modalidade Alargada – participantes: 7 membros



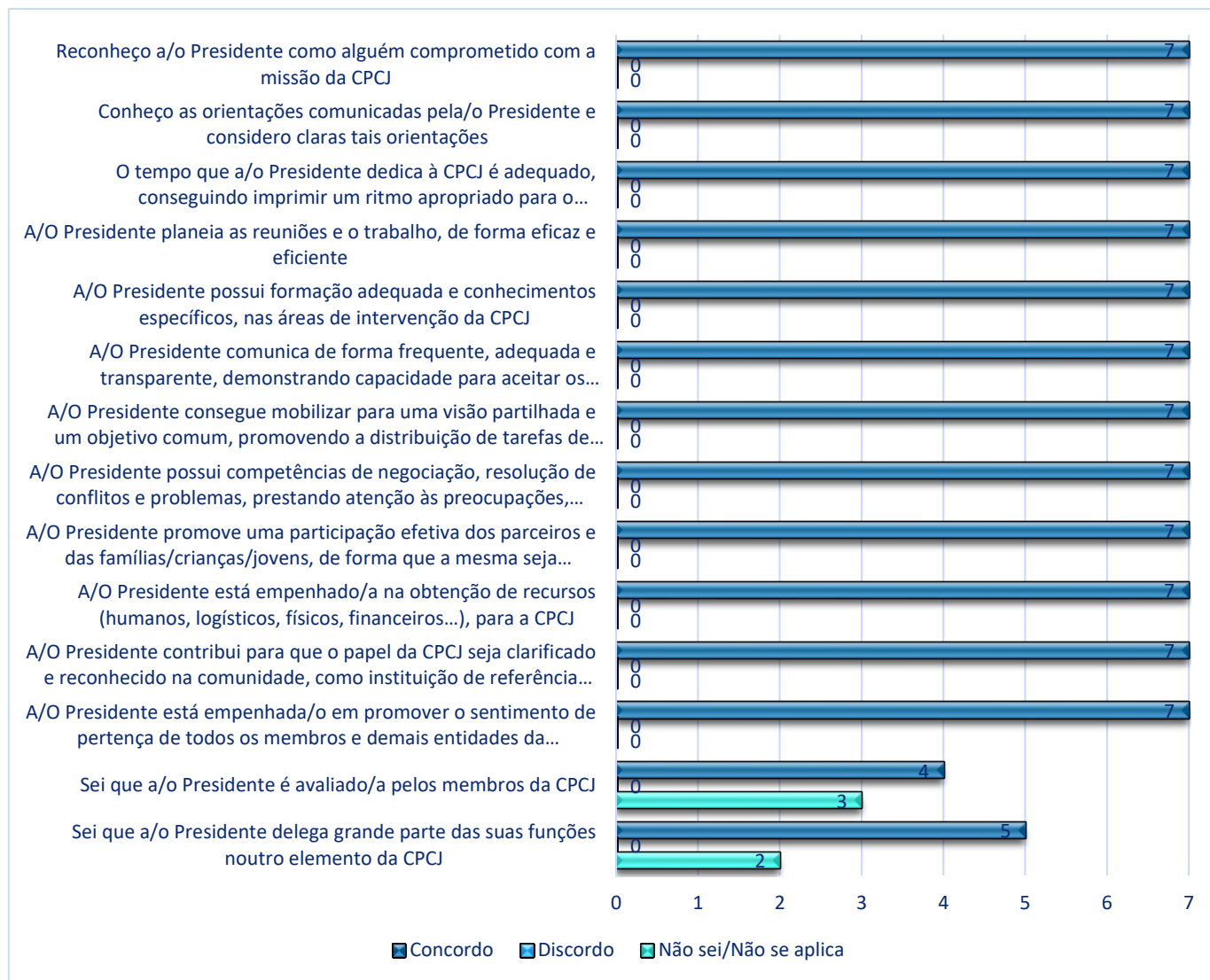
Tal como podemos verificar no gráfico acima, apenas duas pessoas discordam que “os membros da modalidade alargada cumprem com a afetação mínima de 8h mensais, realizadas em período normal de trabalho”. Sendo que os restantes responderam “concordo” a todas as outras questões.

Gráfico 19 - Resultados dos Inquéritos da Modalidade Alargada – participantes: 7 membros



Verificamos que, uma pessoa discorda que participa “em grupos de trabalho para assuntos específicos” e que tem “um papel atribuído no âmbito da planificação da atividade da CPCJ”.

Gráfico 20 - Resultados dos Inquéritos da Modalidade Alargada – participantes: 7 membros



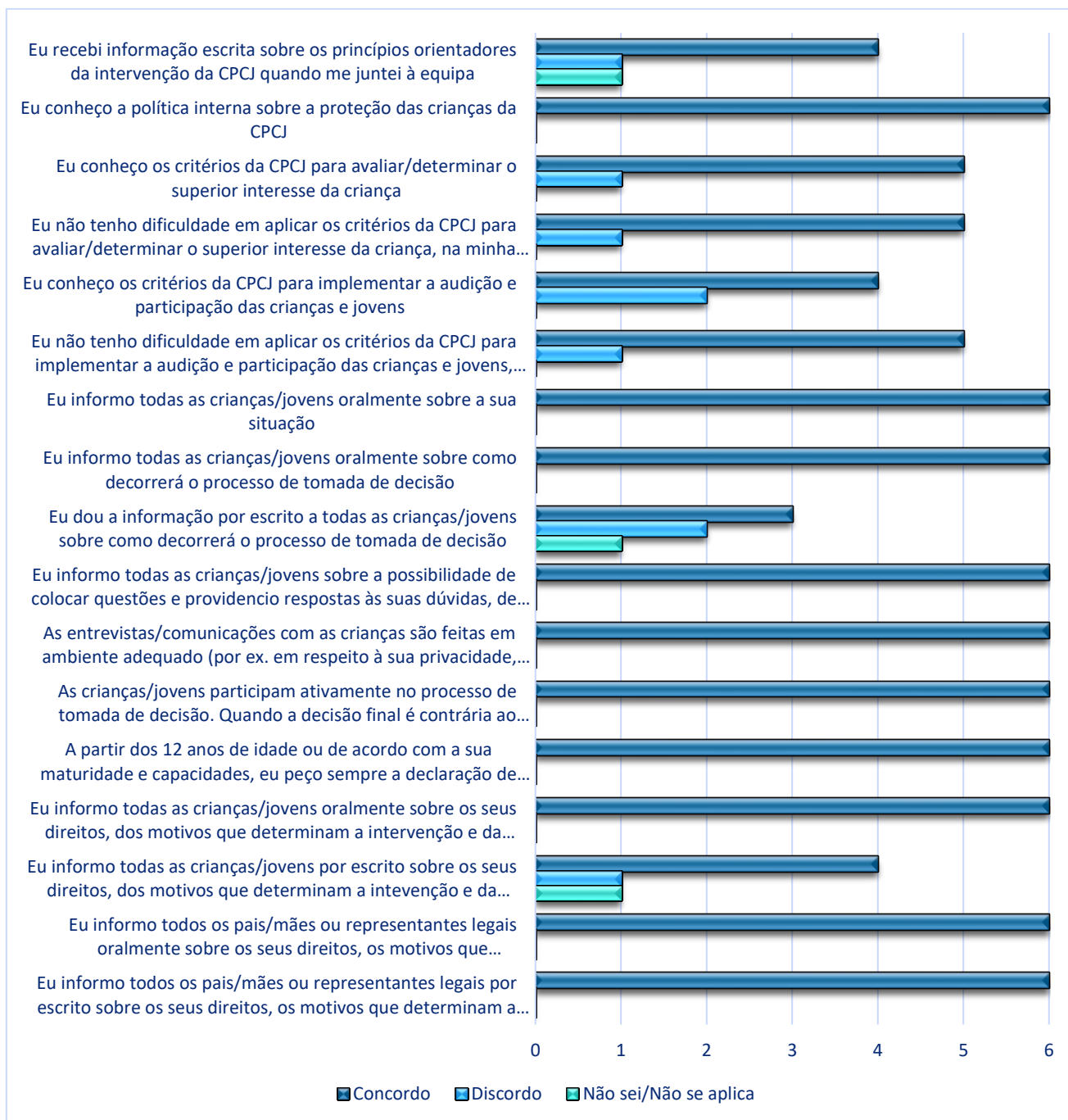
Relativamente ao gráfico nº 4, onde verificamos o papel do presidente na Comissão, à luz dos representantes da Comissão em modalidade Alargada, verificamos que sete (7) dos participantes concorda com todas as afirmações e apenas três (3) desconhecem que “o presidente é avaliado pelos membros” e duas que “a Presidente delega parte das funções noutra elemento da CPCJ”.

Desta forma, conclui-se que os membros da Comissão Alargada, que responderam a este inquérito, conhecem bem o funcionamento da CPCJ e sentem-se integrados.

1.2 Resultados dos Inquéritos da Modalidade Restrita – participantes: 6 membros

Responderam ao questionário, seis elementos da comissão restrita.

Gráfico 21 - Resultados dos Inquéritos da Modalidade Restrita – participantes: 6 membros



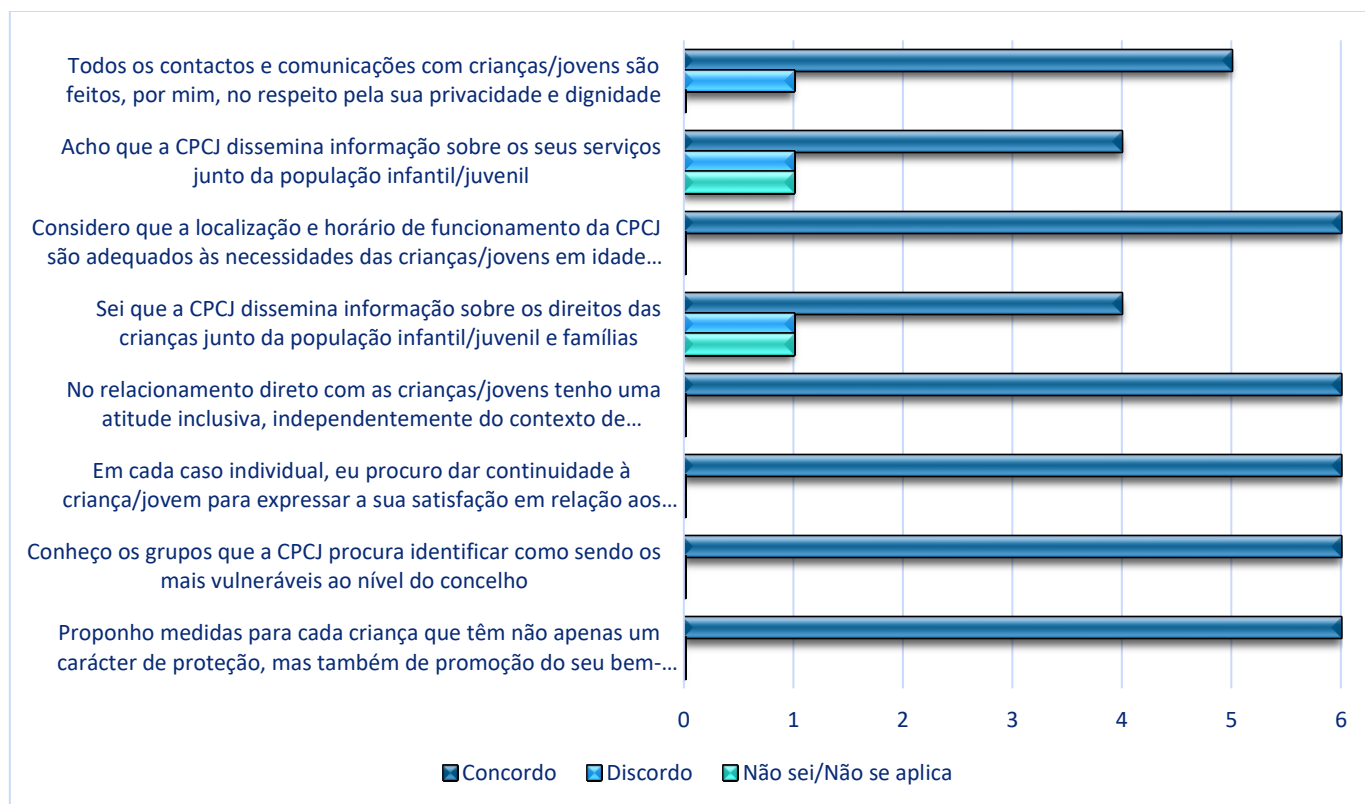
Na análise do gráfico nº1, salientamos que todos os membros da modalidade restrita concordam que conhecem a política interna sobre a proteção das crianças da CPCJ, que informam todas as crianças/jovens

oralmente sobre a sua situação, sobre como decorrerá o processo de tomada de decisão, sobre a possibilidade de colocar questões e providenciando respostas às suas dúvidas, de modo que a criança/jovem compreenda.

Todos concordam que as entrevistas são feitas em ambiente adequado e que as crianças e jovens participam ativamente no processo de tomada de decisão e quando essa decisão final é contrária ao desejo, a técnica explica o porquê da tomada dessa decisão. Também estão de acordo que a partir dos 12 anos de idade é pedido a declaração de não oposição/oposição por escrito e que são informados sobre os seus direitos, dos motivos que determinam a intervenção e da forma como esta se processa, assim como, todos os membros concordam que o fazem com os pais oralmente e por escrito.

No entanto, pode-se verificar que uma pessoa refere não ter conhecimento acerca dos critérios da CPCJ para avaliar/determinar o superior interesse da criança, duas pessoas não têm conhecimento dos critérios da CPCJ para implementar a audição e participação das crianças e jovens.

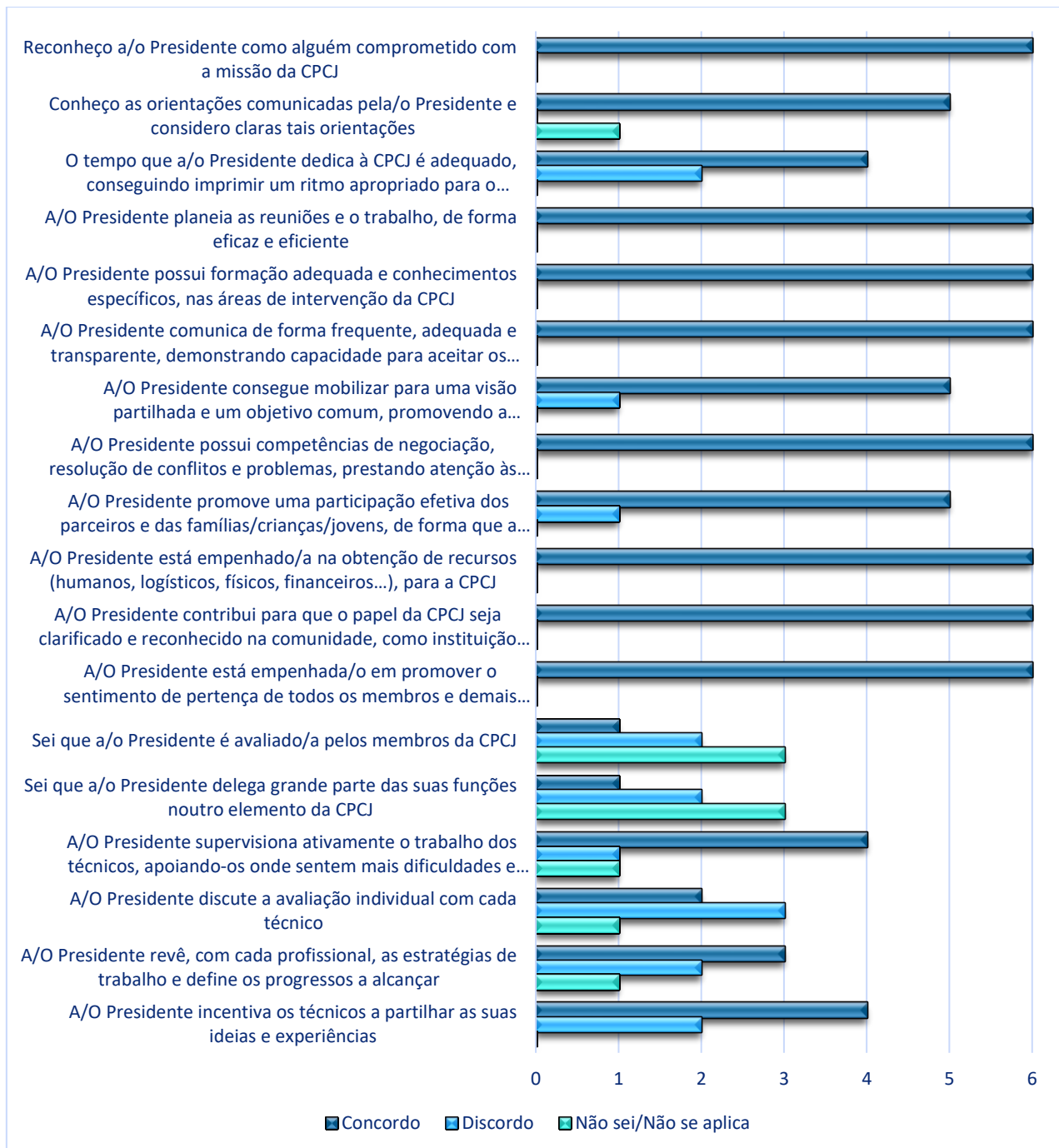
Gráfico 22 - Resultados dos Inquéritos da Modalidade Restrita – participantes: 6 membros



Observa-se que todos concordam que a localização e horário de funcionamento são adequados às necessidades das crianças/jovens em idade escolar que necessitem de acesso aos seus serviços/atendimento.

Segundo o gráfico, verifica-se que apenas uma pessoa não concorda com o facto de “todos os contactos e comunicações com crianças/jovens” serem feitos por si. Relativamente ao facto da CPCJ disseminar informação sobre os seus serviços e dos direitos das crianças junto da população infantil/juvenil, uma pessoa discorda e outra não sabe responder.

Gráfico 23 - Resultados dos Inquéritos da Modalidade Restrita – participantes: 6 membros

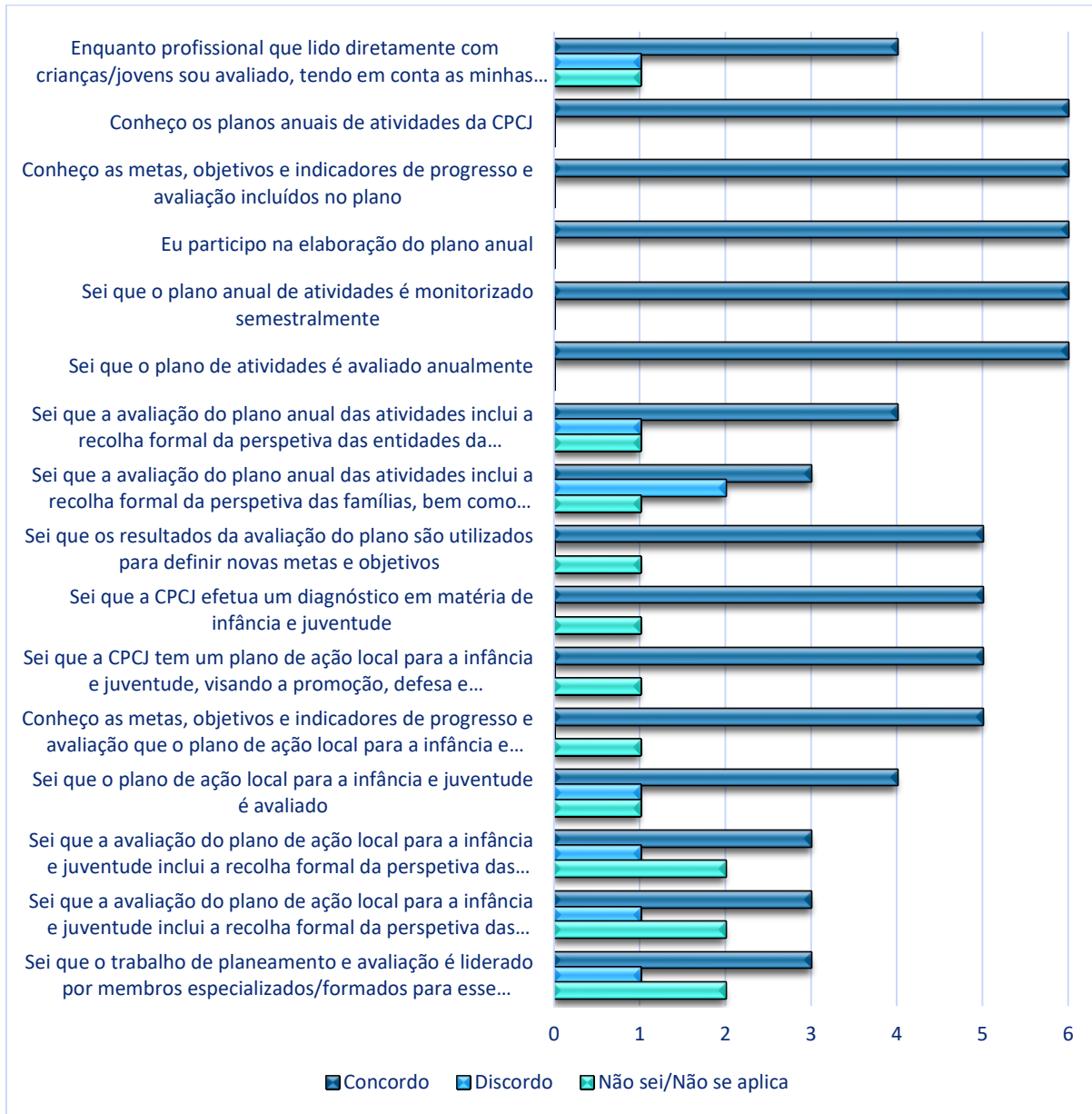


Na análise do gráfico, é possível observar que duas pessoas não concordam que o tempo que a Presidente dedica à CPCJ seja adequado, como também uma pessoa discorda que a presidente promova uma “distribuição

de tarefas de forma equitativa entre os membros” e uma “participação efetiva dos parceiros e das famílias/crianças/jovens, de forma que a mesma seja eficiente e eficaz”.

Também se pode analisar no mesmo gráfico que a maioria dos membros da comissão restrita não sabe que a presidente é avaliada pelos membros da CPCJ nem que delega grande parte das duas funções nouro elemento da CPCJ, no entanto apenas uma pessoa não concorda que a presidente supervisiona o trabalho dos técnicos. Mais uma vez, se verifica que um número significativo dos comissários da modalidade restrita não concorda ou não sabe responder quanto ao facto da presidente discutir a avaliação individual com cada técnico, que revê as estratégias de trabalho e define os progressos a alcançar e que a mesma incentiva os técnicos a partilhar as suas ideias e experiências.

Gráfico 24 - Resultados dos Inquéritos da Modalidade Restrita – participantes: 6 membros



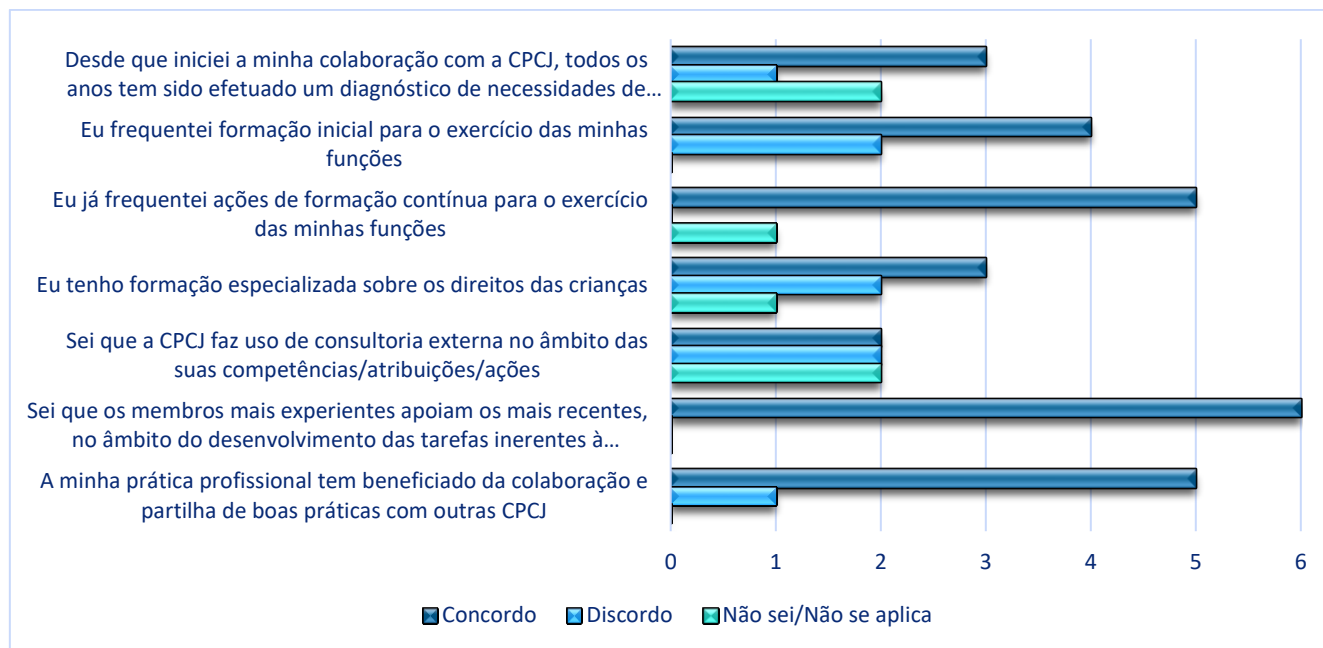
De acordo com o gráfico, salienta-se que cerca de duas pessoas não têm um conhecimento plausível quanto ao plano anual de atividades, mais concretamente que inclui a recolha formal da perspetiva das entidades da comunidade, das famílias e das crianças/jovens. O mesmo se pode verificar quanto ao plano de ação local, isto é, cerca de três pessoas não sabem que este plano é avaliado e que, igualmente, recolhe formalmente a perspetiva das entidades da comunidade, das famílias e das crianças/jovens.

Gráfico 25 - Resultados dos Inquéritos da Modalidade Restrita – participantes: 6 membros



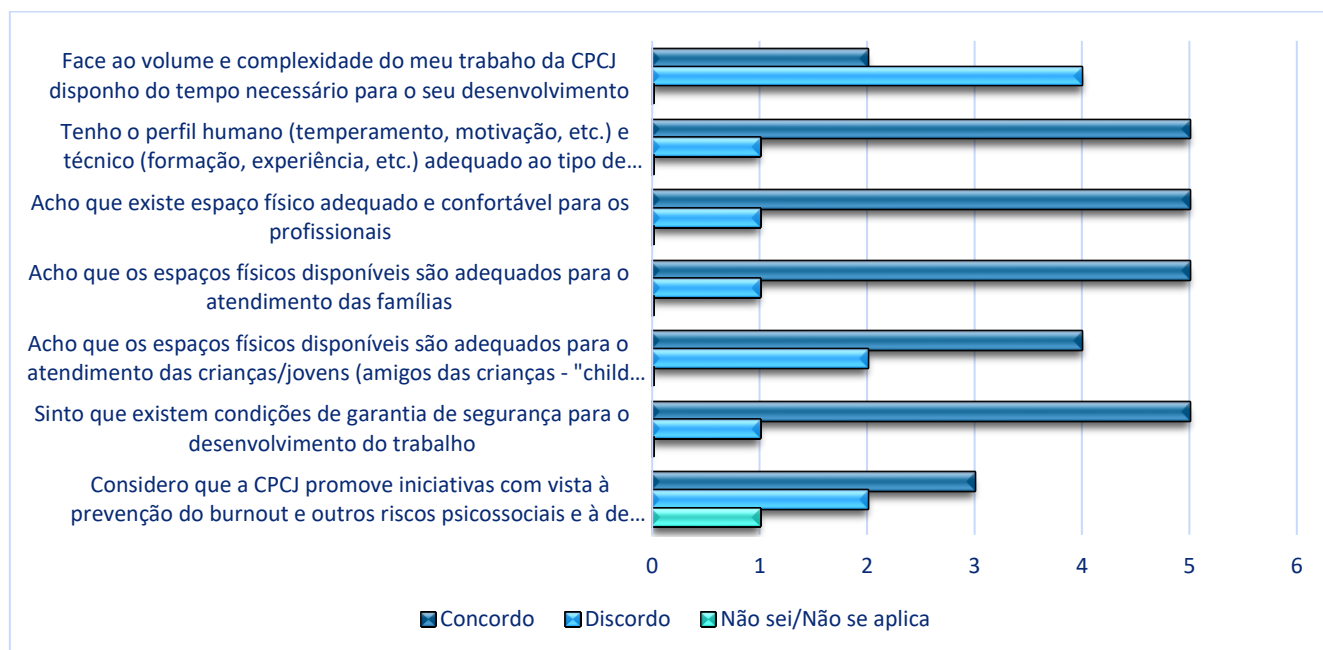
No gráfico, salienta-se que três pessoas não concordam que “o tempo entre a sinalização e avaliação da situação de cada criança/jovem em perigo é sempre adequado às necessidades individuais” e duas pessoas não concordam que “todas a medidas de proteção/promoção que propõe incluem um plano individualizado” e que “integro uma equipa que tem um carácter verdadeiramente multidisciplinar”.

Gráfico 26 - Resultados dos Inquéritos da Modalidade Restrita – participantes: 6 membros



No gráfico, verifica-se que apenas é consensual entre todos os comissários da modalidade restrita que “os membros mais experientes apoiam os mais recentes, no âmbito do desenvolvimento das tarefas inerentes à atividade da CPCJ”. Outro dado relevante no mesmo gráfico prende-se com o facto de duas pessoas não concordam com a frequência em formações iniciais para o exercício das suas funções e cerca de três e quatro pessoas, não têm formação especializada sobre os direitos das crianças nem que faz uso de consultoria externa no âmbito das suas competências, respetivamente.

Gráfico 27 - Resultados dos Inquéritos da Modalidade Restrita – participantes: 6 membros

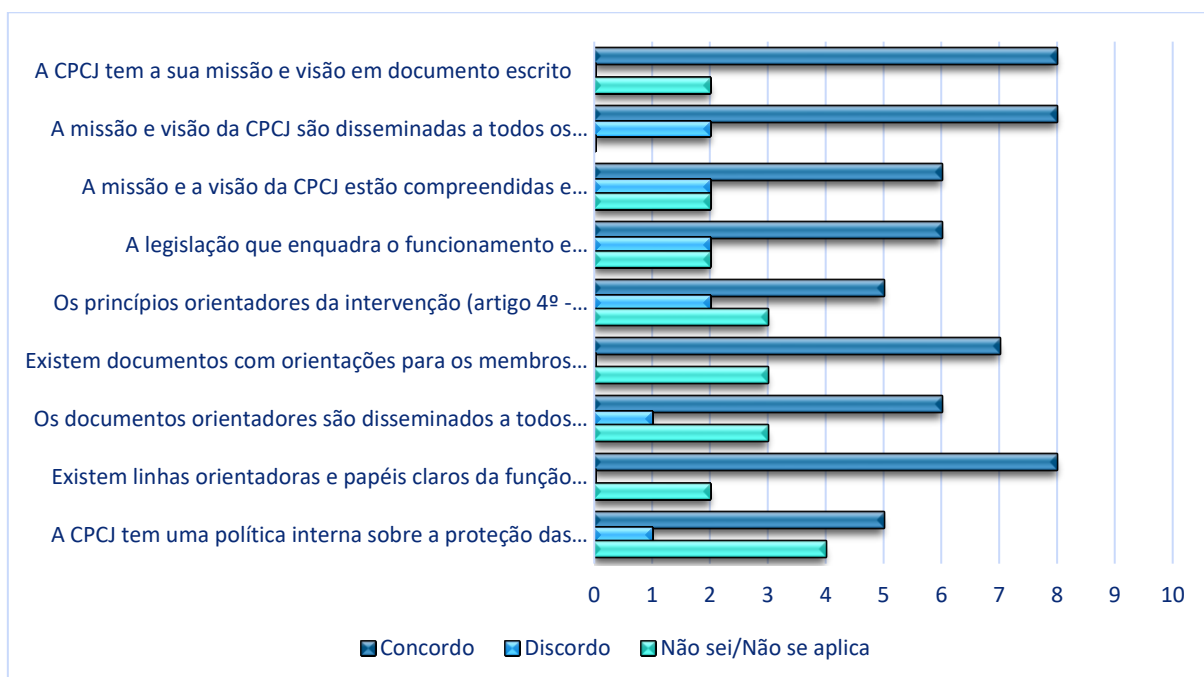


No gráfico, verifica-se que a maioria dos técnicos não concorda que disponha do tempo necessário face ao volume e complexidade do seu trabalho. Em contrapartida, apenas uma pessoa discorda que possua de um perfil humano adequado ao tipo de trabalho desenvolvido na CPCJ, que exista espaço físico adequado e confortável para os profissionais e para o atendimento das famílias. Relativamente à CPCJ promover iniciativas com vista à prevenção do burnout e outros riscos psicossociais e à promoção do meu bem-estar, as opiniões dos técnicos dividem-se de igual modo.

1.3 Resultados dos Inquéritos de autodiagnóstico – participantes: 10 membros

Dez membros da Comissão Proteção de Crianças e Jovens de Estarreja responderam ao questionário de autodiagnóstico. Este questionário é composto por dez (10) dimensões, num total de 94 itens, que visam refletir sobre a clareza da missão, visão e princípios orientadores para a intervenção; os princípios fundamentais de direitos da criança; o seu funcionamento, o planeamento e avaliação; a eficácia das intervenções; a divulgação e participação dos intervenientes; o desenvolvimento e capacitação dos membros; a identificação, valorização e concertação em rede e os recursos humanos e logísticos da CPCJ (falta Q anexo).

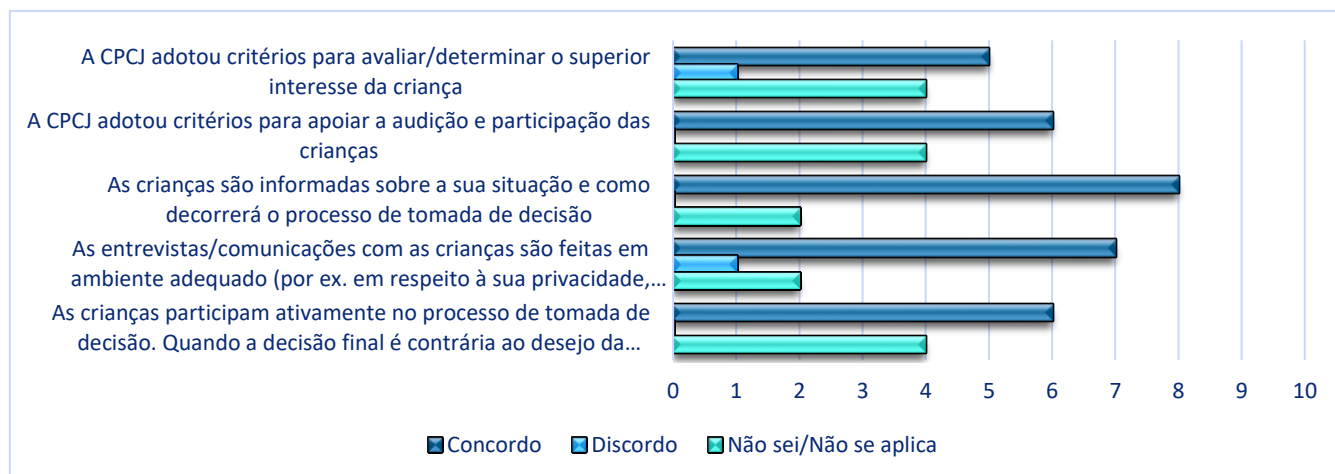
Gráfico 28 - Resultados dos Inquéritos de autodiagnóstico – participantes: 10 membros



De acordo com a análise dos resultados, de forma geral, verifica-se que, embora pouco significativo, um número de comissários da modalidade alargada, não estão a par de toda a legislação, funcionamento e princípios

e documentos orientadores da intervenção. Cerca de metade das pessoas da comissão alargada, não sabem que a CPCJ tem uma política interna sobre a proteção das crianças.

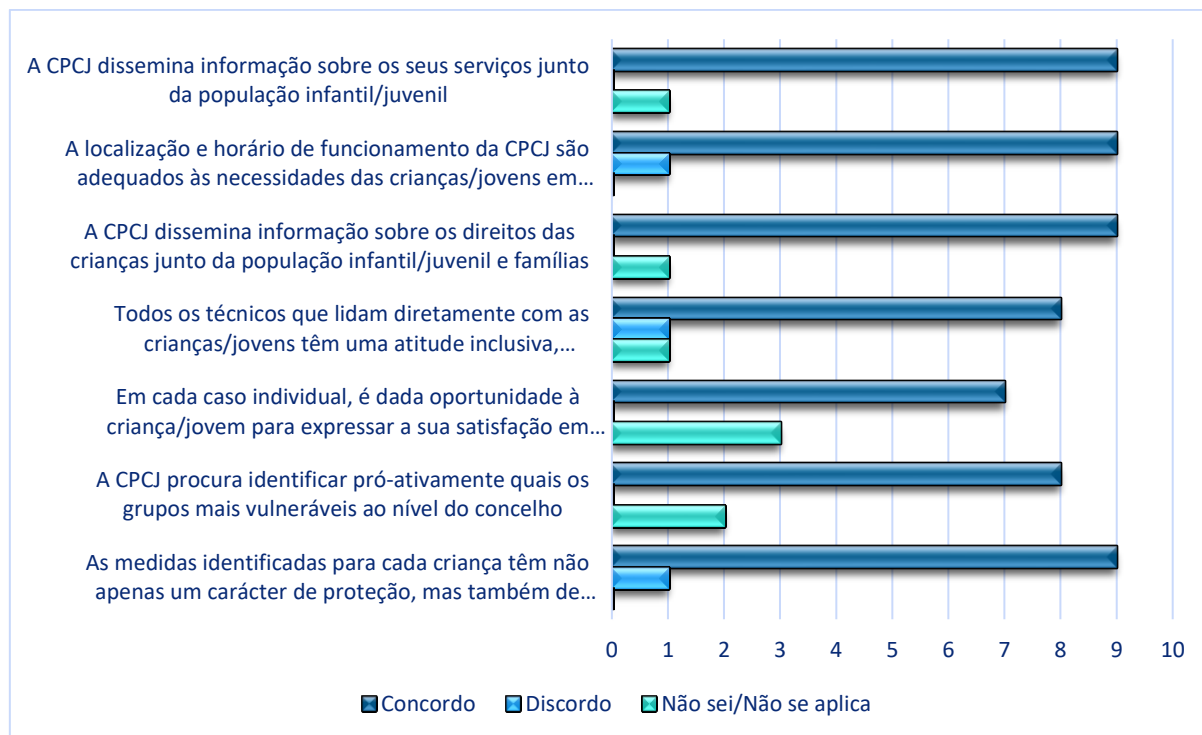
Gráfico 29 - Resultados dos Inquéritos de autodiagnóstico – participantes: 10 membros



Relativamente a questões específicas no âmbito dos princípios orientadores, verificamos que um (1) membro discorda que a CPCJ adotou critérios para avaliar/determinar o superior interesse da criança e quatro (4) membros não sabem se a CPCJ adotou critérios para apoiar a audição e participação das crianças nem se adotou critérios para avaliar/determinar o superior interesse da criança. Se as crianças são informadas sobre a sua situação e como decorrerá o processo de tomada de decisão, oito (8) participantes concordam, embora dois (2) não saibam.

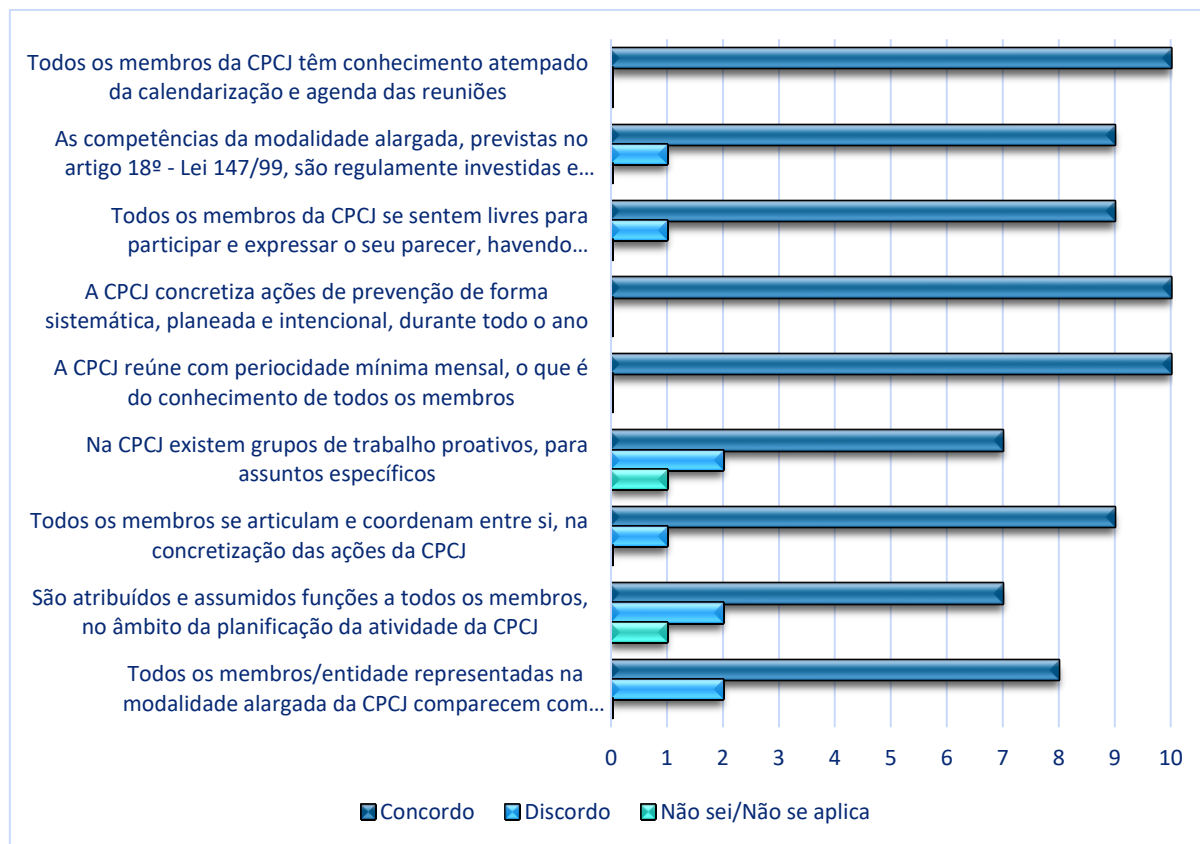
Em relação às entrevistas com as crianças um (1) membro discorda que são feitas em ambiente adequado e duas (2) pessoas não sabem, assim como, seis (6) membros concordam que as crianças participam ativamente no processo de tomada de decisão e quatro (4) não sabem.

Gráfico 30 - Resultados dos Inquéritos de autodiagnóstico – participantes: 10 membros



Verificamos, que nove (9) membros concordam que a CPCJ dissemina informação sobre os seus serviços e direitos junto da população infantil/juvenil. No entanto, um (1) membro não sabe. Em relação à localização e horário do funcionamento da CPCJ, nove (9) concordam que é adequado às necessidades das crianças/jovens. Contudo, um (1) membro discorda. Na questão se todos os técnicos que lidam diretamente com as crianças/jovens têm uma atitude inclusiva, independentemente do contexto de proveniência da criança, nacionalidade, entre outros, oito (8) concordam, sendo que, um (1) discorda e um (1) não sabe. Por fim, o mais relevante é que sete(7) membros concordam que é dada oportunidade à criança/jovem para expressar a sua satisfação em relação aos serviços providenciados, oralmente, ou por escrito, incluindo satisfação acerca da atitude dos profissionais, atendimento e outras questões e três membros não sabem.

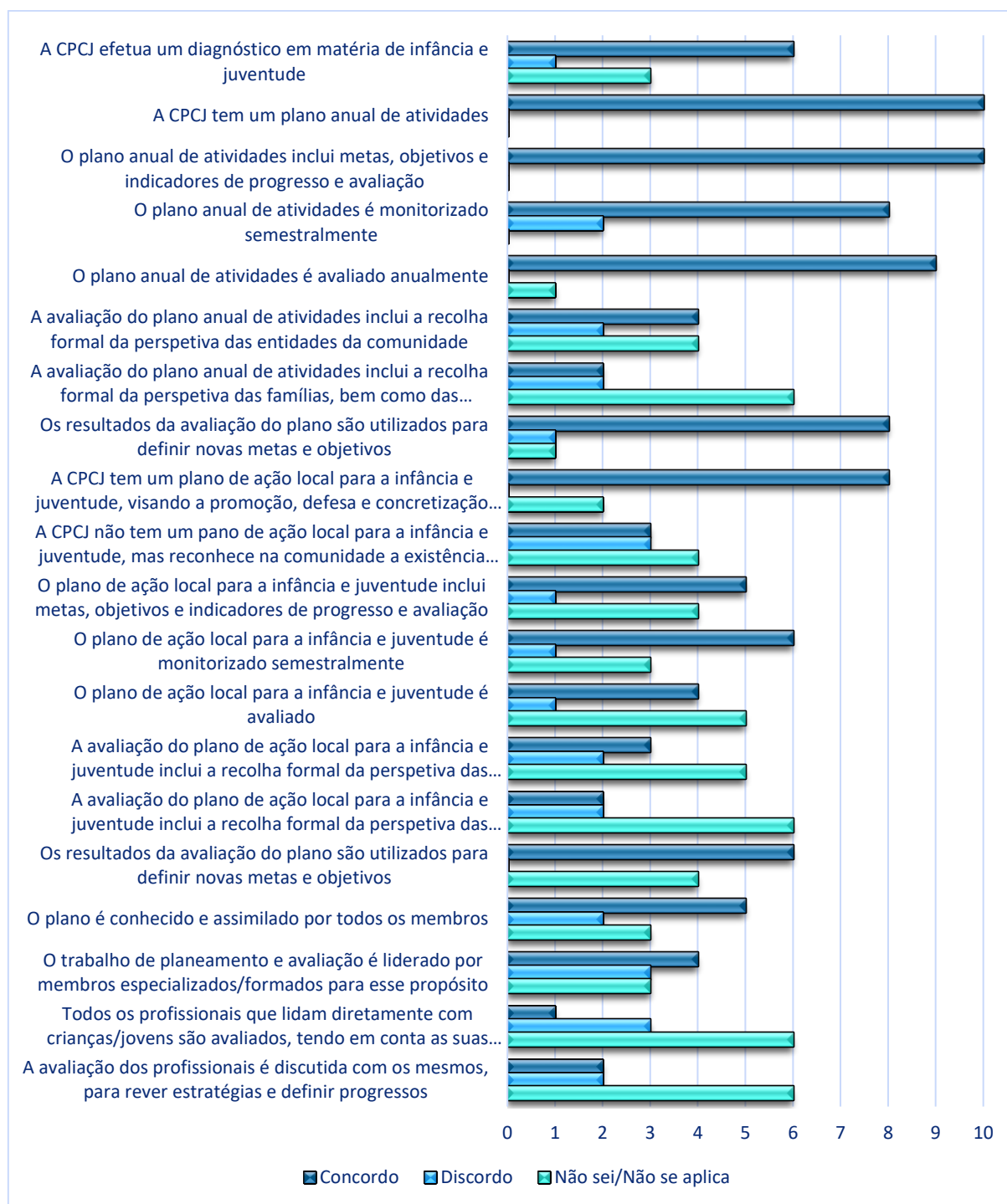
Gráfico 31 - Resultados dos Inquéritos de autodiagnóstico – participantes: 10 membros



No que diz respeito ao funcionamento da CPCJ, salienta-se que quando questionados quanto aos seguintes aspetos: 1) no conhecimento da calendarização e agenda das reuniões; 2) a CPCJ concretiza ações de prevenção de forma sistemática, planeada e intencional, durante todo o ano; 3) na reunião com periodicidade mínima mensal e conhecimento de todos os membros; todos (100%) os membros afirmam positivamente nestas questões.

Já relativamente ao 1) “sentimento de liberdade de participação e expressão do seu parecer, havendo possibilidade de voto secreto”; 2) “todos os membros se articulam e coordenam entre si, na concretização das ações da CPCJ”; um (1) membro discorda. Quanto à “existência de grupos de trabalhos pró-ativos, para assuntos específicos” e “todos os membros representadas na modalidade alargada da CPCJ comparecem com regularidade às reuniões” duas (2) pessoas discordam.

Gráfico 32 - Resultados dos Inquéritos de autodiagnóstico – participantes: 10 membros



No que concerne ao plano anual de atividades, todos os participantes do inquérito concordam que a CPCJ tem um plano anual de atividades, que inclui metas, objetivos e indicadores de progresso e avaliação e nove (9) membros concordam que o plano é avaliado anualmente, sendo que um (1) não tem conhecimento.

No entanto, um (1) membro não sabe e quatro (4) não sabem que os resultados da avaliação do mesmo, são utilizados para definir novas metas e objetivos. Por fim, salienta-se que todos os itens deste gráfico são os

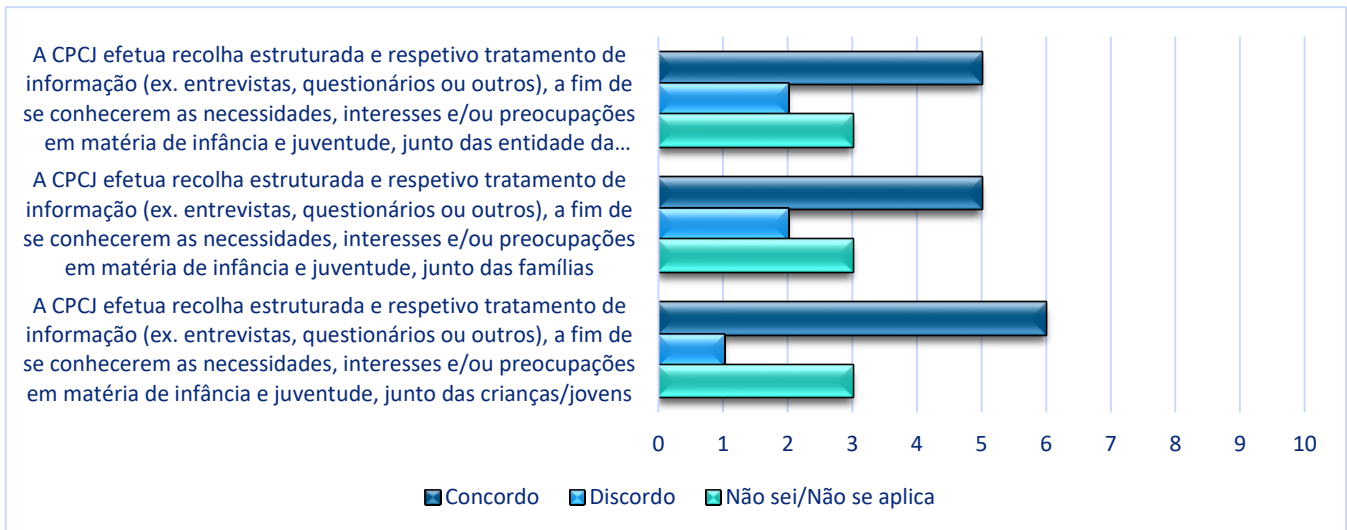
que mais diferem em questões de respostas de cada membro, sendo que, vários participantes não têm conhecimento de muita informação e ainda alguns discordam em diversos itens, como por exemplo: “o trabalho de planeamento e avaliação é liderado por membros especializados...” e “todos os profissionais que lidam diretamente com as crianças/jovens são avaliados...”.

Gráfico 33 - Resultados dos Inquéritos de autodiagnóstico – participantes: 10 membros



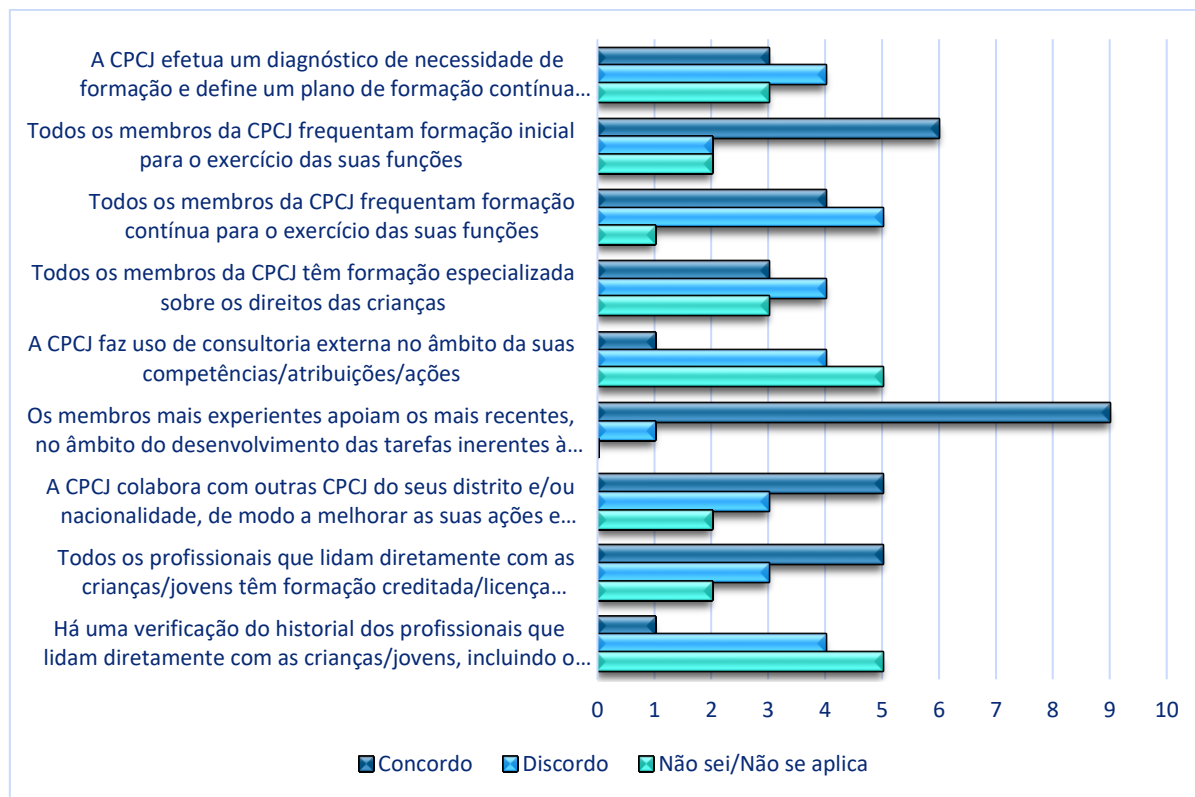
Na análise deste gráfico, verifica-se que todos os participantes concordam que todas as crianças/jovem têm um gestor de caso e que todas as medidas de proteção/promoção incluem um plano individualizado, desenvolvido em consulta com a criança/jovem, de acordo com as suas capacidades e maturidade. Em relação ao tempo entre a sinalização e a avaliação da situação de cada criança/jovem em risco/perigo ser sempre adequado às suas necessidades individuais, cinco (5) membros concordam, três (3) discordam e outros dois (2) não sabem.

Gráfico 34 - Resultados dos Inquéritos de autodiagnóstico – participantes: 10 membros



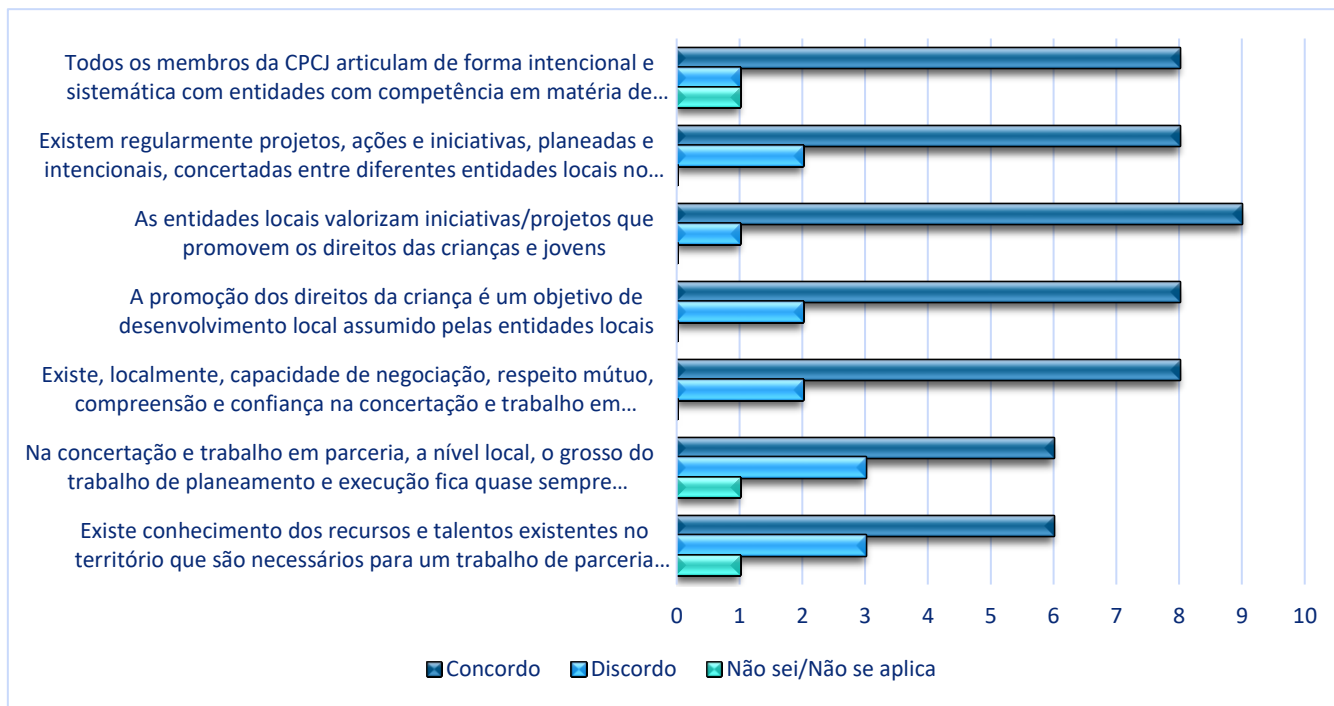
Verifica-se, neste gráfico de forma igualitária, que cinco (5) membros concordam que que a CPCJ efetua recolha estruturada e respetivo tratamento de informação, a fim de se conhecerem as necessidades, interesses e/ou preocupações em matéria de infância e juventude, junto das entidades da comunidade, assim como, junto das famílias. No entanto, três (3) membros discordam e outros dois (2) não sabem. Em relação à recolha junto das crianças e jovens, um (1) membro discorda e três (3) não sabem.

Gráfico 35 - Resultados dos Inquéritos de autodiagnóstico – participantes: 10 membros



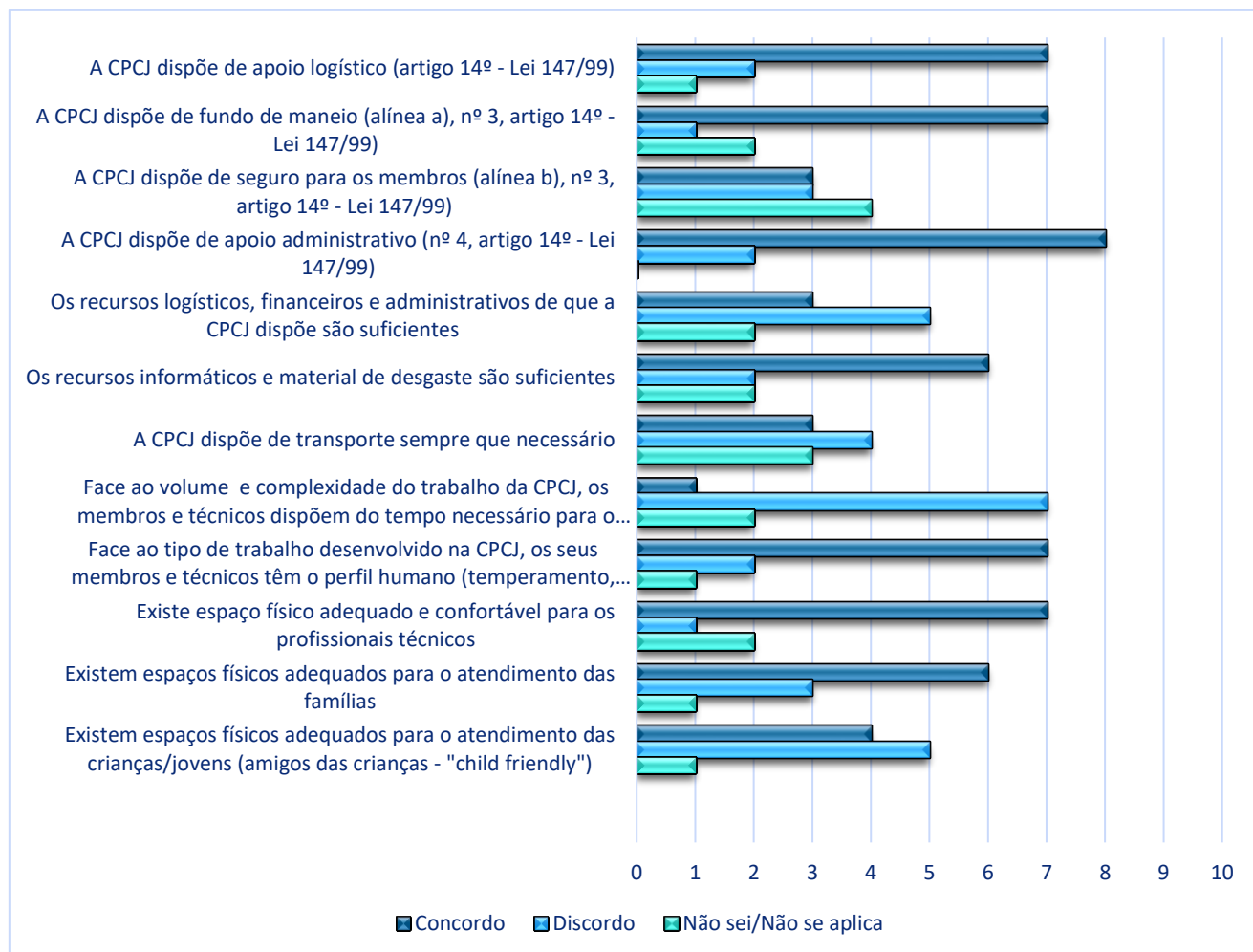
Salienta-se que nove (9) membros concordam que os membros mais experientes apoiam os mais recentes, no âmbito do desenvolvimento das tarefas inerentes á atividade da CPCJ, mas um (1) membro discorda. Nas restantes questões, verifica-se que os resultados são menos consensuais.

Gráfico 36 - Resultados dos Inquéritos de autodiagnóstico – participantes: 10 membros



Neste gráfico, salienta-se que nove (9) membros concordam que as entidades locais valorizam iniciativas/projetos que promovem os direitos das crianças e jovens, mas um (1) membro discorda, assim como, dois (2) membros discordam que essa promoção dos direitos é um objetivo de desenvolvimento local assumido pelas entidades locais.

Gráfico 37 - Resultados dos Inquéritos de autodiagnóstico – participantes: 10 membros



No que diz respeito ao apoio e condições da CPCJ, salienta-se que sete(7) participantes concordam que a CPCJ dispõe de apoio logístico, sendo que, dois (2) discordam e um não sabe.

Relativamente ao apoio administrativo, oito (8) membros concordam que a CPCJ dispõe deste apoio e dois (2) discordam. Nas questões relativas ao apoio logístico, financeiro, ao seguro, fundo de maneió e ao espaço físico as respostas divergem.

Verifica-se que a maioria dos membros discordam que o técnico dispõe de tempo necessário e ainda que existem espaços físicos adequados para o atendimento das crianças/jovens.

Por fim, salienta-se que face ao tipo de trabalho desenvolvido na CPCJ, sete (7) membros concordam que os membros têm perfil humano e técnico adequados. No entanto, dois (2) discordam e um(1) não sabe.



CAPÍTULO III- Plano estratégico de promoção e proteção das crianças e jovens

1. Análise SWOT da CPCJ de Estarreja

Análise SWOT é um meio de diagnóstico estratégico integrado no processo de melhoria contínua que facilita a avaliação de uma determinada área. Este tipo de análise permite identificar possíveis áreas de melhoria e incentiva a reflexão e o desenvolvimento de um processo de introspeção/autoavaliação.

A Análise SWOT pressupõe a divisão do ambiente em duas partes: ambiente interno e ambiente externo. O ambiente interno é influenciável e gerido por nós e é caracterizado por pontos fortes e por pontos fracos. Quanto ao ambiente externo, contém elementos que não podem ser previstos ou controlados, pelo que a sua análise permite a identificação de tendências que se traduzem em oportunidades e ameaças.

A Análise SWOT relaciona os pontos fortes e pontos fracos de uma instituição com as oportunidades e ameaças do seu meio envolvente. Assim, e de forma resumida, pode dizer-se que a Análise SWOT visa essencialmente atenuar os pontos fracos; reforçar os pontos fortes; aproveitar as oportunidades e olhar para as ameaças como potenciais oportunidades.

A identificação das Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças, ao nível da Comissão Alargada, foi realizada com a maior parte dos elementos (nove), que num exercício de autorreflexão, caracterizaram o estado atual da CPCJ de Estarreja, reconhecendo unanimemente, ao nível do funcionamento interno, os seus pontos fortes e fracos e, ao nível do ambiente externo, as oportunidades e ameaças.

A CPCJ de Estarreja contou com a participação da Senhora Procuradora da República, dos Serviços do Ministério Público.

Salienta-se que os presentes foram divididos por três grupos de trabalho e que foram facultadas anteriormente, a todos os membros um conjunto de questões para promoverem a autorreflexão. Em janeiro de 2021, a Análise SWOT foi partilhada aos novos membros da CPCJ para todos poderem participar na realização da mesma.

Resultados da Análise SWOT

Tabela 44- Análise Swot

ANÁLISE SWOT		
	Forças	Fraquezas
Ambiente interno Fatores internos	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento do envolvimento dos membros da Comissão Alargada em ações de promoção da prevenção; - Aumento da visibilidade da CPCJ na comunidade; - Maior conhecimento da população e comunidade em geral; - A Presidente empenhada, com conhecimento e comprometida na missão da CPCJ; - A Presidente promove a participação dos parceiros, das famílias e das crianças e jovens; - Todos os membros da comissão restrita são gestores de caso, incluindo a Presidente; - Participação da Comissão Alargada na elaboração do plano anual de atividades; - Equipa multidisciplinar; - Representante da Educação tem disponibilidade integral (35h/semanais); - Apoio dos membros mais experientes; - Há elementos da comissão alargada que cumprem a sua missão; - Participação em ações de prevenção; - Em geral, os membros têm perfil para o trabalho na CPCJ. 	<ul style="list-style-type: none"> - Instabilidade no apoio administrativo; - Pouco envolvimento de alguns membros, quer na presença de reuniões, quer nas atividades; - Falta de supervisão externa; - Inexistência de intervisão entre os técnicos; - Escassa oferta formativa para novos membros; - Face ao tipo de trabalho desenvolvido na CPCJ, os membros e técnicos nem sempre têm o perfil humano e técnico adequados; - Sala de atendimento pouco acolhedora; - Inexistência de uma integração estruturada e organizada aos novos elementos; - Inexistência do tempo de afetação dos profissionais para a CPCJ; - Pouca divulgação junto da população; - Desconhecimento de todos os grupos mais vulneráveis no concelho (imigração recente). - A inexistência de um plano local para a infância e juventude; - Nem sempre reúne todas as condições para garantir uma intervenção atempada, eficaz e de qualidade, por falta de respostas dos serviços locais; - A formação da CNPDJ nem sempre coincide com o início dos novos membros.
Ambiente Externo Fatores externos	<ul style="list-style-type: none"> - O Plano de Desenvolvimento Social e o Diagnóstico Social são instrumentos de planeamento estratégico que permitem o surgimento de respostas aos problemas identificados; - Existência de projetos de intervenção social que trabalham públicos mais específicos, nomeadamente comunidade cigana e imigrante (EstalIntegra 7G), famílias e crianças em risco de pobreza (CLDS); - Valorização da Equipa Regional do Centro; - Forte movimento associativo; - Excelentes infraestruturas comunitárias (piscinas, pavilhões desportivos, associações culturais e recreativas); - Sempre que solicitado, as Forças de Segurança (GNR), acompanha o trabalho, nomeadamente visitas domiciliárias; - Forte apoio do município (setor da comunicação e informática); 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de respostas adequadas às necessidades das problemáticas identificadas (ex. consultas de psicologia, pedopsiquiatria, alcoolismo e terapia familiar); - Presença vincada de fatores culturais, nomeadamente da comunidade cigana (aceitação por parte da comunidade em geral); - Uso de agressões físicas e psicológicas, como práticas educativas; - Desconhecimento dos pais na educação dos filhos; - Inexistência de grupos de trabalho para jovens e/ou respostas na comunidade (combate ao bullying, sessões de psicologia); - Acesso a novas tecnologias (redes sociais), alteração do conceito de família e da ocupação dos tempos livres dos jovens; - Desconhecimento relativo aos serviços locais e à sua qualidade para apoiar efetivamente crianças/jovens com Acordo de Promoção e Proteção;

	<p>- Sempre que solicitado as entidades de 1ª linha colaboram nas atividades desenvolvidas pela CPCJ.</p>	<p>- Resistência de entidades de 1ª linha em colaborar com a CPCJ, nomeadamente ao nível de informação, sinalização, etc.;</p> <p>- Algum desconhecimento ainda, da população sobre o trabalho realizado pela CPCJ;</p>
--	---	---

No seguimento do diagnóstico efetuado, foi consensual que este deveria incidir em três eixos de ação, que servirão de base à realização do Plano Local de Promoção e Proteção da CPCJ de Estarreja.

Os três eixos escolhidos de forma a trabalhar e atenuar as problemáticas evidenciadas são:

- **Eixo 1 - EDUCAÇÃO – Contextos de aprendizagem e de desenvolvimento da personalidade, talento, aptidão mental e física para formar um cidadão informado, autónomo, responsável, tolerante e respeitador dos direitos dos outros.**

Para nós tornou-se claro ser urgente, combater o absentismo e o abandono escolar; promover as competências pessoais, emocionais e sociais desde o pré-escolar, assim como a promoção da relação entre os professores e os alunos.

É importante continuar a informar, sensibilizar e prevenir os comportamentos de risco das crianças e jovens entre eles e também para os perigos das novas tecnologias (cyberbullying; violência entre pares e comportamentos desajustados).

Existe ainda a necessidade de um trabalho mais continuado junto da comunidade cigana, de forma a que a escola seja vista como um local de inclusão, que pode ser conciliado com as suas tradições. Paralelamente deverá ser feito um trabalho junto das crianças e jovens e dos seus progenitores de modo a que estes reconheçam a escola como um dos fatores para uma maior empregabilidade e inclusão social.

Eixo 1 - EDUCAÇÃO	
Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Cursos Profissionais. ➤ Programa integrado e inovador de combate ao insucesso escolar da região de Aveiro – Educ@ra ➤ Atividades de Enriquecimento Curricular; ➤ Epis- Empresários para a inclusão; ➤ Férias Ativas; ➤ Programa “Estarreja Compartilha”; ➤ Feira da juventude e da formação; 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Desmotivação dos jovens para as atividades escolares; ➤ Os Jovens não vêm a escola como oportunidade e não demonstram objetivos futuros; ➤ Não sentem preocupação da comunidade escolar no seu quotidiano; ➤ Conflitos e violência entre pares;

<ul style="list-style-type: none">➤ Programa Esta Inteira (8 G) Programa escolhas	<ul style="list-style-type: none">➤ Desvalorização do saber escolar por parte das Famílias;➤ Falta de participação dos jovens na tomada de decisões que lhe dizem respeito.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none">➤ Projetos de Promoção do Sucesso Educativo;➤ Promoção do Associativismo;➤ Envolvimento em parcerias com outras entidades educativas, desportivas e culturais	<ul style="list-style-type: none">➤ Baixa adesão dos jovens e famílias em atividades promovidas independentemente das temáticas;➤ Gestão cultural de etnias;

- **EIXO 2 - SAÚDE - Acesso a cuidados de saúde eficazes e a medidas de prevenção e promoção de um desenvolvimento saudável e Literacia em saúde.**

Este eixo tem como objetivo promover a articulação entre as várias entidades/serviços de saúde por forma a conduzir à otimização e diversificação dos serviços prestados e à satisfação das necessidades básicas.

Através das sinalizações e das respostas aos questionários percebemos que a violência do namoro e a exposição a violência doméstica são problemas alarmantes no concelho. Deste modo, consideramos urgente a tomada de medidas estratégicas que possam combater ou minimizar este flagelo social que nesta CPCJ dá origem a um elevado número de sinalizações de crianças e jovens, vítimas e expostas à violência.

A violência no namoro e o consumo de substâncias psicoativas são problemáticas que estão a ganhar terreno no concelho e por isso é de extrema importância sensibilizar e informar as crianças e jovens de forma a prevenir e minimizar as mesmas.

Com a elevada taxa de divórcio, as crianças e jovens estão muitas vezes no seio dos conflitos, estando expostas aos variados tipos de violência e sofrendo por vezes de alienação parental. Por este fator, é urgente um trabalho sistemático junto dos pais, para os consciencializar das consequências das suas ações.

É ainda necessária a Promoção para uma alimentação saudável, desenvolvendo a literacia e capacitando a autonomia para o exercício de escolhas saudáveis, assim como, a promoção da literacia para a sexualidade.

Promover a saúde mental das crianças e jovens é outro foco de grande importância, para que aprendam desde cedo a cuidar tanto do corpo como da mente.

Eixo 2 - Saúde	
Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Equipa Local de Intervenção Precoce; ➤ Gabinete de Atendimento e Acompanhamento Psicológico; ➤ Consultas; ➤ Campanhas de Sensibilização; ➤ Desporto escolar; ➤ Associações recreativas culturais e desportivas. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Insuficiência de Recursos Humanos; ➤ Famílias sinalizadas por vezes não comparecem às consultas; ➤ Aumento de casos de violência doméstica e violência no namoro; ➤ Aumento do consumo de substâncias psicoativas em idades mais jovens; ➤ Aumento do consumo de bebidas alcoólicas em idades mais jovens; ➤ Falta de rotinas saudáveis
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Implementação de Programas ligados à saúde de forma a promover a literacia de promoção da saúde e não-violência; ➤ Envolvimento em parcerias com outras entidades da rede social. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Fracos ➤ Fracos recursos económicos das famílias; ➤ Dificuldades no encaminhamento para consultas de especialidade; ➤ Tempo de espera;

- **EIXO 3 – Família para a Promoção da Parentalidade Positiva- Estruturas familiar de apoio e promoção para o desenvolvimento saudável e equilibrado das crianças e jovens.**

No seguimento do nosso diagnóstico foi possível apurar que a exposição das crianças e jovens a comportamentos que afetam o seu bem-estar físico e psicológico permanece muito elevado.

De ressaltar ainda que a forma como os pais estabelecem a comunicação com as crianças e jovens, assim como, a forma como resolvem os conflitos, por vezes não é a mais adequada e eficaz.

Desta forma, torna-se urgente dotar os pais/encarregados de educação de competências e estratégias para lidar com as diferentes fases de desenvolvimento assim como os diferentes desafios que vão surgindo ao longo dos anos.

Eixo 3 – Família para a Promoção da Parentalidade Positiva	
Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> ➤ CAFAPase; ➤ Componente de Apoio à família; ➤ Atividades de Animação e apoio à Família; ➤ Comissários da Comissão restrita e alargada; ➤ Rede de parceiros alargada. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Carência de formação pedagógica para intervenção e acompanhamento quando os cuidadores parentais falham; ➤ Falta de reconhecimento das dificuldades Parentais; ➤ Alienação Parental; ➤ Violência Doméstica ➤ Dificuldade na aceitação da intervenção; ➤ Dificuldades na concretização das estratégias dadas; ➤ Consumo de substâncias psicoativas.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Compromissos planejados pelos parceiros da rede social; ➤ Projeto ADÉLIA – CNPDPCJ; ➤ Outros projetos identificados pela CNPDPCJ para esta prioridade – Parentalidade positiva; 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Desconfiança/recusa das famílias na intervenção; ➤ Descrédito dos benefícios da intervenção terapêutica; ➤ Aumento expressivo de casos de divórcio e separação conflituosa entre casais.

2. Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança

O Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança da CPCJ de Estarreja tem como premissa ser, dinâmico e evolutivo, para a promoção de uma atuação global e integrada das entidades com competência em matéria de infância e juventude, tendo em vista o reconhecimento da CPCJ enquanto entidade de referência no que concerne à proteção e promoção dos direitos das crianças e dos jovens do concelho.

É nosso objetivo implementar medidas de combate às problemáticas identificadas no diagnóstico, de forma integrada e planificada, promovendo os direitos e protegendo as crianças e jovens em perigo.

É da competência da CPCJ, na modalidade alargada, o desenvolvimento de ações de promoção dos direitos das crianças e jovens e de prevenção das situações de perigo, onde se enquadra este Plano Local de Promoção dos Direitos da Criança e Jovem.

Após diagnóstico desta CPCJ e aplicada a metodologia inerente à análise SWOT, foi possível perceber as problemáticas do concelho tal como explanado anteriormente. Assim sendo, é muito importante a:

- Capacitação dos técnicos para a capacidade de diagnóstico;
- Melhoria nas estratégias de prevenção;
- Implementação de estratégias de educação parental.
- Promoção da qualidade das relações de vinculação;
- Melhoraria e aumento da articulação entre serviços.

Sabemos que o absentismo e abandono escolar na comunidade cigana (que tem grande representatividade populacional no concelho), representa uma grande percentagem da problemática, que para além do prejuízo educacional que provoca leva muitos dos jovens para situações de marginalidade (pois nem estão integrados em respostas escolares nem cumprem a idade legal para inserir o mercado de trabalho). Por seu turno, as jovens do sexo feminino constroem um projeto de vida conjugal demasiado cedo, o que por vezes origina outras problemáticas. A educação é um direito que não pode, nem deve ser negligenciado pelos progenitores. As aprendizagens em contexto educativo/formativo são imprescindíveis para o desenvolvimento.

O absentismo/abandono escolar reflete-se maioritariamente em baixa escolaridade e que promove uma situação laboral desfavorecida.

As atividades propostas neste plano (que serão explanadas em baixo) pretendem minimizar os problemas diagnosticados e colmatar alguns dos danos já existentes no desenvolvimento psicossocial das crianças e jovens do concelho.

Após esta reflexão foram delineados os eixos orientadores prioritários e as estratégias futuras a implementar com o objetivo de proteger e defender os direitos das crianças e jovens do concelho.

Findo o diagnóstico e tendo em conta as orientações da CNPDPCJ, foram identificados os três eixos (Educação, Saúde e Família – Promoção para a Parentalidade Positiva) de ação, sendo apresentados os seus objetivos e ações nas tabelas seguintes:

EIXO 1: EDUCAÇÃO

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Promover contextos de aprendizagem e de desenvolvimento da personalidade, talento e aptidão mental e física para formar cidadãos informados, autónomos, responsáveis, tolerantes e respeitadores dos outros.

	AÇÃO DE SENSIBILIZAÇÃO SOBRE SEGURANÇA INFANTIL	ATIVIDADE “EDUCAR PARA INCLUIR”	WEBINAR SOBRE SEXUALIDADE, SAÚDE E AFETOS	ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA CRIANÇAS E JOVENS
OBJETIVO GERAL	Incrementar o sentimento de	Promover a inclusão social de famílias de etnia cigana	Promover a literacia em saúde sobre o tema da sexualidade e dos afetos.	Educar para a cidadania e participação cívica.

	segurança junto da comunidade escolar.	e imigrantes residentes no concelho.		
OBJETIVO(S) ESPECÍFICO(S)	Estratégias de promoção de segurança.	Estratégias de promoção para a inclusão social e combate ao absentismo e abandono escolar.	Contribuir para a melhoria dos relacionamentos afetivos entre os jovens e para a tomada de decisões conscientes na área da educação para a saúde.	Contribuir para a participação ativa das crianças e jovens nas tomadas de decisão em assuntos que interferem diretamente no seu bem-estar.
DESTINATÁRIOS	Comunidade escolar.	Alunos, famílias e comunidade	Jovens.	Crianças e Jovens
RECURSOS HUMANOS	A Definir	A Definir.	A Definir.	A Definir.
PARCERIAS	CPCJ, Município, Agrupamentos de Escolas, GNR, outras entidades.	CPCJ, Município, Agrupamentos de Escolas, Projeto ESTA-Integra E8G, outras entidades.	CPCJ, Município, Agrupamentos de Escolas, outras entidades	CPCJ, Município, Agrupamentos de Escolas, outras entidades
RECURSOS MATERIAIS E ECONÓMICOS	A Definir	A Definir	A Definir	A Definir
N.º DE AÇÕES PREVISTAS	2 (ano letivo 2022/2023 e 2023/2024).	2 (ano letivo 2022/2023 e 2023/2024).	2 (ano letivo 2022/2023 e 2023/2024).	2 (ano letivo 2022/2023 e 2023/2024).
INDICADORES E RESULTADOS	Número de participantes: <15 Participações: Não atinge; ≥15 Participações: Atinge; ≥25 Participações: Supera.	Número de participantes: <15 Participações: Não atinge; ≥15 Participações: Atinge; ≥25 Participações: Supera	Número de participantes: <15 Participações: Não atinge; ≥15 Participações: Atinge; ≥25 Participações: Supera.	Número de participantes: <15 Participações: Não atinge; ≥15 Participações: Atinge; ≥25 Participações: Supera.
	Resultados de inquéritos aos participantes (avaliam com): Insuficiente – Não atinge; Bom – Atinge; Excelente – Supera.	Resultados de inquéritos aos participantes (avaliam com): Insuficiente – Não atinge; Bom – Atinge; Excelente – Supera.	Resultados de inquéritos aos participantes (avaliam com): Insuficiente – Não atinge; Bom – Atinge; Excelente – Supera.	Resultados de inquéritos aos participantes (avaliam com): Insuficiente – Não atinge; Bom – Atinge; Excelente – Supera.
CALENDARIZAÇÃO	A definir	A definir	A definir	A definir
RESPONSABILIDADE PELA EXECUÇÃO	A definir.	A definir.	A definir.	A definir.
MONITORIZAÇÃO OU AVALIAÇÃO	Comissão de Acompanhamento.	Comissão de Acompanhamento.	Comissão de Acompanhamento	Comissão de Acompanhamento

EIXO 2: SAÚDE

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Promover o acesso a cuidados de saúde eficazes e a medidas de prevenção e promoção de um desenvolvimento saudável.

EIXO 2: SAÚDE				
	AÇÃO DE FORMAÇÃO SOBRE ALIMENTAÇÃO INFANTIL SAUDÁVEL	WORKSHOP SOBRE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL	“AS CRIANÇAS E OS JOVENS TAMBÉM FALAM!” FACTOS SOBRE VIOLÊNCIA E MITOS	AÇÃO DE FORMAÇÃO EM PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA

			ASSOCIADOS NA RÁDIO LOCAL	
OBJETIVO GERAL	Promover e desenvolver a literacia em saúde e autonomia dos pais/Encarregados de Educação para escolhas alimentares saudáveis.	Promover e desenvolver a literacia em saúde e autonomia das crianças e jovens para escolhas alimentares saudáveis e sustentáveis.	Clarificar os diferentes tipos de violência e os seus mitos pela voz das crianças e jovens.	Sensibilizar, formar e educar as crianças e jovens para a problemática da violência doméstica e familiar, incluindo violência no namoro; Promover uma cultura de cidadania e de não-violência. Capacitar os técnicos e as instituições do concelho na área da violência doméstica e familiar.
OBJETIVO(S) ESPECÍFICO(S)	Mudança de comportamentos alimentares desadequados.	Mudança de comportamentos alimentares desadequados.	Dar tempo e voz às crianças e jovens para a partilha de saberes sobre esta temática.	Dotar os mais jovens dos conhecimentos necessários à identificação de comportamentos violentos. Melhorar competências dos técnicos de encaminhamento e/ou aconselhamento em situações de crise.
DESTINATÁRIOS	Pais/Encarregados de Educação sinalizados.	Alunos(as) do 2.º e 3.º CEB.	Comunidade em geral.	Crianças e Jovens. Técnicos e outros profissionais de ECMIJ que intervêm com famílias
RECURSOS HUMANOS	A Definir.	A Definir.	A Definir.	A Definir.
PARCERIAS	CPCJ, Município, CAFAP, Centro de Saúde, Agrupamentos de Escolas, IPSS, SAAS, outras entidades.	CPCJ, Município, Centro de Saúde, Agrupamentos de Escolas, outras entidades.	CPCJ, Município, Centro de Saúde, GNR, Rádio local, outras entidades.	CPCJ, Município, Centro de Saúde, Agrupamentos de Escolas, IPSS, SAAS, outras entidades.
RECURSOS MATERIAIS E ECONÓMICOS	A Definir.	A Definir.	A Definir.	A Definir.
N.º DE AÇÕES PREVISTAS	2 (ano letivo 2022/2023 e 2023/2024).	2 (ano letivo 2022/2023 e 2023/2024).	Trimestral	A Definir.
INDICADORES E RESULTADOS	Número de participantes: <15 Participações: Não atinge; ≥15 Participações: Atinge; ≥25 Participações: Supera.	Número de participantes: <15 Participações: Não atinge; ≥15 Participações: Atinge; ≥25 Participações: Supera.	Número de participantes: <15 Participações: Não atinge; ≥15 Participações: Atinge; ≥25 Participações: Supera.	Número de participantes: <15 Participações: Não atinge; ≥15 Participações: Atinge; ≥25 Participações: Supera.
	Resultados de inquéritos aos participantes (avaliam com): Insuficiente – Não atinge; Bom – Atinge; Excelente – Supera.	Resultados de inquéritos aos participantes (avaliam com): Insuficiente – Não atinge; Bom – Atinge; Excelente – Supera.	Resultados de inquéritos aos participantes (avaliam com): Insuficiente – Não atinge; Bom – Atinge; Excelente – Supera.	Resultados de inquéritos aos participantes (avaliam com): Insuficiente – Não atinge; Bom – Atinge; Excelente – Supera.
CALENDARIZAÇÃO	A definir	A definir	A definir	A Definir.

RESPONSABILIDADE PELA EXECUÇÃO	A definir	A definir	A definir	A Definir.
MONITORIZAÇÃO OU AVALIAÇÃO	Comissão de Acompanhamento	Comissão de Acompanhamento	Comissão de Acompanhamento	Comissão de Acompanhamento

EIXO 3: FAMÍLIA

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS: Promover a unicidade e integridade da família visando a prevenção e inclusão, incentivando a comunicação e participação conducentes à realização pessoal de todos, garantindo o seu bem-estar.

EIXO 3: FAMÍLIA			
	AÇÃO DE SENSIBILIZAÇÃO SOBRE INTELIGÊNCIA EMOCIONAL E SOCIAL	TERTÚLIAS COM OS PAIS/ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO	COMPORTAMENTOS ADITIVOS E DEPENDÊNCIAS
OBJETIVO GERAL	Dotar pais/Encarregados de Educação, crianças e jovens das ferramentas necessárias ao autoconhecimento e à empatia para alcançar melhores resultados no relacionamento interpessoal.	Promover a participação dos pais na vida dos filhos, debatendo as questões mais preocupantes criando uma comunidade empática.	Consciencializar e prevenir para os malefícios do consumo de tabaco, álcool e de outras substâncias aditivas em idade escolar.
OBJETIVO(S) ESPECÍFICO(S)	Mudança efetiva de comportamentos e padrões familiares disruptivos.	Ajustamento emocional e académico; Ajudar a família a cumprir as suas obrigações básicas; Desmistificar preconceitos.	Prevenir, intervir e combater comportamentos aditivos e dependências.
DESTINATÁRIOS	- Pais/Encarregados de Educação; - Jovens dos 12 aos 18 anos.	Pais/Encarregados de Educação.	Professores; técnicos; criança e jovens; famílias.
RECURSOS HUMANOS	A Definir.	A Definir.	A Definir.
PARCERIAS	CPCJ, Município, Centro de Saúde, GNR, Rádio local, outras entidades.	CPCJ, Município, Centro de Saúde, GNR, Rádio local, outras entidades.	CPCJ, Município, Centro de Saúde, GNR, Rádio local, outras entidades.
RECURSOS MATERIAIS E ECONÓMICOS	A Definir.	A Definir.	A Definir.
N.º DE AÇÕES PREVISTAS	2 (ano letivo 2022/2023 e 2023/2024).	3 (1 por ano).	A definir.
INDICADORES E RESULTADOS	Número de participantes: <15 Participações: Não atinge; ≥15 Participações: Atinge; ≥ 25 Participações: Supera.	Número de participantes: <15 Participações: Não atinge; ≥15 Participações: Atinge; ≥ 25 Participações: Supera.	Número de participantes: <15 Participações: Não atinge; ≥15 Participações: Atinge; ≥ 25 Participações: Supera.
	Resultados de inquéritos aos participantes (avaliem com): Insuficiente – Não atinge; Bom – Atinge; Excelente – Supera.	Resultados de inquéritos aos participantes (avaliem com): Insuficiente – Não atinge; Bom – Atinge; Excelente – Supera.	Resultados de inquéritos aos participantes (avaliem com): Insuficiente – Não atinge; Bom – Atinge; Excelente – Supera.
CALENDARIZAÇÃO	A definir	A definir	A definir
RESPONSABILIDADE PELA EXECUÇÃO	A definir	A definir	A definir
MONITORIZAÇÃO OU AVALIAÇÃO	Comissão de Acompanhamento	Comissão de Acompanhamento	Comissão de Acompanhamento

3. Avaliação do Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança

A avaliação de qualquer projeto deve fazer parte integrante do mesmo, devendo ser reajustado sempre que necessário no decurso da sua validade. Esta avaliação é crucial pois permite medir, comparar, corrigir, reajustar e refletir sobre o próprio projeto à medida que este vai decorrendo.

Assim sendo será nomeada uma comissão de acompanhamento de forma a orientar a atuação dos técnicos e aferir a evolução do plano, realizando uma avaliação semestral, tal como descrito na tabela seguinte:

Avaliação do PLPPDCJ de Estarreja	
Designação da Comissão de Acompanhamento (CA)	
<ul style="list-style-type: none">➤ Um(a) Representante das IPSS's;➤ Um(a) Representante da Segurança Social;➤ Um(a) Representante da Educação;➤ Um(a) Representante da saúde;➤ Um(a) Representante do Município;	
Monotorização	
<ol style="list-style-type: none">1. dezembro de 20222. junho de 20233. dezembro de 20234. junho de 20245. dezembro de 2024	
O Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens será revisto em junho de 2023, período em que a Comissão de Acompanhamento deve elaborar um relatório sobre a evolução e eficácia do mesmo.	

Conclusão

O Plano de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças foi elaborado com o objetivo de se tornar um instrumento de trabalho que permitisse dar conhecimento à CNPDPCJ e às entidades com competência em matéria de infância e juventude da realidade do nosso concelho.

Paralelamente, ajudou-nos a definir linhas de atuação para o próximo biénio com o intuito de promover, em colaboração com os diversos parceiros, alterações que possam conduzir a mudanças que tornem mais frutífero o trabalho realizado diariamente.

O compromisso da CPCJ de Estarreja continua a ser a defesa e a garantia dos direitos das crianças e jovens deste concelho, dando seguimento às ações e intervenções que se têm revelado favoráveis, assim como a promoção e implementação de novos programas e atividades para as crianças e/ou jovens e as suas famílias, procurando sempre aperfeiçoar a organização, o funcionamento e as metodologias de intervenção.

O nosso objetivo enquanto técnicos e indivíduos é ter a premissa de continuar a fazer sempre mais e melhor.

“Tentei não fazer nada que envergonhasse a criança que fui” – José Saramago

Referências Bibliográficas

CNPDPJ (2018). *Plano de Atividades da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens 2018*, Lisboa.

CNPDPJ (2019). *Plano de Atividades da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens 2019*, Lisboa.

CNPDPJ (2020). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2019*. Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, Lisboa.

Lei n.º 147/99, de 1 de setembro - Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. *Diário da República*, n.º 204/1999, Série I-A. Lisboa: Direção Geral da Saúde.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2020 de 18 de dezembro. *Diário da República*, n.º 245/2020, 1.º Suplemento, Série I. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

Sitologia

Câmara Municipal de Estarreja: <https://www.cm-estarreja.pt/>

PORDATA em <https://www.pordata.pt/>

Ministério da Educação (s.d.) em: <http://infoescolas.mec.pt/>

Censos Estarreja em: censos.inec.pt

Anexos

Índice de Siglas

AAAF - Atividades de Animação e apoio à Família

AEC's - Atividades de Enriquecimento Curricular

CAF- Componente de Apoio à Família

CDC – Convenção sobre os Direitos da Criança

CLDS 4G – Contratos Locais de Desenvolvimento Social

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CNPDP CJ – Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

ECMIJ – Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude

EPIS – Empresários Pela Inclusão

GNR – Guarda Nacional Republicana

IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação

IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional

INML – Instituto Nacional de Medicina Legal

ISS – Instituto de Solidariedade e Segurança Social

IPDJ - Instituto Português do Desporto e Juventude

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

LPCJP - Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

PME - Pequenas e Médias Empresas

SNIP I - Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância

UCC – Unidade de Cuidados Continuados

USN - Universidade Sénior de Nelas

Questionários Aplicados

Dinâmica de Grupo em forma de Questionário – Pré-Escolar

1. Na minha terra/na minha freguesia ou bairro existem sítios para brincar (com parques infantis), fazer jogos ou praticar desporto.
2. Quando eu vou ao parque infantil, as pessoas adultas da minha família, que me acompanham, brincam comigo.
3. Depois da escolinha, a(s) pessoa(s) que é/são responsável/eis por mim brinca(m) ou faz(em) jogos comigo.

4. No fim-de-semana, a(s) pessoa(s) que é/são responsável/eis por mim brinca(m) ou faz(em) jogos comigo.
5. No fim-de-semana, vou com a minha família passear, ao museu, comer fora ou outros sítios.
6. Eu costumo brincar na praia, no campo ou no rio.

A minha participação e cidadania

7. O/a meu/minha professor/a costumam perguntar se eu gosto da escola.
8. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim costuma perguntar-me o que quero fazer no fim-de-semana.
9. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim costuma perguntar-me onde quero ir passear ou ir de férias.
10. Eu costumo ajudar a minha família a cozinhar ou fazer outras tarefas.
11. Eu já ouvi falar sobre os direitos das crianças pela minha família, na escola ou na televisão.
12. Gostavam de dar a vossa opinião sobre assuntos importantes na escola e na família?
13. Onde vos pedem mais a vossa opinião? Na escola ou em família? (Nº de crianças por resposta).
14. Acham que têm tempo para brincar como gostariam?
15. Brincam mais na Escola ou em Família?
16. Oque poderia ser feito para haver mais sítios e tempo para brincar?

A minha segurança e proteção

17. Na escola eu nunca tenho medo de que outras crianças me possam fazer mal.
18. Quando eu tenho medo de alguma coisa costumo falar com a(s) pessoa(s) que é/são responsável/eis por mim.

Dinâmica de grupo com base em história.

Esta dinâmica poderá ser utilizada como mote para o questionário acima descrito.

Para a dinamização da discussão o Educador(a) deverá:

- i) Contar a história;
- ii) Lançar a discussão ao grupo;



iii) Recolha e regista das opiniões. Este registo pode ser feito através também uma sinalética em cartão (cores vermelha, amarela e verde), em número suficiente para todas as crianças e jovens que participarem na discussão de grupo.

História:

O Max gosta imenso de viajar com a sua família e de visitar sítios fantásticos. Um dia foram ao Reino do KIKIRIKIKI. Como se espera, pelo próprio nome, KIKIRIKIKI, é um Reino onde apenas vivem galos, galinhas, pintainhas e pintainhos. KIKIRIKIKI era um reino verde, onde os mais pequenos podiam andar à vontade, brincar na relva verde e saltar por entre as flores do campo. Um dia, porém, abateu-se sobre o Reino de KIKIRIKIKI uma imensa escuridão vinda não se sabe de onde. Com medo, toda a bicharada de duas patas se resguardou durante dias no galinheiro. O galo maior convocou, então, todas as galinhas e galos do reino para uma reunião para discutirem o problema e encontrarem algumas soluções, mas os pequenitos e pequenitas não foram chamados.

Debate:

Realizar as perguntas do questionário acima tendo como base os personagens.

Questionários para Crianças 6-12

Para cada pergunta do questionário, devem responder:

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

Escreve aqui a tua idade:

- 6 anos
- 7 anos
- 8 anos
- 9 anos
- 10 anos
- 11 anos
- 12 anos



Qual o nível de ensino que frequentas:

- 1º ano
- 2º ano
- 3º ano
- 4º ano
- 5º ano
- 6º ano
- 7º ano

Brincadeira e Lazer

1. Na minha terra/na minha freguesia ou bairro existem sítios para brincar (como parques infantis), fazer jogos ou praticar desporto.
2. Quando eu vou ao parque infantil, as pessoas adultas da minha família, que me acompanham, brincam comigo.
3. Quando regresso da escola, e no fim de semana, tenho tempo para brincar, descansar e aproveitar o meu tempo livre.
4. Depois da escola e/ou nos fins-de-semana, a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim brinca(m) ou faz(em) jogos comigo.
5. No fim de semana, vou com a minha família passear, ao museu, comer fora ou outros sítios.

A minha participação e cidadania

6. O/a meu/minha professor/a costuma perguntar se eu gosto das aulas e da escola.
7. O/a meu/minha professor/a já me perguntou o que poderíamos fazer para melhorar o recreio.
8. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim costumam perguntar-me o que quero fazer no fim de semana, onde quero ir passear ou ir de férias.
9. Eu costumo ajudar a minha família a cozinhar ou fazer outras tarefas.
10. Eu divirto-me a ajudar a minha família a cozinhar ou fazer outras tarefas.
11. Eu já ouvi falar sobre os direitos das crianças pela minha família, na escola ou na televisão.



A minha segurança e proteção

12. Eu costumo usar o autocarro ou outros transportes públicos, ir a pé ou de bicicleta para a escola.
13. Eu não tenho medo de ir para a escola de transportes públicos, a pé ou de bicicleta.
14. Na escola, eu nunca tenho medo que outras crianças me possam fazer mal.
15. Quando eu tenho medo de alguma coisa costumo falar com a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim.

A minha saúde

16. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim falam comigo sobre o que é ser saudável.
17. Quando jantamos juntos, em família, falamos muito.
18. Quando estou doente, a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim, ao leva(m)-me médico/a.
19. Quando o/a médico/a decide o tratamento para a minha doença, explica-me o que devo fazer para ficar melhor ou como tomar os medicamentos.
20. Eu percebo sempre tudo o que o/a médico/a me explica.

A minha educação

21. Eu gosto da escola.
22. A(s) pessoa(s) que é/são responsável/eis por mim participam nas atividades da escola e ajudam-me nos trabalhos de casa.
23. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim costumam perguntar-me o que aprendi na escola.
24. A minha família consegue pagar o material escolar que eu preciso.
25. Os meus professores e as minhas professoras já me ajudaram/explicaram uma situação em que precisei de ajuda.
26. Na minha escola, temos atividades para aprendermos sobre como sermos saudáveis.
27. Na minha escola, eu aprendo como se deve proteger o meio ambiente.
28. Na minha escola, aprendi o que são os direitos das crianças.



29. Na minha escola, há tempo suficiente de recreio, para eu brincar ou fazer jogos com os meus amigos e amigas.
30. Na minha escola, há pessoas adultas com quem posso falar se tiver problemas ou me sentir mal.
31. As professoras e os professores tratam todas as crianças da mesma maneira.
32. Os/as professores/as nunca batem nos/as alunos/as.
33. Os/as professores/as nunca gritam com os/as alunos/as.

A minha vida pessoal

34. A minha casa está sempre limpa.
35. Na minha casa há água quente para eu tomar banho.
36. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim não me batem.
37. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim nunca gritam comigo.
38. Em minha casa há livros e brinquedos.
39. Nunca aconteceu outras crianças baterem-me fora da escola.

Questionários para Jovens 13-18 anos

Para cada pergunta do questionário, devem responder:

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

Assinala a tua idade:

- 13 anos
- 14 anos
- 15 anos
- 16 anos
- 17 anos
- 18 anos



Qual o nível de ensino frequentas:

- 5º ano
- 6º ano
- 7º ano
- 8º ano
- 9º ano
- 10º ano
- 11º ano
- 12º ano
- Ensino Superior

Brincadeira e lazer

1. Na minha terra/freguesia/bairro existem sítios públicos para estar com amigos e amigas da minha idade ou fazer jogos e desporto (por ex. parque para skates, biblioteca com atividades para adolescentes ou outros sítios).
2. Eu frequento um clube de desporto.
3. Eu tenho tempo suficiente para descansar e aproveitar o meu tempo livre.
4. Onde eu moro, as crianças com deficiência usam os mesmos espaços que as outras crianças (por ex. Os parques infantis, clubes de desporto, etc.).
5. Eu participo em programas ou atividades fora da escola.
6. Eu costumo passar tempo com a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim, durante os fins de semana.
7. Eu gosto de passar tempo com a(s) pessoa(s) que é/são responsável/eis por mim: ir ao cinema, ao teatro, ou fazer outras coisas.
8. A(s) pessoa(s) que é /são responsável(eis) por mim costuma(m) ir ver-me praticar desporto ou acompanhar-me noutras atividades que eu faço.

A minha participação e cidadania



CPCJ
ESTARREJA
COMISSÃO DE PROTEÇÃO
DE CRIANÇAS E JOVENS



9. Eu já participei em grupos para discutir sobre o que há de bom na escola ou sobre as coisas que podem ser melhoradas.
10. Os professores professoras costumam perguntar-nos, por exemplo, no final de cada semana, o que correu bem dentro das aulas e o que gostaríamos de fazer de maneira diferente.
11. A(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim costuma(m) perguntar-me o que quero fazer no fim de semana, onde quero ir passear ou ir de férias.
12. Eu sinto que a(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim me ouvem e e têm em consideração as minhas opiniões.
13. Eu participo em projetos na minha comunidade.
14. Eu já dei a minha opinião em projetos ou atividades na Câmara Municipal.
15. Eu já ouvi falar sobre os direitos das crianças e jovens na escola, televisão ou internet.
16. Eu tenho acesso à internet e sinto-me ligado(a) ao que acontece fora da minha vizinhança.

A minha segurança e proteção

17. Eu sinto-me seguro/a quando uso o autocarro ou outros transportes públicos, quando caminho ou ando de bicicleta na rua.
18. Na escola, eu nunca tenho medo de que outras crianças/jovens me possam fazer mal.
19. Na minha escola há muitas lutas entre crianças/jovens.
20. Já tiveste contacto com drogas e bebidas alcoólicas dentro e/ou fora da escola.
21. Quando eu me sinto em perigo, eu sei a quem me dirigir para pedir ajuda.
22. A minha mãe ou o meu pai já falaram comigo sobre como utilizar a internet em segurança.
23. Eu sei que há riscos em utilizar a internet.

A minha saúde

24. Em minha casa temos uma alimentação saudável.
25. Eu consigo controlar o que como, por exemplo, a quantidade de doces ou outros alimentos que não são saudáveis.
26. Quando estou doente, a(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim levam-me ao médico/a.
27. No meu centro de saúde existe um atendimento especializado para adolescentes.



28. Eu já fui ao médico/a sozinho/a.
29. Eu tenho uma doença crónica ou outra condição para a qual preciso de tratamento constante.

A minha educação

30. Eu sempre gostei da escola.
31. Eu sinto que na escola posso estudar o que me interessa.
32. A pessoa que é minha encarregada de educação sempre me apoiou na escola.
33. A minha mãe ou o meu pai costumam participar nas reuniões e atividades que acontecem na escola.
34. A minha família consegue pagar o material escolar que eu preciso.
35. Os meus professores e professoras já me ajudaram numa situação em que precisei de ajuda.
36. Na minha escola, temos aulas sobre promoção de saúde.
37. Na minha escola, temos aulas sobre educação sexual.
38. Na minha escola, fomos informados sobre os direitos das crianças.
39. Na minha escola, há tempo suficiente de recreio para eu estar com os meus amigos.
40. O meu tempo de escola e estudo é adequado.
41. As casas de banho na minha escola estão sempre limpas.
42. Na minha escola, há pessoas adultas com quem posso falar se tiver problemas ou me sentir mal.
43. Os professores e professoras tratam todas as crianças/jovens da mesma maneira.
44. Na minha escola, as crianças/jovens com deficiências são sempre respeitadas.
45. Na minha comunidade, há uma biblioteca que eu costumo utilizar.

46. Os/As professores/as nunca batem ou gritam com os/as alunos/as.
47. Nas férias ou durante o tempo de escola, eu costumo trabalhar.
48. O trabalho que eu faço não interfere com os meus estudos.
49. O trabalho que eu faço não põe em risco a minha saúde ou segurança.

A minha vida pessoal

50. A minha casa está sempre limpa.
51. Na minha casa há água quente para eu tomar banho.



52. Eu sinto-me seguro(a) em casa.
53. A(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim nunca me batem ou gritam comigo.
54. Já tive uma situação onde outras/os jovens me bateram fora da escola.
55. Nunca me ofereceram drogas na escola ou fora da escola.
56. Eu já tive contacto com o sistema de proteção de crianças e jovens em perigo.
57. Eu gostei do acompanhamento dos/as profissionais do sistema de proteção de crianças e jovens em perigo.
58. O acompanhamento por parte de profissionais do sistema de proteção de crianças e jovens em perigo ajudou-me realmente a melhorar a minha vida.
59. Durante o acompanhamento dos/as profissionais do sistema de proteção de crianças e jovens em perigo, eu fui sempre informado/a sobre o que estava a acontecer e pude dar sempre a minha opinião.

Questionário de Autodiagnóstico para Entidades com Intervenção na Infância e Juventude

Para cada pergunta do questionário, devem responder Discordo completamente

- Discordo.
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

NS - não sei. A opção “não sei” deve ser sinalizada quando, por falta de conhecimento, não é possível uma verdadeira avaliação da frase.

NA - não se aplica. A opção “não se aplica” deve ser sinalizada quando a política / medida / instrumento / metodologia ou prática não fizer sentido tendo em conta o tipo de trabalho desenvolvido pela instituição.

A Convenção sobre os Direitos da Criança: formação e informação

1. Os princípios orientadores da Convenção sobre os Direitos da Criança são implementados na instituição.
2. As/os profissionais têm formação sobre os direitos da criança.
3. A instituição reconhece a criança como sujeito de direitos.
4. A instituição dissemina informação sobre direitos das crianças.



5. A instituição realiza regularmente atividades com as crianças dando-lhes a conhecer os seus direitos.

Participação das crianças

6. As crianças têm, na instituição, oportunidade de falar sobre a sua vida passada e sobre as suas expectativas de futuro.
7. Existem materiais informativos sobre a instituição, suas regras e atividades desenvolvidas, acessíveis e adequadas às crianças.
8. A maioria das atividades que se dirigem a crianças é pensada e organizada por pessoas adultas, mas as crianças têm a possibilidade de dar a sua opinião sobre as mesmas.
9. A instituição participa regularmente em iniciativas / projetos da responsabilidade de outras entidades que promovem a participação da criança na vida da comunidade.
10. As crianças participam nos processos de tomada de decisão que lhes dizem respeito.
11. As crianças são informadas sobre a sua situação e sobre como decorrerá o processo de tomada de decisão nas questões que lhe dizem respeito.
12. As entrevistas/comunicações / conversas com as crianças são feitas em ambiente adequado (por ex. no respeito da sua privacidade, proteção, idade ou outras necessidades).
13. A instituição tem mecanismos de avaliação da satisfação dos serviços dirigidos às crianças.

Princípio da não discriminação

14. A instituição funciona no respeito pelo princípio / direito da não discriminação.
15. A instituição aciona medidas positivas dirigidas aos grupos mais vulneráveis a processos de exclusão social.
16. A instituição aciona medidas preventivas de práticas discriminatórias e de promoção da diversidade e interculturalidade.
17. A instituição apresenta condições que garantem o acesso a crianças com deficiência.

Trabalho com as famílias

18. A instituição conhece o contexto familiar e social em que se integram as crianças e jovens com quem trabalha diretamente.



19. A instituição promove regularmente ações que fomentam o envolvimento de pais/mães, famílias em geral, na vida da organização.
20. A instituição promove regularmente ações que fomentam uma abertura à comunidade envolvente.
21. A instituição promove regularmente ações que contribuem para uma reflexão sobre as práticas parentais.
22. A instituição promove regularmente ações que contribuem para uma reflexão sobre o que é a parentalidade positiva.
23. A instituição promove regularmente ações dirigidas a pais e/ou mães que contribuem para o desenvolvimento das competências necessárias ao exercício de uma parentalidade positiva.

Política de proteção

24. A instituição promove regularmente ações que contribuem para o desenvolvimento de competências nas próprias crianças que podem funcionar como fatores protetores à violência.
25. A instituição garante um ambiente seguro para as crianças e/ou jovens.
26. A instituição tem uma Política de Proteção das Crianças e Jovens.
27. Todo o pessoal tem conhecimento da Política de Proteção das Crianças e Jovens.
28. O recrutamento de pessoal é feito de acordo com os princípios de proteção das crianças e jovens e a promoção dos seus direitos.
29. A instituição garante o direito à vida privada das crianças e à proteção de dados pessoais das crianças beneficiárias e suas famílias.
30. A instituição garante um procedimento de apresentação de denúncia/queixa acessível a todas as crianças/jovens.
31. A instituição tem um Código de Conduta para profissionais, pessoas voluntárias e membros de Órgãos Sociais.

Questionário dirigido às Famílias

Para cada pergunta do questionário, devem responder:

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei



Freguesia:

Avanca

Beduído

Veiros

Salreu

Fermelã

Canelas

Pardilhó

Brincadeira e lazer

1. Na minha comunidade/cidade existem sítios para as crianças e jovens de várias idades brincarem (parques infantis, fazerem jogos ou praticarem desporto).
2. Eu costumo levar as minhas crianças ao parque infantil com frequência ou acompanhá-los em outras atividades (se já são mais velhos).
3. Quando vou ao parque infantil ou a outras atividades, tenho oportunidade de falar com outros pais e mães / responsáveis.
4. Quando levo as minhas crianças ao parque infantil, gosto de brincar com eles/as.
5. Eu sinto que depois da escola, ainda sobra tempo para as minhas crianças brincarem, descansarem e aproveitarem o seu tempo livre.
6. Depois da escola e do meu trabalho, ainda tenho tempo para brincar ou passar tempo com as minhas crianças.
7. No fim de semana, organizamos sempre atividades que possamos fazer enquanto família.
8. Eu costumo levar as minhas crianças a brincar ou passear na natureza durante todo o ano, seja na praia, no campo ou no rio.
9. Eu deixo as minhas crianças brincarem com areia, paus, lama e outros elementos e não vejo como um problema se eles/as se sujam; basta que se divirtam.



Participação e cidadania

10. Desde que as minhas crianças são pequenas, sempre falei muito com elas.
11. A partir do momento em que as minhas crianças conseguiam realizar pequenas tarefas, envolvia-as na cozinha, jardinagem ou outras tarefas, que fazíamos juntos/as.
12. Eu costumo perguntar às minhas crianças onde gostariam de ir passear, de ir ao fim-de-semana ou ir de férias.
13. Eu gosto de ouvir a opinião das minhas crianças sobre vários assuntos e tenho em consideração o que pensam e sentem.
14. Eu já ouvi falar sobre os direitos das crianças na televisão, no rádio, na internet ou outra fonte.
15. As minhas crianças participam em outras atividades associativas.
16. As minhas crianças têm vontade de fazer parte de associações mas não conhecemos nenhuma no sítio onde moramos.

Segurança e proteção

17. Eu sinto que as minhas crianças podem usar em segurança o autocarro ou outros transportes públicos ou ir a pé ou de bicicleta para a escola (sozinhos ou com os colegas).
18. Eu costumo levar as minhas crianças à escola a pé ou de mota/carro.
19. Nunca houve uma situação em que outras crianças batessem nas minhas crianças, dentro ou fora da escola.
20. Eu sinto que as minhas crianças vêm ter comigo quando têm um problema, ou têm medo de alguma coisa.
21. Quando eu era criança, era normal os pais/mães baterem nos/as filhos/as.
22. Eu nunca bati nas minhas crianças.
23. Em momentos difíceis, já gritei com as minhas crianças, mas pedi-lhes desculpa e tentei encontrar outras soluções para exercer a minha autoridade.
24. Eu costumo acompanhar o que as minhas crianças vêem na internet.
25. Eu limito o acesso ou converso com as minhas crianças sobre os riscos que podem encontrar na internet.



CPCJ
ESTARREJA
COMISSÃO DE PROTEÇÃO
DE CRIANÇAS E JOVENS



25. Quando eu (ou a minha mulher esteve) estive grávida, participei no curso de preparação para o parto, promovido pelo Centro de Saúde.
26. O curso de preparação para o parto foi útil.
27. Depois de ser mãe (ou a minha mulher), fui chamada para participar no curso pós-parto, promovido pelo Centro de Saúde.
28. Eu levei as minhas crianças a todas as consultas de saúde infantil previstas.
29. As minhas crianças têm todas as vacinas contempladas pelo Plano Nacional de Vacinação.
30. Eu sempre me preocupei com a alimentação das minhas crianças.
31. Eu tento preparar as refeições das minhas crianças de modo saudável e nutritivo.
32. As minhas crianças só comem doces ou alimentos menos saudáveis em situações excecionais, como por exemplo festas de aniversário.
33. Quando fazemos as refeições em família, sentados à mesa, eu sinto que falamos todos/as.
34. Quando levo as minhas crianças ao/à médico/a, as/os profissionais de saúde costumam falar comigo mas também diretamente com os meus filhos ou com as minhas filhas.
35. Quando o/a médico/a decide o tratamento para a doença das minhas crianças, costuma explicar-lhes o que devem fazer para ficar melhor ou como tomar os medicamentos.
36. Eu percebo sempre tudo o que o médico/a me explica.
37. O/a médico/a costuma deixar-me à vontade para fazer perguntas ou falar de preocupações que tenho sobre das minhas crianças.

Educação

38. Eu coloquei as minhas crianças na creche com poucos meses de idade, pois tinha que trabalhar.
39. Eu fiz questão de ficar em casa com as minhas crianças até estes terem 2/3 anos de idade, porque considerei importante para o seu desenvolvimento e educação.
40. Eu gostei de todas as escolas que as minhas crianças frequentaram.
41. Eu sinto que as atividades e dinâmicas da escola vão de encontro às minhas escolhas enquanto pai/mãe/responsável.
42. Eu procurei escolas alternativas, por achar que o ensino regular não vai de encontro às minhas escolhas enquanto pai/mãe/responsável.



43. Eu sempre apoiei as minhas crianças nos estudos, dentro do que sei e consigo fazer com eles/as.
44. Eu vou sempre às reuniões na escola e participo nas atividades para as quais sou convocado/a.
45. Eu sinto que as matérias escolares são relevantes.
46. Eu sinto que a escola corresponde ao que as minhas crianças gostam de fazer e apoiam os/as alunos/as individualmente.
47. Eu costumo perguntar às minhas crianças o que fizeram na escola.
48. Eu costumo perceber quando alguma coisa não corre bem na escola.
49. Eu sinto-me apoiado/a enquanto pai/mãe/responsável pelos professores e professoras das minhas crianças.
50. Eu consigo pagar todo o material escolar que as minhas crianças precisam.
51. As minhas crianças utilizam a biblioteca municipal para estudar, fazer pesquisas ou outras atividades.
52. A escola das minhas crianças promove atividades para a proteção do meio ambiente.
53. A escola das minhas crianças promove atividades sobre a promoção da saúde.
54. A escola das minhas crianças promove educação sexual.
55. Eu sinto que os professores e professoras e auxiliares respeitam todas as crianças, sem discriminação.

Conciliação entre vida familiar e trabalho

56. Na minha vida do dia-a-dia raramente tenho tempo para fazer tudo o que queria.
57. Na minha vida pessoal e familiar durante o fim de semana (ou dias de descanso), não tenho tempo para fazer tudo o que gosto.
58. Normalmente, sinto-me apressado/a.
59. O meu horário de trabalho adapta-se aos meus compromissos familiares enquanto mãe/pai/responsável.
60. Depois do trabalho sinto-me cansado/a para usufruir da vida familiar, com as minhas crianças.
61. Penso que o trabalho me impede de dedicar às minhas crianças o tempo que gostaria.